

RELATÓRIO & CONTAS 2023

RELATÓRIO & CONTAS 2023

ÍNDICE

5	Mensagem Da Presidente
7	Relatório De Gestão
9	01 Introdução
10	1.1 Enquadramento
11	1.2 Indicadores
12	1.3 Acontecimentos
15	02 Atividade
16	2.1 Serviço e Rede
17	2.2 Passageiros, Receita e Oferta
22	2.3 Passageiros, Receita e Oferta Autocarro
26	2.4 Passageiros, Receita e Oferta Carro Elétrico
27	2.5 Comunicação e Informação ao Público
30	2.6 Museu do Carro Elétrico
35	03 Desempenho Económico e Financeiro
36	3.1 Investimento
37	3.2 Situação Patrimonial
39	3.3 Resultados
43	04 Pessoas
44	4.1 Quem Somos
48	4.2 Segurança e Saúde no Trabalho
50	4.3 Bem-Estar

55	05 Frota
59	06 Ambiente
65	07 Partes Interessadas
66	7.1 Acionistas e Autoridades de Transporte
67	7.2 Clientes
67	7.3 Comunidade
71	7.4 Trabalhadores
71	7.5 Fornecedores
73	08 Estrutura Organizacional
74	8.1 Estrutura Acionista
75	8.2 Cumprimento Divulgações Legais
78	8.3 Modelo de Governo
81	8.4 Sistemas de Gestão
83	09 Factos Subsequentes e Perspetivas para 2024
87	10 Proposta de Aplicação de Resultados
91	Demonstrações Financeiras
166	Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único
172	Global Reporting Initiative (GRI)

Cristina Pimentel,
Presidente do Conselho
de Administração



MENSAGEM DA PRESIDENTE

O ano de 2023 veio acentuar a trajetória de recuperação da procura pós-pandemia tendo sido pautado, no entanto, a nível internacional pelo eclodir da guerra no Médio Oriente, pela pressão inflacionista que atinge o seu pico no segundo semestre do ano e ainda, a nível nacional pela queda do Governo. Pese embora este contexto, foi possível à empresa manter a trajetória de recuperação dos seus passageiros encerrando-se o ano de 2023 com cerca de 74,2 milhões de passageiros transportados o que representou um crescimento de 8,2% relativamente ao ano anterior, mas ainda inferior em cerca de 3,2% ao ano de 2019. O modo autocarro continuou a ser o principal responsável pelo aumento verificado, com cerca de 73,6 milhões de passageiros transportados, o que representou um aumento de 8,1% sendo de salientar, no entanto, o aumento dos passageiros do carro elétrico em 23% por comparação com o ano anterior, num total de cerca de 700 mil clientes, pese embora a suspensão total da linha 22 e as condicionantes de operação impostas pela empreitada de construção da nova Linha Rosa do Metro do Porto. Pese embora as condicionantes de operação que se tem feito sentir com os condicionamentos de trânsito impostos pelas empreitadas de construção da Linha Rosa e da linha de Metrobus Boavista/Praça do Império, foram percorridos 22,5 milhões de veículos km de serviço, registando-se uma ligeira diminuição de 0,9% face a 2022.

O ano de 2023 ficou também marcado pela continuidade do investimento na descarbonização da frota com a aquisição de 48 novos autocarros elétricos dos quais 24 se destinam a substituir frota movida a gasóleo e 24 ao reforço da frota da empresa que terminou o ano com um total de 468 autocarros dos quais 68 elétricos. O investimento realizado no ano, para a aquisição de novos veículos, foi de cerca de 18,5 milhões de euros, dos quais 7,3 milhões foram cofinanciados pelo Plano de Recuperação e Resiliência. Com a aquisição destes novos veículos serão poupadas 4.000 toneladas de CO₂ por ano, acentuando e reforçando

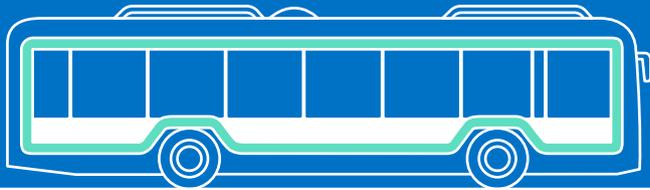
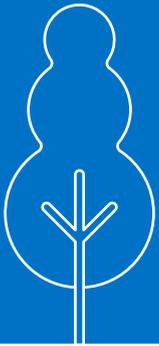
o compromisso da empresa com a mobilidade sustentável, enquanto fator crítico de combate às alterações climáticas e de mitigação dos seus efeitos.

Ainda no que respeita ao investimento destaca-se no ano de 2023 a conclusão da empreitada de requalificação da Estação de Recolha de Via Norte que veio aportar melhorias significativas nas condições de conforto e de sustentabilidade ambiental desta estação que passou a dispor de novas valências, nomeadamente um novo refeitório, espaços de formação e de descanso indispensáveis ao bem-estar dos nossos trabalhadores. Nesta área importa ainda salientar o desenvolvimento e implementação de uma nova identidade corporativa para a cultura organizacional da empresa que definiu uma nova visão, missão, valores e comportamentos associados, manifesto e mantra que foi dinamizada e implementada ao longo de todo o ano.

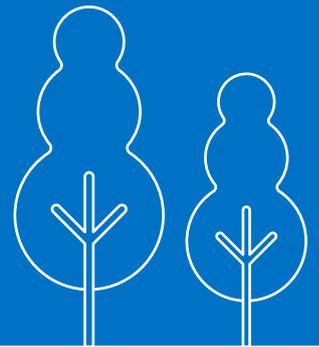
A par da evolução positiva da procura, que resultou num reforço dos rendimentos registados no ano de 2023, o esforço de redução dos gastos operacionais foi também determinante para a obtenção de resultados financeiros mais positivos, fruto essencialmente da redução dos custos da energia que se veio a verificar desde o início do ano e que se manteve estável desde então.

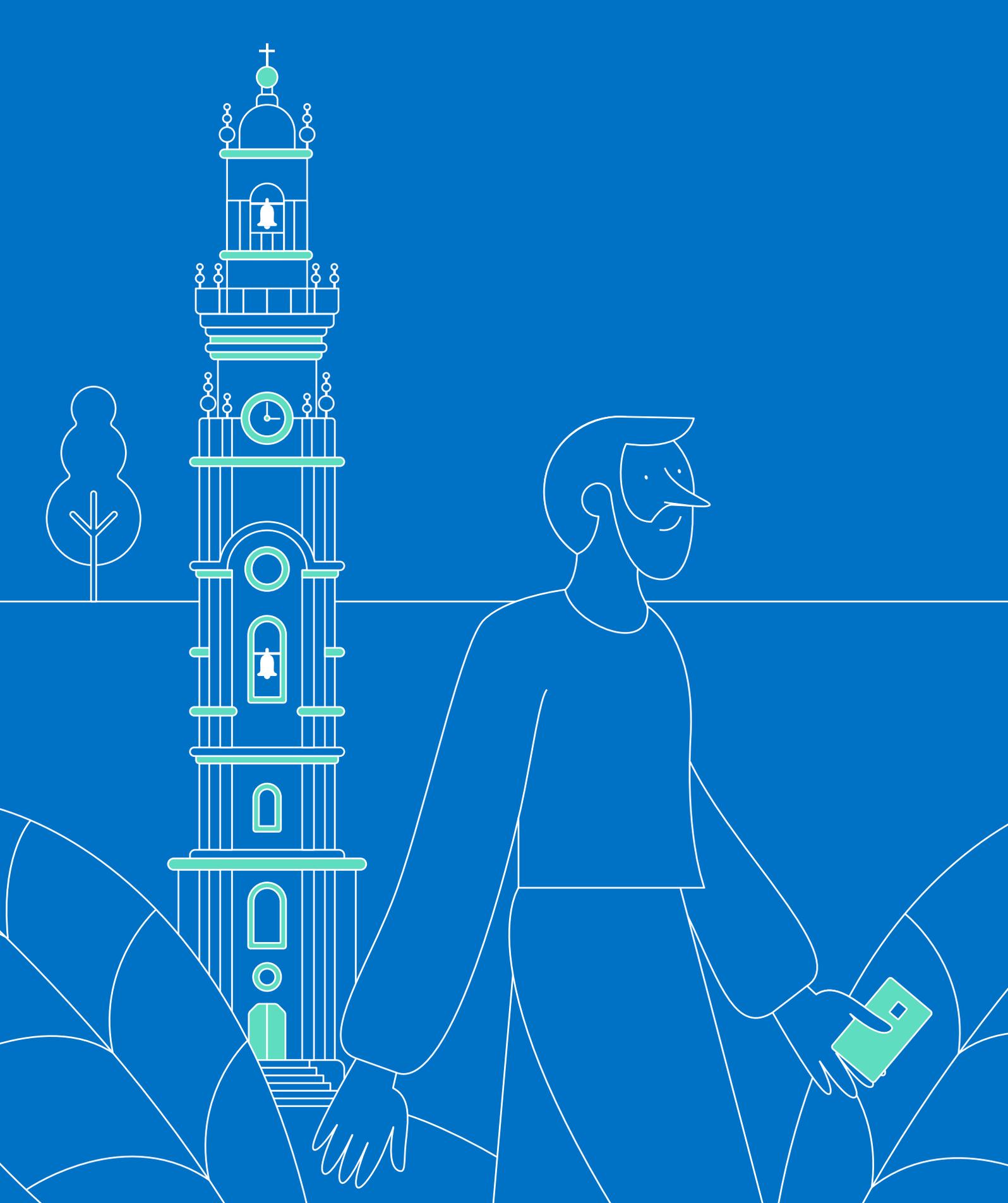
Por último, é devida uma palavra de reconhecimento a todos os colaboradores da STCP. Os resultados alcançados no ano de 2023 são fruto da sua persistência, resiliência, dedicação, responsabilidade e profissionalismo. São estas as qualidades que nos distinguem e que nos reconhecem os nossos clientes e a população em geral pelo que o futuro da empresa só poderá apresentar-se promissor.

Cristina Pimentel

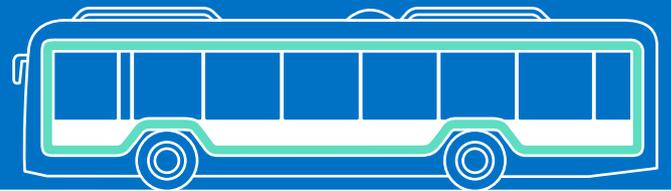
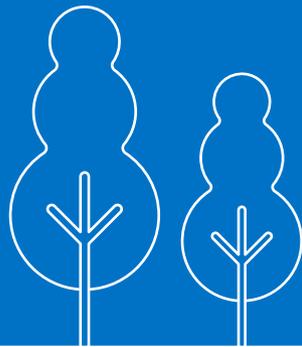


RELATÓRIO DE GESTÃO 2023





01



INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1

ENQUADRAMENTO

O Relatório de Gestão de 2023 da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A. (STCP) apresenta os resultados desde 2021, com a exceção dos dados de passageiros, receita e oferta, contantes dos pontos 2.2 a 2.4, inclusive, em que são comparados os anos de 2022 e 2023 com o ano pré-pandemia de 2019.

Durante o exercício de 2023 não foram registados impactos na atividade provocados pela COVID-19^[1].

2023, a nível internacional, foi um ano pautado pelas medidas de combate às pressões inflacionistas, que conduziram a uma subida das taxas de juro com impactos relevantes no comportamento da economia, pela continuidade da guerra decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 e pelo deflagrar no final do ano de um novo conflito na faixa de Gaza. Ao nível nacional, o ano ficou marcado pelo pedido de demissão do Governo em novembro, que conduziu à posterior dissolução da Assembleia da República e convocação de eleições antecipadas para 10 de março de 2024.

Este relatório foi elaborado de acordo com o estipulado no Código das Sociedades Comerciais e inclui a informação necessária para dar cumprimento aos compromissos e às obrigações legais de reporte financeiro, bem como de reporte de sustentabilidade e de boas práticas de governo societário, este último elaborado autonomamente e designado por Relatório de Governo Societário 2023.

A Demonstração Não Financeira, nos termos do artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, está descrita ao longo deste relatório e centra-se principalmente em questões relevantes quer do ponto de vista da sustentabilidade, quer nas vertentes económica e social, bem como no âmbito da sua importância para o negócio e para as partes interessadas. Foi elaborada tendo por orientação as Diretrizes de Elaboração do *Global Reporting Initiative (GRI)*, padrão internacional para o desenvolvimento de modelos de sustentabilidade, na sua versão *standard*, não sendo realizada verificação externa.

[1] Na sequência da evolução verificada ao nível da situação epidemiológica causada pelo SARSCoV-2 – COVID-19, a Organização Mundial de Saúde [OMS] declarou oficialmente o fim da pandemia da COVID-19 em maio de 2023.

INDICADORES

Rede de Serviço Público a 31/12	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Extensão da Rede (Km)	494	493	496	3	0,6%
Número de linhas ^[2]	72	72	72	0	0,0%
Número de Paragens	2.514	2.514	2.506	-8	-0,3%

[2] 69 linhas em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico.

Serviço (milhares)	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Passageiros Autocarro	50.769	68.064	73.574	5.510	8,1%
Passageiros Carro Elétrico	250	565	693	128	23%
Passageiros	51.018	68.629	74.267	5.638	8,2%
Receita Autocarro (€)	32.810	43.562	49.247	5.685	13%
Receita Carro Elétrico (€)	650	1.661	2.440	779	47%
Receita (€)	33.460	45.223	51.687	6.464	14%
Veículos Km de serviço Autocarro	22.214	22.551	22.323	-227	-1,0%
Veículos Km de serviço Carro Elétrico	96	173	181	9	5,1%
Veículos Km de serviço STCP	22.310	22.724	22.505	-219	-1,0%

Efetivo a 31/12 ^{[3][4]}	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Pessoal Tripulante	1.005	1.009	965	-44	-4,4%
Motoristas em funções	988	986	944	-42	-4,3%
Guarda-freios em funções	17	23	21	-2	-8,7%
% Pessoal Tripulante	75%	76%	73%	-3 pp	-3,6%
Efetivo Total a 31/12	1.335	1.334	1.324	-10	-0,7%

[3] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

[4] Os efetivos afetos às áreas de suporte da STCP estão incluídos no modo rodoviário.

Frota em parque a 31/12	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Frota de Autocarros ^[5]	434	420	468	48	11%
Frota de Carros Elétricos	7	7	7	0	0,0%
Frota a 31/12	441	427	475	48	11%

[5] a 31/12/21 a frota era de 434 autocarros, devido ao desfasamento temporal entre a receção dos novos autocarros e o abate dos antigos. No final de dezembro de 2023 foram rececionados 48 autocarros standard elétricos, 24 para renovação e 24 para expansão da frota, que ficará em 442 autocarros.

	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Investimento (milhares euros)	22.925	2.811	22.515	19.704	701%
Resultados (milhares euros)	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Resultado Operacional (EBIT)	-2.924	-8.605	0	8.605	100%
Resultado Financeiro	0	0	0	0	0,0%
Transferências Financeiras Lei n.º 50/2012	2.924	8.605	0	-8.605	-100%
Imposto sobre o Rendimento	83	84	-13	-97	-116%
Resultado Líquido	83	84	-13	-97	-116%

ACONTECIMENTOS



08 jan.

Aprovação em Assembleia Geral do Plano de Atividades e Orçamento para 2023-2027 (Instrumentos Previsionais de Gestão).

31 jan.

Retoma da operação da Linha 18 de carro elétrico após cinco meses de interrupção devido às obras da Linha Rosa do Metro do Porto.

14 dez.

Assinatura de protocolo de colaboração com o Município do Porto para a implementação de medidas de combate ao estacionamento indevido e abusivo.

Anúncio da Estação de Recolha de Francos como o local de futura instalação da nova sede da Polícia Municipal do Porto, na cerimónia comemorativa do seu 85º aniversário.

27 dez.

Receção dos novos 48 autocarros 100% elétricos, aumentando para um total de 68 autocarros 100% elétricos, totalmente livres de emissões, sendo desses 24 autocarros para renovação e substituição de frota antiga, e os outros 24 autocarros para expansão da frota.

06 nov.

Lançamento de concurso para aquisição de 20 autocarros 100% elétricos e instalação de uma estação de carregamento elétrico, composta por dez carregadores duplos.



22 mar.

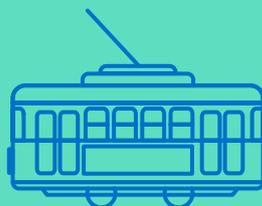
Entrega de diploma do Sistema de Gestão Anticorrupção pela norma ISO 37001:2016.

10 abr.

Atribuição do “*Prémio Cinco Estrelas Regiões 2023*”, na categoria de Transporte Rodoviário de Passageiros do distrito do Porto, pelos clientes, tendo em conta critérios de avaliação de Satisfação/ Experimentação, Preço/Qualidade, Intenção de Recomendação, Confiança na Marca e Inovação, reconhecendo na empresa o selo de qualidade e de confiança.

14 abr.

Retoma da circulação de autocarros no tabuleiro inferior da Ponte Luiz I com a reabertura da circulação no tabuleiro inferior, após obras de manutenção.

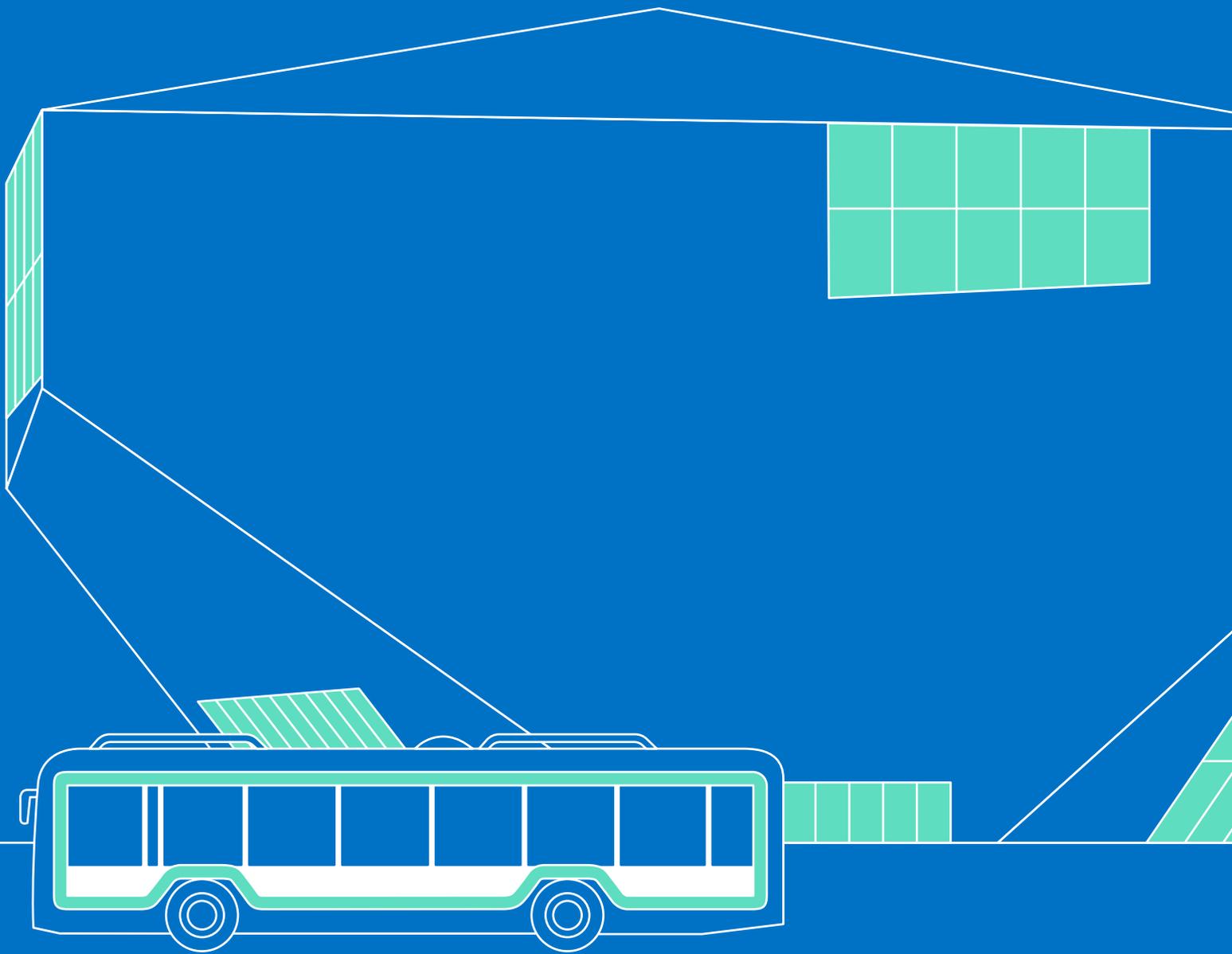


06 jun.

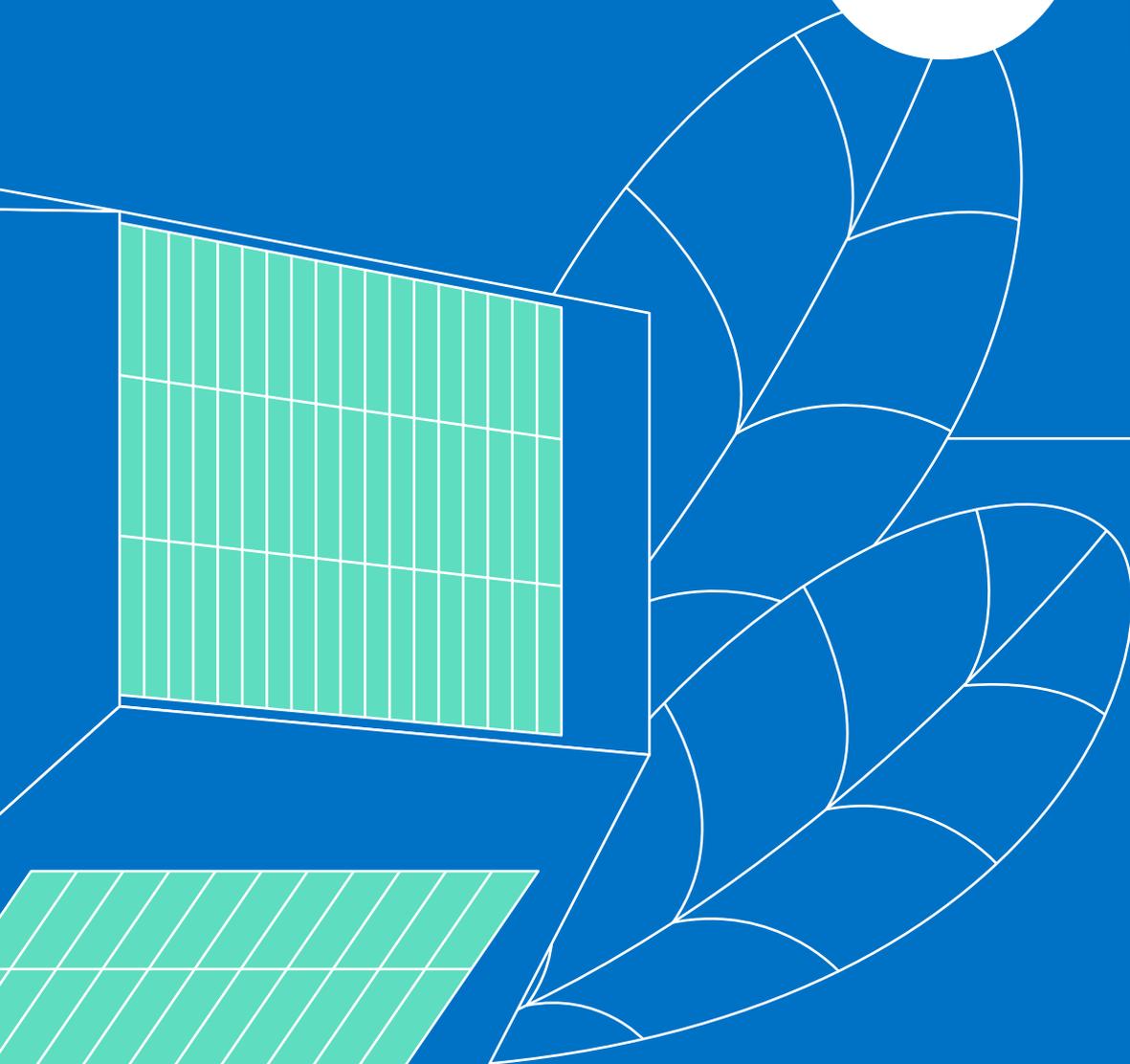
Atribuição de prémio de reconhecimento especial na categoria de melhor campanha de marketing “*Onde quer que vá, é aqui que começo*”, pela Região Europa, no Congresso Mundial de Transportes Públicos, pela União Internacional de Transportes Públicos (UITP).

13 mai.

Desfile da coleção de Carros Elétricos do Museu.



02



ATIVIDADE

SERVIÇO E REDE



A STCP explora o modo rodoviário e o modo ferroviário. A 31 de dezembro de 2023, explora 72 linhas, 69 em modo autocarro e 3 em modo carro elétrico.

São servidas 33 freguesias de seis concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP): Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia. A rede, com uma extensão total de 496 km, serve 2.506 paragens.

33

Freguesias

72

Linhas

496

Quilómetros

2.506

Paragens

PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA

Passageiros

A STCP transportou 74,3 milhões de passageiros em 2023, mais 5,6 milhões que em 2022, um valor 8,2% superior, mas inferior em 3,2% ao de 2019, ano anterior à pandemia.

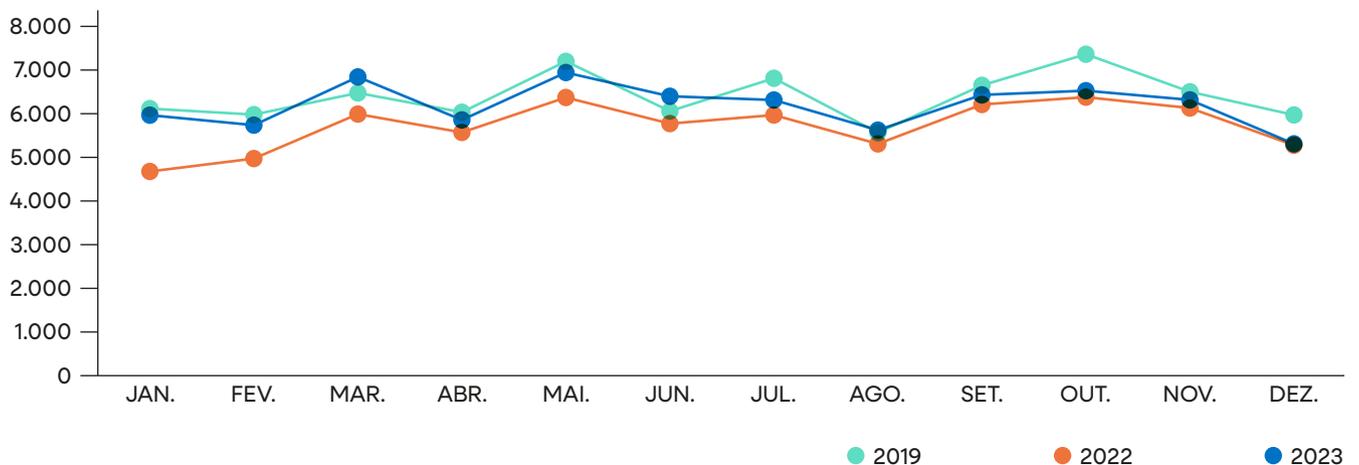
Destaca-se o crescimento dos passageiros dos bilhetes de Carro Elétrico, refletindo a continuação do interesse dos turistas por viagens nestas viaturas históricas.

Passageiros por Título de Transporte (milhares)	2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
Assinaturas ^[1]	62.328	57.166	63.374	11%	1,7%
Intermodais	59.530	56.142	62.476	11%	4,9%
Monomodais	2.799	1.024	899	-12%	-68%
Títulos Ocasionais e Diários	14.395	11.463	10.893	-5,0%	-24%
Intermodais	10.231	7.936	7.840	-1,2%	-23%
Monomodais	4.164	3.527	3.053	-13%	-27%
Bilhete Bordo Autocarro	3.451	2.917	2.301	-21%	-33%
Bilhetes Carro Elétrico	622	519	665	28%	6,9%
Outros ^[2]	91	91	87	-4,6%	-4,6%
Passageiros	76.723	68.629	74.267	8,2%	-3,2%

[1] Inclui assinaturas gratuitas.

[2] Serviços especiais não gratuitos.

Número de Passageiros (milhares)



2. ATIVIDADE

Aumento Tarifário

Em 2023, a taxa de aumento tarifário definida pela AMT foi de 6,11%, mas apenas aplicada a títulos e tarifas de transporte ocasionais.

Deste modo, o tarifário intermodal apenas registou alterações nos títulos ocasionais Andante. Considerando o conjunto de todos os títulos intermodais verificou-se um aumento médio ponderado de 1%.

A partir de 1 de janeiro de 2023 entrou em vigor o novo preço do bilhete de bordo monomodal de autocarro no montante de 2,50€.

Para os bilhetes monomodais do Carro Elétrico não foi aplicado qualquer aumento tarifário, tendo vigorado os preços já praticados desde outubro de 2022.

Receita

Em 2023 a receita de transporte ascendeu a 51,7 milhões de euros, mais 6,5 milhões de euros que em 2022, +14%.

Receita de Transporte	2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
Receita de Bilheteira	40.878	36.781	40.965	11%	0,2%
Compensações Tarifárias ^[3]	8.590	8.442	10.722	27%	25%
Receita de Transporte	49.468	45.223	51.687	14%	4,5%
Receita média por passageiro (em cêntimos euro)	64	66	70	5,6%	7,9%

[3] Social Andante, Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e Antigos Combatentes.

A receita de bilheteira, de 41 milhões de euros, registou uma variação positiva de mais de 4,2 milhões de euros, o que traduz um aumento de 11% face a 2022.

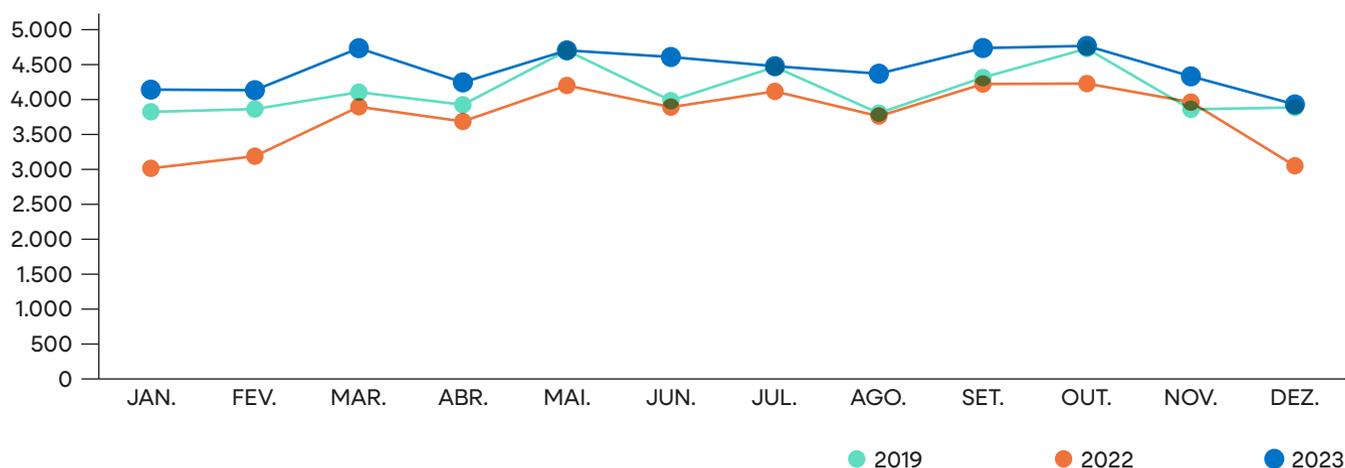
As compensações tarifárias foram de 10,7 milhões de euros em 2023, representando 21% da receita de transporte.

No quadro seguinte pode observar-se a evolução desagregada por grupo de título de transporte.

Receita por Título de Transporte (milhares euros)	2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
Assinaturas	31.637	30.414	35.769	18%	13%
Intermodais	31.007	30.408	35.764	18%	15%
Monomodais	630	7	5	-29%	-99%
Títulos Ocasionais e Diários	17.832	14.808	15.918	7,5%	-11%
Intermodais	9.344	7.614	8.021	5,4%	-14%
Monomodais	8.488	7.195	7.897	10%	-7,0%
Bilhete Bordo Autocarro	6.509	5.503	5.401	-1,8%	-17%
Bilhetes Carro Elétrico	1.926	1.635	2.420	48%	26%
Outros ^[4]	53	57	76	31%	43%
Total	49.468	45.223	51.687	14%	4,5%

[4] Serviços especiais não gratuitos.

Receita (milhares de euros)



Fiscalização da Receita

Foram fiscalizados em 2023 cerca de 1,1 milhões passageiros. Mantiveram-se as ações de fiscalização especiais acompanhadas da Polícia de Segurança Pública (PSP), com o objetivo de promover a segurança de motoristas e passageiros.

Fiscalização	2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
Passageiros Fiscalizados (milhares)	1.072	1.466	1.132	-23%	5,6%
Número de Autos (milhares)	4	7	5	-28%	18%
Taxa de Fiscalização dos Passageiros %	1,4%	2,1%	1,5%	-29%	9,0%
Taxa de Fraude %	0,4%	0,5%	0,4%	-7,1%	11%
Viagens Fiscalizadas (milhares)	68	83	72	-12%	6,0%
Taxa de Fiscalização de Viagens %	3,4%	4,1%	3,7%	-11%	6,8%

2. ATIVIDADE

Rede de Vendas

Os títulos de transporte intermodais Andante são geridos pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE. A 31 de dezembro de 2023 estavam disponíveis mais de 1.700 locais de venda, localizados nos vários concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP).

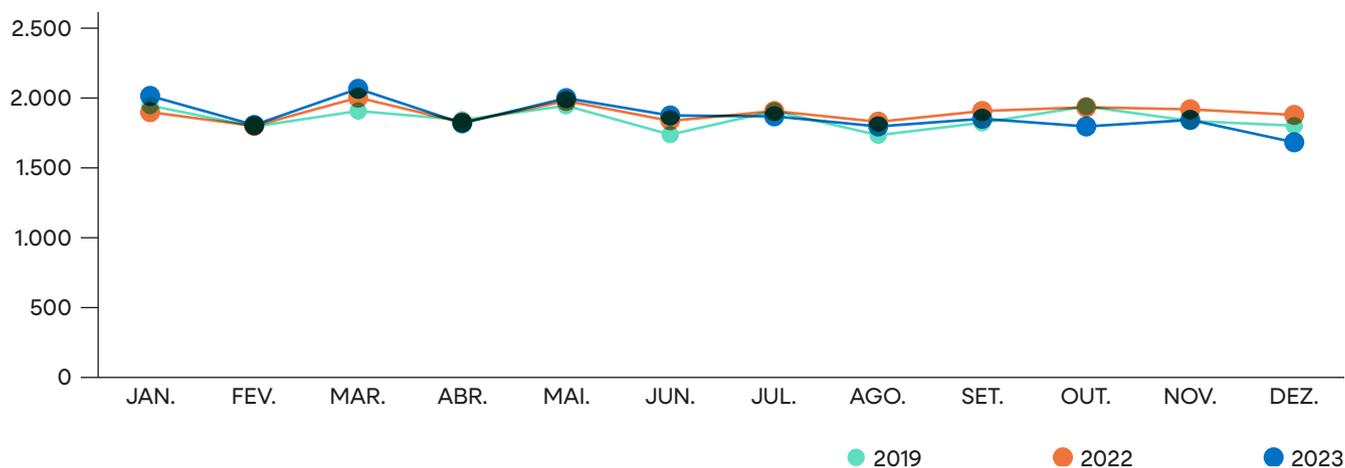
A venda de bilhetes de bordo monomodais é gerida pela STCP. Foram registados cerca de 70 mil pagamentos por *MB WAY*.

Oferta

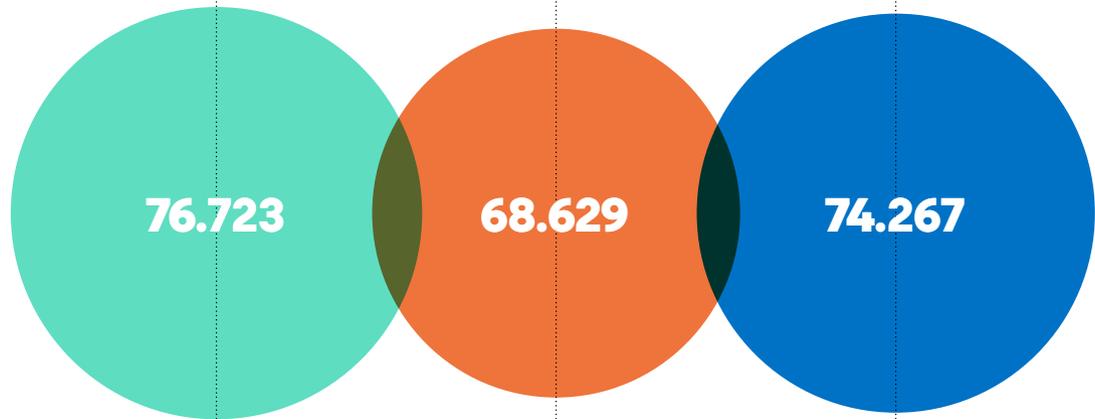
Foram percorridos 22,5 milhões de veículos km de serviço em 2023, registando-se uma ligeira diminuição de 0,9% face a 2022.

Veículos Km de Serviço	2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
Veículos Km de serviço STCP (milhares)	22.217	22.724	22.514	-0,9%	1,3%

Veículos KM de Serviço (milhares)



**Número de
Passageiros**
(milhares)



Receita
(milhares
de euros)



**Veículos Km
de serviço**
(milhares)

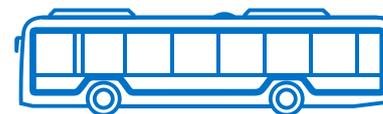


2019

2022

2023

PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA AUTOCARRO



+8,1%

Passageiros
de autocarro

A 31 de dezembro de 2023, a STCP explora 69 linhas de autocarro, dispondo de uma frota total de 468 autocarros e de uma rede com extensão total de 496 quilómetros.

Indicadores Operacionais Autocarro	2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
Passageiros (milhares)	75.985	68.064	73.574	8,1%	-3,2%
Passageiros Km (milhares)	285.269	256.410	277.554	8,2%	-2,7%
Percurso médio por passageiro (Km)	3,75	3,77	3,77	0,1%	0,5%
Receita de Transporte (milhares euros)	47.497	43.562	49.247	13%	3,7%
Receita Média por veículos Km (euros)	2,2	1,9	2,2	14%	2,5%
Receita Média por passageiro (euros)	0,63	0,64	0,67	4,6%	7,1%
Veículos Km de serviço (milhares)	22.065	22.551	22.323	-1,0%	1,2%
Lugares Km de Serviço (milhares)	1.994.651	1.904.125	1.875.788	-1,5%	-6,0%
Lotação média	90	84	84	-0,5%	-7,0%
Viaturas utilizadas na Ponta Máxima	386	375	377	0,5%	-2,3%
Horas de Serviço (milhares)	1.412	1.458	1.449	-0,6%	2,6%
Velocidade Média de Serviço (Km/h)	15,6	15,5	15,4	-0,4%	-1,4%
Taxa de Ocupação	14,3%	13,5%	14,8%	10%	3,5%
Taxa de Cumprimento do Serviço	96,2%	96,2%	94,8%	-1,4 pp	-1,4 pp

Em 2023 foram transportados em autocarro 73,6 milhões de passageiros, mais 5,5 milhões que em 2022, um aumento de 8,1%. A receita de transporte em autocarro foi de 49,2 milhões de euros, registando um acréscimo de 5,7 milhões de euros face a 2022, mais 13%, justificado quer pelo acréscimo de receita de bilheteira em cerca de 10% quer pelo aumento de cerca de 27% nas compensações tarifárias, justificada pelo aumento de clientes de assinatura e pelo valor por validação a compensar pelo Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) ter registado uma atualização que refletiu o aumento da taxa de atualização tarifária (TAT) em 6,11%. Na receita média por passageiro de autocarro registou-se um aumento de 4,6% face a 2022 devido tanto ao aumento de clientes como ao aumento de tarifário referido anteriormente. Foram percorridos cerca de 22,3 milhões de veículos km de serviço, o que representa um aumento de cerca de 1,2% face a 2019 e uma diminuição de 1,0% face a 2022.

Em 2023 foram transportados em autocarro 73,6 milhões de passageiros, mais 5,5 milhões que em 2022, um aumento de 8,1%.

Em 2023, foram transportados nos dias úteis 61 milhões de passageiros de autocarro, um acréscimo de 8,0% relativamente a 2022.

Passageiros Autocarro (milhares)

Dias úteis				
2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
63.973	56.676	61.206	8,0%	-4,3%

Aos fins de semana e feriados foram transportados em 2023 11,8 milhões de passageiros, um aumento de 3,5 face a 2019.

Fins de semana ^[5]				
2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
11.360	10.816	11.757	8,7%	3,5%

[5] Inclui feriados.

A STCP tem em operação 11 linhas na rede da madrugada que opera entre as 0:30 e as 6:00. Em 2023 foram transportados 612 mil passageiros na rede de madrugada o que representa um aumento de 7,1% comparativamente com 2022.

Madrugada				
2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
653	571	612	7,1%	-6,2%

Alterações Definitivas na Rede de Autocarro

O ano de 2023 foi um ano de continuidade da oferta nos moldes atuais, havendo de referir as seguintes alterações:

- Em maio, a linha 3M, Av. Aliados-Aeroporto, passou a efetuar viagens de 30 em 30 minutos a partir das 3h30 da madrugada, procurando ir ao encontro do acréscimo de passageiros para os primeiros voos do dia.
- Em maio, a linha 806, com início no Porto, no Marquês, foi prolongada para se aproximar ainda mais da estação do metro em Fânzeres, passando a assumir término em Vendas Novas. Esta linha verificou também uma ligeira alteração na cidade do Porto, com a deslocação da paragem “Lima”, aproximando-a da Rua da Constituição para maior conveniência dos alunos e trabalhadores da Escola Secundária Aurélia de Sousa. São pequenas melhorias que fazem a grande diferença para os clientes.
- Em janeiro o percurso da linha 507, Cordoaria – MarShopping, foi ligeiramente alterado, perto da Igreja de Leça da Palmeira.

2. ATIVIDADE

Alterações Provisórias na Rede de Autocarro

Foram várias as obras de longa duração que se mantiveram em 2023, com elevado impacto na operação da STCP, quer pela alteração de percursos das linhas e aumento dos tempos de percurso, quer devido ao aumento de tráfego nos troços envolvidos, causando diminuição da velocidade comercial e atrasos de horário:

- No Porto, construção da Linha Rosa do Metro do Porto, afetando vários pontos fulcrais da rede da STCP no centro do Porto - Baixa, Cordoaria/Carregal, Galiza, Boavista/Casa da Música, construção da linha de Metrobus entre a Rotunda da Boavista e a Praça do Império ao longo de todo o ano. Obras no tabuleiro inferior da Ponte Luíz I, que impossibilitavam o percurso normal das linhas 900, 901, 906 e 11M, concluídas em abril de 2023;
- Em Vila Nova de Gaia, construção do prolongamento da Linha Amarela do Metro do Porto, com impacto nas zonas de Santo Ovídio e Vila d'Este;
- Em Matosinhos, obras na rotunda entre a Av. Serpa Pinto e a Av. Eng.º Duarte Pacheco, em janeiro e fevereiro de 2023;
- Em Gondomar, Rio Tinto, as obras na Rua D. Afonso Henriques, concluídas em junho de 2023, obrigaram a desvio significativo das linhas 701, 702, 703, 704 e 5M para um percurso alternativo;
- Em Valongo, obras na R. de São Vicente em Alfena, com impacto prolongado nas linhas 701 e 703.

No ano de 2023 registaram-se 478 desvios, um aumento de 15 face a 2022, mais 3,2%.

No ano de 2023 registaram-se 478 desvios, um aumento de 15 face a 2022, mais 3,2%.

Desvios	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Nº Desvios	286	463	478	15	3,2%

A rede da STCP dispõe de vias reservadas à circulação, algumas delas partilhadas com motociclos e/ou bicicletas, numa extensão de 25,2 km, dos quais 20,2 km estão disponibilizados no concelho do Porto.

Corredores BUS	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Extensão (km)	26,3	25,7	25,2	-0,5	-1,9%

STCP com Competência para Fiscalizar Estacionamento Indevido

A 14 de dezembro de 2023 foi assinado um protocolo de colaboração com o Município do Porto para a implementação de medidas de combate ao estacionamento irregular em vias reservadas ao transporte público, em paragens, ou em locais de maior dificuldade de circulação, ficando a STCP competente para fiscalizar o estacionamento indevido nos corredores Bus e paragens. Foi iniciado o curso de formação de Agentes de Fiscalização do estacionamento dirigido a colaboradores que exercem funções no Serviço de Operação da Rede.

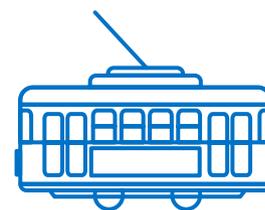
Na tabela infra é apresentada a evolução dos resultados da Operação Via Livre parceria mantida há anos com o Município do Porto também com o objetivo de combater o estacionamento indevido e que prejudica o desempenho do serviço público prestado pela STCP.

Operação Via Livre	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Multas	877	1.541	2.303	762	49%
Intervenções Pedagógicas	26	188	95	-93	-49%
Medidas Corretivas ^[6]	903	1.729	2.398	669	39%

[6] Inclui intervenções de multa e ações de advertência.



PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA CARRO ELÉTRICO



+23%
Passageiros
carro elétrico

O Carro Elétrico, essencialmente procurado por turistas nacionais e estrangeiros, serve o concelho do Porto, num percurso desde a Foz do rio Douro, até ao centro histórico através de três linhas de carro elétrico. A extensão da rede é de 9 quilómetros, servindo 42 paragens no total, 34 exclusivas e 8 partilhadas com o modo autocarro.

Devido às obras da Linha Rosa do Metro do Porto na Praça da Liberdade, a linha 22, Carmo- Batalha/Guindais suspendeu a operação desde novembro de 2021 e a linha 18 Passeio Alegre-Clérigos entre setembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023. Para esta última foi possível a retoma da operação, mas com alteração de percurso, efetuando parte de percurso na Rua Restauração em contrassentido, entre a Cordoaria e o Largo do Viriato, com apoio policial.

Indicadores Operacionais Carro Elétrico	2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
Passageiros (milhares)	738	565	693	23%	-6,1%
Passageiros Km (milhares)	1.307	1.102	1.351	23%	3,4%
Percurso médio por passageiro (Km)	1,8	2,0	2,0	0,0%	10%
Receita de Transporte (milhares euros)	1.971	1.661	2.440	47%	24%
Receita Média por veículo Km (euros)	13,0	9,6	12,8	33%	-1,5%
Receita Média por passageiro (euros)	2,67	2,94	3,52	20%	32%
Veículos Km de serviço (milhares)	152	173	191	11%	26%
Lugares Km de Serviço (milhares)	6.383	7.248	8.019	11%	26%
Lotação média	42	42	42	0,0%	0,0%
Viaturas utilizadas na Ponta Máxima	5	5	5	0,0%	0,0%
Horas de Serviço (milhares)	19	15	15	-1,2%	-19%
Velocidade Média de Serviço (Km/h)	8,1	11,2	12,5	12%	54%
Taxa de Ocupação	20,5%	15,2%	17,7%	17%	-13%
Taxa de Cumprimento do Serviço	89,0%	91,5%	94,2%	2,9%	5,8%

Em 2023 foram transportados quase 700 mil passageiros no carro elétrico, mais 128 mil do que em 2022, +23%.

A receita ascendeu a quase 2,5 milhões de euros, mais 800 mil que em 2022, +47%, devido ao crescimento de passageiros e ao aumento do preço do bilhete de bordo em outubro de 2022.

A receita ascendeu a quase 1,4 milhões de euros, mais 800 mil que em 2022

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

Informação em Paragens, Abrigos e Interfaces

A informação ao público e impressa assume variadas formas: horários planeados, mapas, avisos de alteração de percurso e *QR Codes* para informação em tempo real e é atualizada em contínuo, nos suportes de informação das paragens, nos quadros de informação dos abrigos e no *interface* do Hospital de São João e junto ao cais de chegadas do Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

As 2.506 paragens existentes em 31 de dezembro de 2023 distribuíam-se da forma abaixo indicada pelos seis concelhos servidos.

Concelho	Paragens	Abrigos	%
Porto	926	616	67%
Matosinhos	502	198	39%
Maia	353	145	41%
Vila Nova de Gaia	329	146	44%
Gondomar	210	85	40%
Valongo	186	70	38%
	2.506	1.260	50%

Comunicação Externa

Na comunicação e informação ao público, os canais digitais *Facebook*, *Instagram*, *Linkedin* e *Youtube*, *App MOVE-ME.AMP*, *Site STCP* e *Plataforma Explore Porto*, assumem uma preponderância cada vez maior, coexistindo com a *Linha Azul*, de apoio ao cliente. Apesar de cada vez mais clientes optarem pela via digital, esta última em 2023, atendeu cerca de 40 mil clientes e, à semelhança do ano anterior, o principal motivo de contacto prende-se com informações úteis relacionadas com viagens na STCP, nomeadamente horários, 46% das chamadas, seguido das habituais buscas por objetos perdidos no interior dos autocarros, 24% dos contactos telefónicos.



2. ATIVIDADE

Reclamações e Elogios

Reclamações	2019	2022	2023	Var. % 23/22	Var. % 23/19
Total Reclamações	2.390	2.353	2.917	24%	22%
Autocarro	2.378	2.350	2.908	24%	22%
Carro Elétrico	12	3	9	200%	-25%

Em 2023, registaram-se 2.917 reclamações, um aumento 24% face 2022, das quais 2.909 respeitam ao modo autocarro.

Foram recebidos, em 2023, 42 elogios, 39 dos quais sobre as competências dos motoristas.

“Prémio Cinco Estrelas Regiões 2023”

A STCP, a 10 de abril de 2023, venceu o “Prémio Cinco Estrelas Regiões 2023”, na categoria de Transporte Rodoviário de Passageiros do distrito do Porto. O prémio foi atribuído pelos clientes da STCP, tendo em conta critérios de avaliação de Satisfação/Experimentação, Preço/Qualidade, Intenção de Recomendação, Confiança na Marca e Inovação, reconhecendo na empresa o selo de qualidade e de confiança.

Para além de permitir avaliar a satisfação dos utilizadores, o Prémio Cinco Estrelas Regiões possibilita também a comparação com outros operadores do setor, através de testes e estudos de mercado que permitiram avaliar as principais componentes que influenciam os consumidores nas suas escolhas.

A STCP, a 10 de abril de 2023, venceu o “Prémio Cinco Estrelas Regiões 2023”, na categoria de Transporte Rodoviário de Passageiros do distrito do Porto.

Prémio “Escolha do Consumidor”

No final do ano de 2023 e com base no serviço prestado no ano, a STCP foi eleita Escolha do Consumidor, na categoria Transportes Rodoviários de Passageiros – Porto, divulgada em 2024. A “Escolha do Consumidor” é um sistema de avaliação e classificação de marcas com base na satisfação e aceitação que estas geram junto dos consumidores, com o objetivo de determinar o grau de satisfação e aceitabilidade destes em relação a um produto ou serviço.

Estiveram envolvidos neste estudo 1255 consumidores com afinidade à categoria. Para os participantes, a STCP destaca-se não só pela simpatia dos seus motoristas, mas também pela cobertura das rotas, conforto dos autocarros e pela pontualidade. É também de realçar que o preço, a qualidade de serviço e a confiança na marca são os temas de maior importância para os utilizadores.

De acordo com a entidade promotora, os clientes STCP revelam ainda sentimentos gerais de reconhecimento, gratidão e orgulho pela forma como a operadora age no mercado e se expressa. Na área das emoções, a STCP posiciona-se melhor na lealdade (resultante do otimismo e satisfação com a marca) e nos laços estabelecidos com a marca – *brand identification* -, através dos valores que a mesma reflete e com os quais os consumidores se identificam.

Campanha “Eu Vou Lá Estar”

Em setembro de 2023, a STCP lançou uma campanha ao público que procurou destacar o seu carácter omnipresente e sempre disponível, bem como posicionar o seu serviço como a opção mais inteligente para todos os momentos.

“Eu Vou Lá Estar” foi o mote da campanha que representa uma mensagem de apoio incondicional às pessoas que se movem diariamente, 24 horas por dia, todos os dias do ano, nos concelhos do Porto, Gaia, Gondomar, Maia, Matosinhos e Valongo, bem como demonstrar a presença incontornável da oferta de mobilidade STCP nos grandes eventos dos municípios onde opera.

A campanha foi disponibilizada em vários formatos e meios como televisão, rádio, jornais, redes sociais, meios digitais, *mupis* e nos próprios autocarros.



2. ATIVIDADE

2.6

MUSEU DO CARRO ELÉCTRICO

O ano de 2023 marcou no Museu do Carro Eléctrico uma viragem na sua atividade para a dinamização dos Serviços Educativos e na intensificação do número de eventos resultantes de arrendamento do seu espaço.

A entrada de novos elementos no efetivo permitiu capacitar as áreas de atuação que já existiam, mas que necessitavam grandemente de sustentabilidade humana para o desenvolvimento de novos projetos. A definição de áreas bem definidas de atuação do museu – gestão e coleções; educação, mediação e acolhimento – permitiram uma reorganização do trabalho de forma mais orgânica.

Se, por um lado, os serviços comerciais sentiram um crescimento ao nível do interesse em arrendar os espaços do museu, com eventos muito diversificados e para públicos distintos, o aluguer de carros elétricos demonstrou valores inferiores ao nível da receita apesar do aumento do número de serviços, mas prejudicado pela diminuição das linhas disponíveis, conforme já referido no ponto 2.4 deste Relatório de Gestão.

Assim, o ano de 2023, sentiu o retomar das visitas escolares em pleno e um aumento do público visitante, nomeadamente turista. Adicionalmente, em setembro de 2023, através da parceria com a Câmara Municipal do Porto, o Museu passa a permitir a todos os titulares do Cartão Porto que desfrutem de um desconto de 50% nos bilhetes de visita ao Museu.

Em 2023 o Museu do Carro Eléctrico passou a integrar a Rede Portuguesa de Turismo Industrial. O Turismo Industrial tem vindo a afirmar-se à escala europeia e nacional, em alinhamento com a Estratégia Turismo 2027, concorrendo para a promoção de uma oferta turística diferenciadora junto dos mercados nacional e internacional.



Assim, o ano de 2023, sentiu o retomar das visitas escolares em pleno e um aumento do público visitante, nomeadamente turista.



Alugueres de Carros Eléctricos

A procura deste serviço deve-se, sobretudo, às agências que trabalham diretamente com navios que levam ao aumento crescente deste tipo de turismo na cidade. Ao longo de 2023 foram realizados 208 serviços de aluguer de carro elétrico face aos 186 realizados em 2022, tendo sido transportados 8.352 passageiros e servidos 48 *cocktails* a bordo.

Aluguer de Espaço do Museu

Foram diversificados os tipos de eventos realizados em 2023, sendo impactantes os cinco eventos de música e a edição de outubro do *Portugal Fashion*. No total foram realizados 16 eventos, sendo dois organizados pela STCP e Museu do Carro Eléctrico.

Visitantes

O número de entradas do Museu em 2023 foi de 50.593, 26.215 das quais foram visitantes e 24.378 utilizadores do espaço em atividades diversas.

Reflete-se neste valor um aumento de cerca de 4.000 visitantes face a 2022, mas ainda abaixo dos registados em 2019 em cerca de 3.000 visitantes, justificado pelo lento crescimento do número de visitas escolares.

Serviço Educativo

Ao longo do ano de 2023, o Serviço Educativo desenvolveu diversos programas vocacionados para famílias, continuando a constituir uma parte importante da atividade pela missão e objetivos que pretende alcançar, na divulgação da história do Museu.

Relativamente ao público escolar, registaram-se entradas em 2023 de cerca de 7.800 alunos face aos 6.000 alunos em 2022, e 11.000 alunos em 2019, ano pré-COVID19.



2. ATIVIDADE

Em 2023 recuperou-se o teatro na modalidade de visita para grupos, oferecendo quatro modalidades escolares: a visita com mediação, a visita com mediação e animação e a associação da viagem de carro elétrico, tendo sido realizados 204 serviços.

Destaques da Programação

No dia 13 de maio foi realizado o **Desfile de Carros Elétricos**.

O evento promove os laços do Museu com a população da cidade e a sua história e permite celebrar um momento importante associado ao início da tração sobre carril. Assim, à semelhança do que se concretizou em 2022, ano em que a empresa STCP comemorou 150 anos de história pela concessão da linha de carro americano e sua inauguração a 15 de maio de 1872, os carros elétricos da coleção do Museu circularam continuamente nas duas linhas disponíveis: a linha 1 e a linha 18.

No interior do Museu foi inaugurada a exposição temporária de fotografia que assinala os 150 anos de história da STCP – 150 anos de mobilidade.

O Serviço Educativo e o grupo de atores residentes desenvolveram ações de acolhimento e envolvimento dos visitantes. Realizaram-se visitas com animação e decorreram oficinas com o tema “Do Arquivo até Aqui” visando descobrir histórias e pormenores presentes nas fotografias de arquivo que constituem as exposições do museu, num diálogo frutuoso entre o passado e o momento presente.

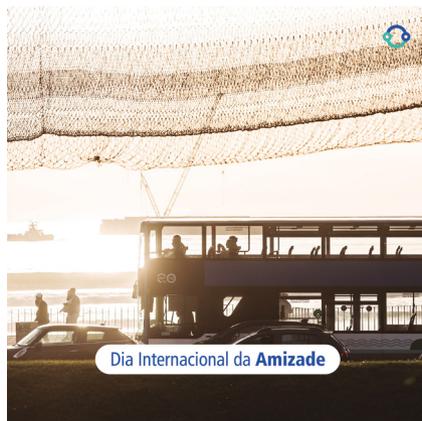
Simultaneamente, foram realizadas visitas nas quais os visitantes tiveram a oportunidade de interpretar a história do carro elétrico e conhecer os traços arquitetónicos da antiga Central Termoelétrica de Massarelos.

Neste ano, o **Dia Internacional dos Museus** esteve subordinado ao tema “Museus, Sustentabilidade e Bem-Estar”.



Dias Especiais

Várias atividades foram desenvolvidas ao longo do ano pelo Serviço Educativo, alusivas a datas específicas, comemorativas ou festivas, nomeadamente o **Dia Mundial do Teatro**, **Dia da Mãe**, **Dia Mundial da Criança**, **Dia dos Avós** e **Visitas Noturnas** e a **Visita da Colónia Balnear do Centro Cultural dos Trabalhadores da STCP**.



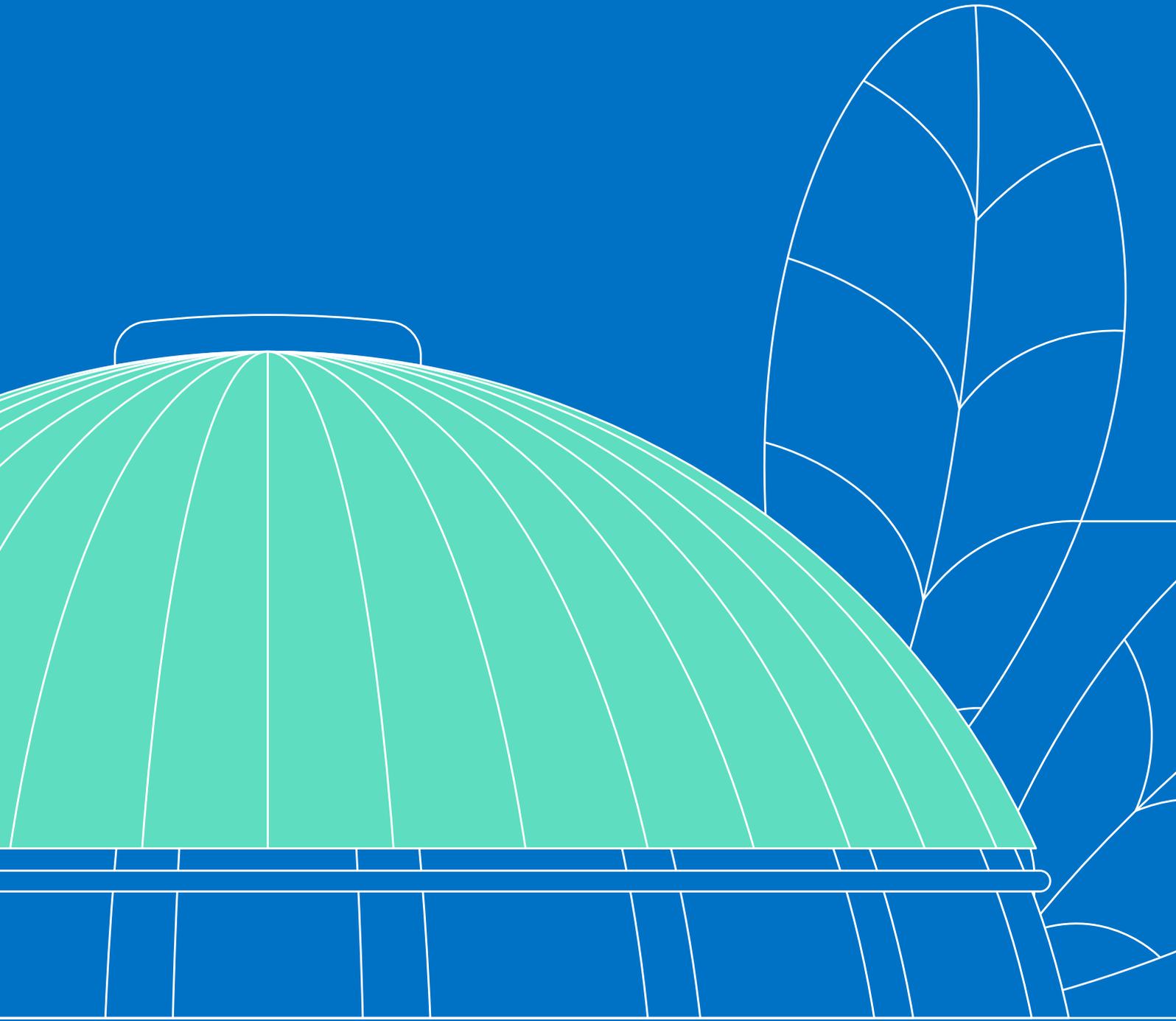
Para além das atividades acima mencionadas, destaca-se o **Halloween** em que o Serviço Educativo propôs a realização de um jogo exploratório pelo Museu com personagens assustadoras e uma viagem a bordo de um carro elétrico da coleção do Museu. Os participantes fizeram uma viagem em carro elétrico que os trouxe para um Museu assombrado por personagens assustadoras.

EntreLinhas foi o evento que abriu o Museu à comunidade, pela primeira vez, de forma gratuita. Neste evento, promovido pelo Museu em conjunto com a Associação de Moradores de Massarelos e a colaboração do Clube dos Fenianos do Porto, celebraram-se as tradições e a interculturalidade. Várias atividades, como teatro de marionetas, dança, música, visitas, partilha de histórias, e oficinas criativas, alegraram uma tarde animada e movimentada no Museu, contando com a participação de 400 pessoas.

A 17 de dezembro, o **Elétrico do Natal** regressou aos carris do Porto para mais uma ação desenvolvida pela STCP e pelo Museu do Carro Elétrico, com o objetivo de promover momentos inesquecíveis e criar boas recordações aos mais pequenos e também aos mais graúdos.

Assim, entre os dias 17 e 22 de dezembro, um elétrico histórico, com música e decorações alusivas à época natalícia, circulou ao longo da marginal do Rio Douro, na Linha 1, acompanhado pelo Pai Natal e o seu ajudante, o Duende.





03



DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

3. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

3.1

INVESTIMENTO

2023 foi marcado pela continuidade da aposta na descarbonização da frota, concretizada pela chegada à STCP de 48 novos autocarros elétricos em dezembro, 24 para substituição de frota e 24 para o seu reforço e, ainda, de 24 carregadores duplos. O investimento no ano foi de cerca de 18,5 milhões de euros, dos quais 7,3 milhões de euros cofinanciados pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

O Sistema de Bilhética e o Sistema de Apoio à Exploração e Informação ao Público, que entrarão em funcionamento em 2024, totalizaram 1,7 milhões de euros de investimento em 2023.

Foram concluídas as obras de requalificação da Estação de Recolha da Via Norte, tendo sido executado no ano 440 mil euros.



Investimento (milhares euros)	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Autocarros	21.527	0	18.540	18.540	-
Manutenção e Reabilitação de Carros Elétricos	103	48	26	-22	-46%
Infraestruturas associadas à Renovação da Frota	576	710	201	-509	-72%
Outras Infraestruturas	396	1.810	844	-966	-53%
Outros	322	244	2.903	2.660	1.092%
Total	22.925	2.811	22.515	19.704	701%

(milhares euros)	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Alienações	139	160	2	-157	-99%

2023 foi marcado pela continuidade da aposta na descarbonização da frota, concretizada pela chegada à STCP de 48 novos autocarros elétricos

SITUAÇÃO PATRIMONIAL



A 31 de dezembro de 2023, a STCP apresenta um Ativo Líquido de 187,2 milhões de euros, um aumento de 2,5 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2022. O Passivo é de 41,6 milhões de euros, uma diminuição de 2,2 milhões de euros e o Capital Próprio positivo em cerca de 146 milhões de euros, um aumento de 4,7 milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2023, o capital social da STCP, inteiramente subscrito e realizado, é de 90.000.000 euros, representado em 18.000.000 de ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5,00 euros cada. Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos.

Balanco (milhares euros)	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Ativo Não Corrente	136.366	133.626	143.533	9.907	7,4%
Ativo Corrente	46.396	51.130	43.713	-7.417	-15%
Total do Ativo	182.762	184.756	187.246	2.490	1,3%
Capital Próprio	139.340	140.980	145.657	4.676	3,3%
Passivo Não Corrente	23.281	23.002	21.122	-1.879	-8,2%
Passivo Corrente	20.142	20.774	20.467	-307	-1,5%
Total do Passivo	43.423	43.776	41.589	-2.186	-5,0%
Total do Capital Próprio e Passivo	182.762	184.756	187.246	2.490	1,3%

3. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

O **prazo médio de pagamento (PMP)**^[1] em 2023 foi de 27 dias, registando um decréscimo de 31 dias relativamente a 2022, justificado pelo pagamento da dívida a fornecedores de investimento, nomeadamente a aquisição e pagamento de 48 autocarros em dezembro.

[1] Calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 2 de fevereiro e com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril.

Prazo Médio de Pagamento

Prazo (dias)					
2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22	
77,4	57,9	27,0	-31	-53%	

A **dívida a fornecedores vencida**^[2] a 31 de dezembro de 2023 euros era cerca de 296 mil euros, e referente essencialmente a faturas em regularização e conferência.

[2] No âmbito do estipulado no artigo 1º, do DL 65-A/ 2011, de 17 de maio.

Dívida a Fornecedores

Dívida Vencida (milhares euros)					
90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	Total	
61	14	206	15	296	



RESULTADOS

Em 2023 os **Rendimentos** foram 71,2 milhões de euros, aumentando 1,9 milhões de euros relativamente a 2022:

- A Receita de Transporte aumentou 6,5 milhões de euros devido quer ao aumento dos passageiros quer via aumento tarifário;
- As Compensação por Obrigações de Serviço Público (OSP), aumentaram cerca de 1,3 milhões de euros;
- Os Subsídios ao combustível aumentaram cerca de 760 mil euros;
- Foi contabilizado um valor negativo de cerca de 120 mil euros referente a uma retificação de subsídios COVID, atribuídos no âmbito do DL 14-C/2020. A variação face a 2022 foi negativa em cerca de 6,6 milhões de euros.

Os **Gastos Operacionais** foram de 70,2 milhões de euros, diminuindo cerca de 9,5 milhões de euros face a 2022:

- Os Materiais Consumidos e Fornecimentos e Serviços Externos atingiram os 25,7 milhões de euros, verificando-se uma redução de 11,6 milhões de euros, devido essencialmente à diminuição dos gastos com energia em 13,3 milhões de euros;
- Os Gastos com Pessoal foram cerca de 37 milhões de euros, aumentando 2,8 milhões de euros.
- As Amortizações, no montante de 6,9 milhões de euros, diminuiram cerca de 743 mil euros.

Decorrente do desempenho acima referido dos Rendimentos e Gastos, o **EBITDA Recorrente** de 2023 foi positivo no montante de cerca de 7,9 milhões de euros, o que representou um crescimento de 10,6 milhões de euros relativamente a 2022.

3. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

O **Resultado Não Recorrente** foi negativo em 1 milhão de euros em 2023.^[3]

O **Resultado Financeiro** foi nulo no ano de 2023.

Em 2023, o **Resultado Antes de Impostos** foi nulo pelo que não existiu transferência financeira ao abrigo do nº 2 do artigo 40 da Lei n.º 50/2012.

[3] O detalhe da evolução do Resultado não Recorrente, rubricas provisões, reversões, imparidades, variação de justo valor de ativos e ganhos/ perdas extraordinárias de subsidiárias pode ser consultado nas notas nº 23, 20, 29.2.3, 13 e 15.2, às demonstrações financeiras, respetivamente.

Resultados (milhares euros)	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Receita de Transporte	33.460	45.223	51.687	6.464	14%
Aluguer de Viaturas	26	80	103	24	30%
Outros Rendimentos	3.438	3.800	3.761	-39	-1,0%
Compensação Financeira Obrigações Serviço Público ^[1]	16.941	11.271	12.554	1.283	11%
Compensação Financeira Obrigações Serviço Público Adicionais	133	0	0	0	0,0%
Subsídios Combustíveis	151	2.444	3.207	763	31%
Subsídios COVID	7.090	6.520	-123	-6.643	-102%
Rendimentos	61.240	69.337	71.189	1.852	2,7%
CMVMC + FSE	23.458	37.356	25.718	-11.639	-31%
Gastos com combustíveis (gás, gasóleo e eletricidade)	10.331	24.286	11.004	-13.282	-55%
Gastos com Pessoal	33.048	34.213	37.001	2.788	8,1%
Outros Gastos	538	518	583	66	13%
Gastos	57.045	72.087	63.302	-8.785	-12%
EBITDA Recorrente	4.195	-2.750	7.887	10.637	387%
Amortizações	6.854	7.595	6.852	-743	-10%
Resultado Não Recorrente ^[2]	-265	1.739	-1.035	-2.774	-160%
Resultado Operacional (EBIT)	-2.924	-8.605	0	8.605	100%
Resultado Financeiro	0	0	0	0	0,0%
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012	2.924	8.605	0	-8.605	-100%
Imposto sobre o Rendimento	83	84	-13	-97	-116%
Resultado Líquido	83	84	-13	-97	-116%

[1] Contratuais e Acerto.

[2] Provisões, reversões, imparidades, variação do justo valor de ativos e ganhos/perdas extraordinários.

Apuramento do Valor Global de Acerto das Compensações por Obrigações de Serviço Público

Uma vez que, nos anos de 2021 e 2022, a STCP beneficiou de transferências financeiras dos acionistas para equilíbrio dos resultados tal como exigido pela aplicação do artigo 40º da Lei 50/2012, no valor global de cerca de 11,5 milhões de euros, é possível em 2023 à STCP assumir um *capital cash flow* negativo por devolução adicional de OSP, até ao montante que permite a não aplicação da Lei 50/2012, sendo apurado um montante global de devolução de compensações por obrigações de serviço público, referente ao exercício de 2023, no montante 5.279.890,63 euros.

Compensações Financeiras por Obrigações de Serviço Público

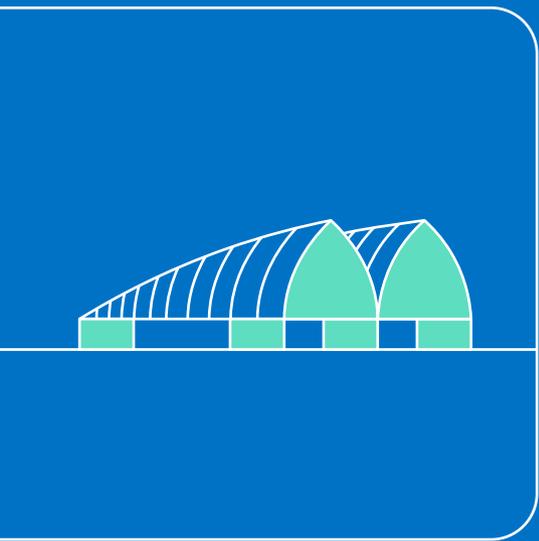
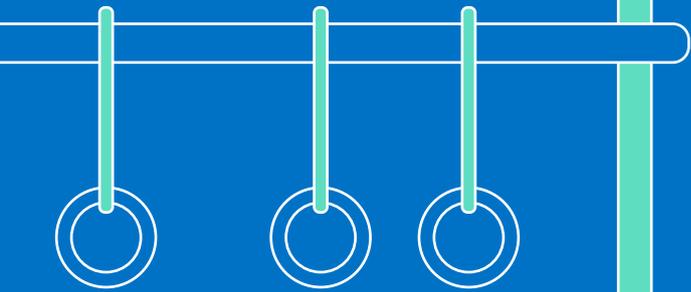
No quadro seguinte, apresenta-se o valor final das compensações financeiras, constituídas pelas obrigações de serviço público e pela transferência financeira acima mencionada. O total das compensações financeiras foi cerca de 12,5 milhões de euros, verificando-se uma diminuição em cerca de 7,3 milhões de euros face a 2022.

Compensações Financeiras (milhares euros)	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Compensação Financeira Obrigações Serviço Público ^[3]	16.941	11.271	12.554	1.283	11%
Compensação Financeira Obrigações Serviço Público Adicionais	133	0	0	0	0,0%
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012	2.924	8.605	0	-8.605	-100%
Total Compensações Financeiras	19.998	19.876	12.554	-7.323	-37%

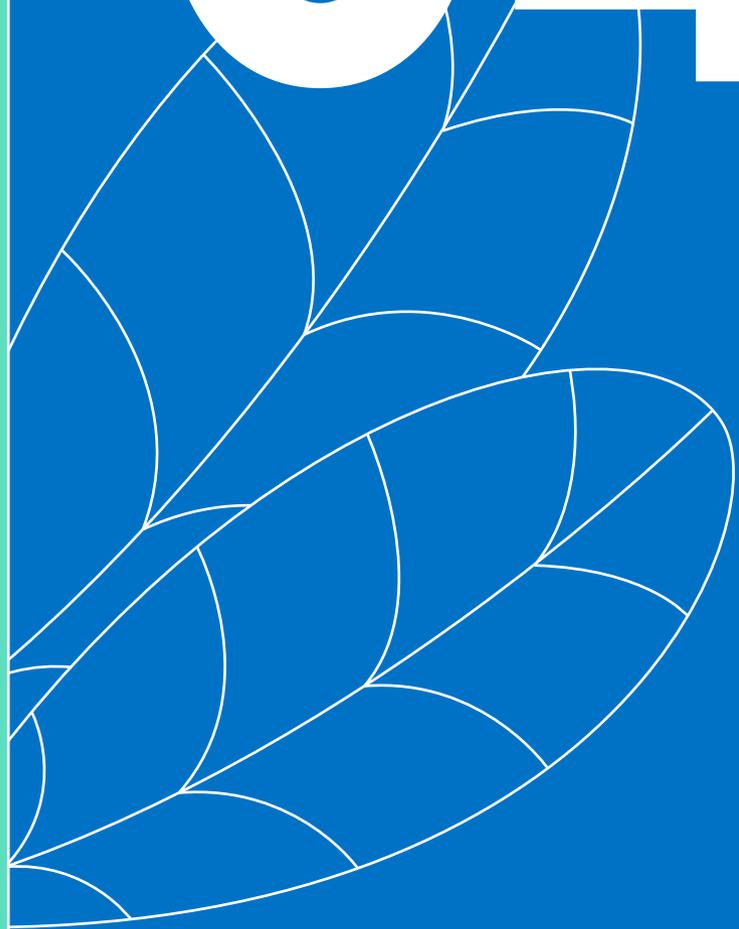
[3] Contratuais e Acerto.

O **Resultado Líquido** foi negativo no montante de 13 mil euros.





04



PESSOAS

4. PESSOAS

4.1

QUEM SOMOS

A 31 de dezembro de 2023, o efetivo era de 1.324, menos 10 face a 31 de dezembro de 2022. O efetivo médio em 2023 foi de 1.319.

Foram realizados 40 estágios curriculares e profissionais e foram integrados na empresa 12 estagiários.

Efetivo ^[1]	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Efetivo Total a 31/12	1.335	1.334	1.324	-10	-0,7%
Pessoal Tripulante	1.005	1.009	965	-44	-4,4%
Motoristas em funções	988	986	944	-42	-4,3%
Guarda-Freios em funções	17	23	21	-2	-8,7%
% Pessoal Tripulante	75%	76%	73%	-3 pp	-3,6%
Efetivo Médio	1.313	1.321	1.319	-2	-0,2%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

O absentismo total foi de 11,0%, registando uma ligeira redução face a 2022.

Absentismo	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Total da Empresa	11,1%	11,1%	11,0%	-0,01 pp	-0,1%
Pessoal Tripulante ^[2]	12,8%	12,2%	12,7%	0,5 pp	4,2%
Outro Pessoal	6,0%	7,5%	6,2%	-1,3 pp	-17%

[2] Motoristas e Guarda-Freios.

As horas extra tiveram um custo total de 783 mil euros, um aumento de 7,7% face ao ano anterior. Foram realizadas cerca de 91 mil horas extra, das quais 84 mil horas relativas ao pessoal tripulante, registando um decréscimo de 2,4% face a 2022 em relação às horas extra totais realizadas.

Trabalho Suplementar ^[3] (milhares)	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Horas Extra Total	64	93	91	-2	-2,4%
Horas Extra Pessoal Tripulante	53	83	84	1	1,8%
Custo Total ^[4] euros	497	727	783	56	7,7%
Custo Pessoal Tripulante ^[4] euros	392	621	708	88	14%

[3] Ótica do pagamento

[4] Não inclui encargos com Segurança Social

Em 2023, a antiguidade média dos efetivos na empresa manteve-se nos 16 anos. A idade média dos trabalhadores aumentou de 46,6 para 46,9 anos, face a 2022.

Caracterização do Efetivo a 31 de dezembro ^[5]	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Idade Média (anos)	46,2	46,6	46,9	0,3	0,6%
Antiguidade Média Empresa (anos)	15,8	16,0	15,8	-0,2	-1,2%

[5] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

Continuando a tendência de evolução positiva nas habilitações literárias, em 2023 subiu para 54% os trabalhadores que possuem o ensino secundário ou superior.

Habilitações literárias	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
>= Ensino Secundário	49%	51%	54%	3 pp	5,0%

O número de mulheres em 31 de dezembro de 2023 era de 159, representando 12% do total de efetivo.

Cargo das Mulheres a 31/12 ^[6]	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Dirigente	2	3	4	1	33%
Pessoal Tripulante	71	74	76	2	2,7%
Chefia de apoio/intermédia	3	3	6	3	100%
Outros	64	64	73	9	14%
Total de Mulheres	140	144	159	15	10%

Cargo dos Homens a 31/12 ^[6]	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Dirigente	8	8	8	0	0,0%
Pessoal Tripulante	947	947	900	-47	-5,0%
Chefia de apoio/intermédia	38	37	46	9	24%
Outros	202	198	211	13	6,6%
Total de Homens	1.195	1.190	1.165	-25	-2,1%

[6] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

4. PESSOAS

A 31 de dezembro de 2023, 97% dos colaboradores estavam associados ao modo autocarro e 3% ao modo carro elétrico e museu.

Efetivo por Modo de Transporte e Atividade a 31/12 ^[7]	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Motoristas	988	986	944	-42	-4,3%
Chefia de apoio/intermédia	42	41	64	23	56%
Abastecedores	41	39	42	3	7,7%
Outros Operação	25	24	22	-2	-8,3%
Operação	1.096	1.090	1.072	-18	-1,7%
Manutenção Viaturas e Instalações	80	77	81	4	5,8%
Restante ^[8]	120	123	128	5	4,1%
Modo Autocarro	1.296	1.290	1.281	-9	-0,7%
Guarda-freios	17	23	21	-2	-8,7%
Manutenção Viaturas e Instalações	18	16	14	-1	-9,0%
Museu	5	6	8	2	33%
Modo Carro Elétrico e Museu	40	45	43	-1	-3,1%
STCP	1.335	1.334	1.324	-10	-0,7%
% Pessoal Operação	83%	83%	83%	-1 pp	-1,1%
% Pessoal Manutenção Viaturas e Instalações	7%	7%	7%	0 pp	4,0%
% Restante	9%	10%	10%	1 pp	6,2%

[7] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos. Reexpressão dos valores de 2021 e 2022.

[8] Os efetivos afetos às áreas de suporte da STCP estão incluídos no modo rodoviário.

Formação

Em 2023, realizaram-se cerca de 29 mil horas de formação, o que representa um aumento de 1,7 mil horas (+6,4%) relativamente a 2022.

O número de trabalhadores envolvidos em formação foi de 956, verificando-se um aumento de 8,9% face a 2022. De notar que alguns dos colaboradores estiveram presentes em mais do que uma formação.

Formação	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Horas de Formação	22.528	26.871	28.583	1.712	6,4%
Número de Trabalhadores Envolvidos em Formação	1.643	878	956	78	8,9%



Continuou a ser assegurada a formação contínua para a renovação do Certificado de Aptidão de Motorista (CAM), dirigida também a chefias de apoio e chefias intermédias, tendo sido realizadas 22 ações, com a participação total de 257 trabalhadores, totalizando 9.252 horas de formação.

Salienta-se a realização de formação no âmbito de Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida e condução das novas viaturas elétricas adquiridas.

Na parte oficial, a aposta centrou-se na habilitação dos técnicos de manutenção para a operação e manutenção das infraestruturas elétricas de média tensão e tração e continuação do desenvolvimento de competências pelas formações sobre os autocarros elétricos.

O ano fica igualmente marcado pela formação em liderança das chefias de apoio, resultante de processos de transformação em curso no Departamento de Operações, bem como o início na formação para habilitação de Agentes de Fiscalização de Estacionamento, englobando 15 chefias deste departamento, ministrada pela Empresa de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa (EMEL).

O ano foi igualmente marcado pela criação da academia de transformação *STCP Along Your Way*, com programas específicos de desenvolvimento de competências e na aposta na formação executiva de quadros superiores e formação em liderança.

Diálogo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores

Foram alcançados com várias Organizações Sindicais compromissos negociais no âmbito da contratação coletiva de trabalho, para o ano.

O ano foi marcado pelo diálogo permanente e regular, conseguindo-se alcançar compromissos com quatro Organizações Sindicais representativas de 88% dos trabalhadores sindicalizados e lançadas bases de diálogo para o ano 2024.

Apesar do esforço do Conselho de Administração em reforçar o clima de paz social ao longo do ano, foi decretada uma greve por uma das Organizações Sindicais, atualmente a vigorar, mantendo-se, contudo, o firme empenho da empresa em alcançar os compromissos necessários para a sua suspensão.

Manteve-se o plano de reuniões mensais entre a Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Administração.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A STCP assume como uma das suas prioridades a segurança, a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores. Um dos elementos orientadores na estratégia de gestão do risco organizacional é o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, o qual abrange todas as atividades desenvolvidas no transporte urbano de passageiros na área metropolitana do Porto e nos projetos externos desenvolvidos nas infraestruturas da STCP.

A certificação pela norma ISO 45001 em Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) reforça o sistema de gestão implementado, tendo como principal objetivo envolver as partes interessadas na promoção da segurança e saúde no trabalho, potenciando a melhoria da eficiência da gestão dos riscos profissionais associados às atividades.

Acidentes de Trabalho

No ano de 2023 registaram-se 92 acidentes de trabalho, dos quais 80 no local de trabalho e 12 em trajeto, sendo que em comparação com o ano de 2022, onde se registaram 103 acidentes de trabalho, verifica-se uma redução de 11%. Em 2023 os acidentes de trabalho originaram 1.937 dias de trabalho perdidos, -9% que em 2022.

Verifica-se uma redução na taxa de frequência e na taxa de incidência de 2022 para 2023, de 4,8% e de 10%, respetivamente.

Em sentido contrário, a taxa de gravidade registou no ano de 2023 um aumento significativo comparativamente com o ano 2022, consequência do aumento das lesões musculoesqueléticas, as quais representam 51% do tipo de acidentes de trabalhos.



-9%
Perda de dias
de trabalho

-11%
Acidentes
de trabalho

Indicadores de Acidentes de Trabalho ^[9]	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Taxa de Frequência (Tf): (Nº de acidentes de trabalho com baixa / Nº Horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	24,5	29,2	27,8	-1,4	-4,8%
Taxa de Gravidade (Tg): (Nº de dias perdidos / Nº de Horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	577,1	577,2	912,0	335	58%
Taxa de Incidência (TiT): (Nº de acidentes totais / Nº total de trabalhadores) x 1.000	48,6	67,2	60,4	-6,8	-10%

[9] Reexpressão dos indicadores desde 2021, pela não inclusão dos acidentes in itinere.

Posto Clínico

Em 2023, foram realizadas 3.366 consultas nas diversas especialidades médicas e assegurados os cuidados de enfermagem, diariamente, na estação de recolha de Francos. Verifica-se um aumento de 238 consultas realizadas, cerca de 7,6%, comparativamente com 2022. Foram realizadas 1.636 consultas de medicina do trabalho, uma diminuição de 67 consultas relativamente a 2022.

1.636

Consultas de
medicina no trabalho

3.366

Consultas de
especialidade

BEM-ESTAR

A STCP continua a manter nas suas prioridades o foco no bem-estar dos seus trabalhadores, procurando garantir o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal, bem como dinamizando um conjunto de iniciativas, que ao longo de 2023 ajudaram a reforçar a Cultura Organizacional da STCP, contribuindo para o incremento do sentido de pertença, cumprindo o propósito de aumentar o nível de retenção das nossas pessoas.

A STCP continua a manter nas suas prioridades o foco no bem-estar dos seus trabalhadores, procurando garantir o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal



A **newsletter interna** foi repensada, passando a existir três abordagens distintas, *A Linha*, *A Viagem* e *A Paragem*. O ano de 2023 contou com 22 edições da “A Linha” e também da “A Viagem” e 23 edições da “A Paragem”. Os temas que suscitaram maior interesse foram o Fornecimento dos 48 novos autocarros, os Eventos realizados (Encontro de Quadros, Desfile do Carro Elétrico, Arraial, 25 anos ao Serviço da STCP), a Distinção Prémio 5 estrelas Regiões, Nova Sede da Polícia Municipal na Estação de Recolha de Francos e a divulgação da nova identidade corporativa – Mobes.

Onboarding

No primeiro mês do ano de 2023 deu-se o pontapé de saída do projeto *Onboarding*, com uma semana de integração para os trabalhadores que desempenham funções consideradas administrativas e que foram admitidos na empresa desde o dia 01 de janeiro de 2021.

Ao longo do ano realizaram-se mais dois grupos no âmbito deste projeto, um a iniciar em maio e outro em novembro com os trabalhadores que entraram na empresa desde então.

Este projeto dá oportunidade de conhecer melhor o passado, o presente e o futuro da STCP em várias iniciativas que promovem a imersão no que a STCP é, no que faz e em como o faz.

Encontro de Quadros

Negócio, Pessoas e Futuro foram os três pilares do Encontro de Quadros que se realizou nos dias 17 e 18 de março, no CEIIA – Centro de Engenharia e Desenvolvimento.

Durante os dois dias do evento foram dinamizadas sessões na área da mobilidade e dos transportes, estado atual do negócio da STCP e as oportunidades que se abrem para o futuro. Foi neste evento que se apresentou, pela primeira vez, a nova identidade corporativa e terminou com o Conselho de Administração a reforçar a importância de pensar o futuro com otimismo e tendo a certeza que a STCP continuará a ser uma referência nacional de transporte público.

Arraial STCP

No dia 29 de junho celebrou-se o dia da STCP com um Arraial para todos os trabalhadores. Um evento que iniciou às 15 horas e seguiu pela tarde fora com jogos tradicionais, animação, música e comida. Contou com a visita do Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira.

4. PESSOAS

Celebração dos 25 anos ao Serviço da STCP

Foram homenageados, no dia 5 de dezembro, os trabalhadores que completaram 25 anos ao serviço da empresa em 2023. O evento decorreu no Museu do Carro Eléctrico, tendo também sido distinguidos os colaboradores que cessaram o vínculo com a STCP, por reforma, nesse ano.

Identidade Corporativa – Mobes

Foi definida uma nova visão, missão, valores e comportamentos associados, manifesto e mantra. Após divulgação interna da cultura, entrou em ação um plano de ativação e dinamização junto dos trabalhadores ao longo do ano, nomeadamente decoração de espaços em pontos estratégicos da empresa, suportes físicos e digitais como vídeos explicativos, vídeo institucional e o manual da cultura e os próprios eventos internos viveram desta identidade corporativa.

mobes



Projeto Cuidar da Mente

No início do segundo semestre do ano iniciou o Projeto Cuidar da Mente que visa reforçar o apoio psicológico aos trabalhadores da empresa.

O projeto Cuidar da Mente disponibiliza aos trabalhadores uma aplicação que engloba um conjunto de serviços que prestam apoio psicológico aos utilizadores, nomeadamente: linha telefónica de apoio psicológico, chat de apoio psicológico, vídeo-consultas e acesso a conteúdos de bem-estar. Este projeto terá a duração de 18 meses, sendo que no fim deste tempo será avaliada a sua continuidade.

Projeto ErgoBus

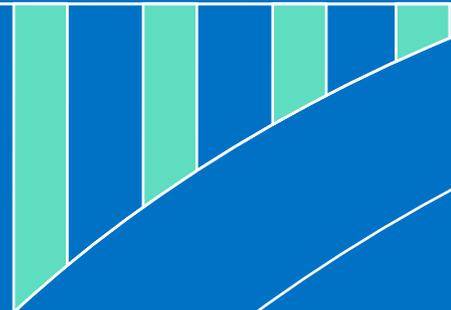
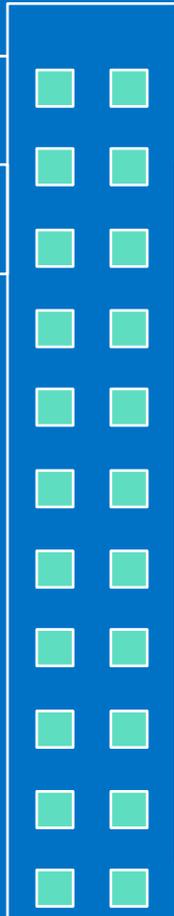
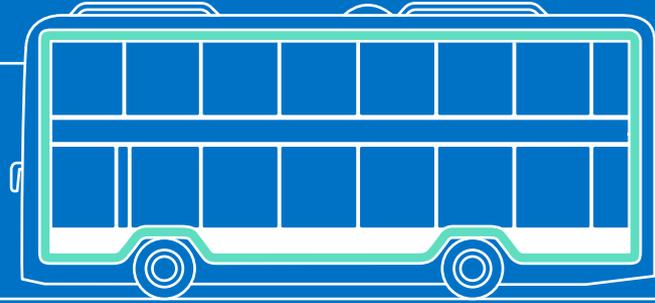
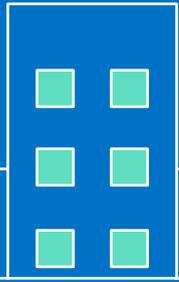
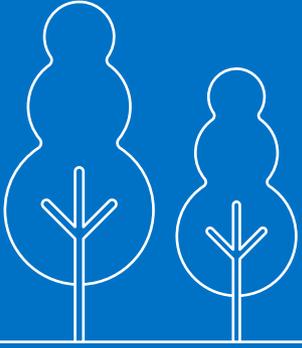
A STCP, no âmbito das suas atribuições em matéria de prevenção dos riscos profissionais, pretende implementar estratégias efetivas para a investigação e redução das Lesões Musculoesqueléticas Relacionadas com o Trabalho (LMERT).

Foi estabelecida uma parceria com Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto através do *Center for Translational Health and Medical Biotechnology Research*, tendo por objetivo contribuir para aprofundar o conhecimento sobre as eventuais causas das LMERT no exercício de funções, concretamente de motorista de serviço público e, que de alguma forma possa caracterizar também o setor de transportes coletivos de passageiros, em que estamos inseridos.

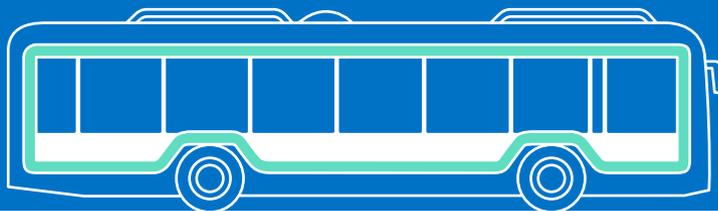
O projeto teve o seu início em 2023 e a implementação desta abordagem permitirá suportar tecnicamente se as condições para o exercício de funções pelos nossos motoristas, bem como se determinados percursos das nossas Linhas, contribuem ou não, para potencializar as LMERT.

Colónia de Férias

O Centro Cultural realizou, mais uma vez, a Colónia de Férias para os filhos dos seus associados. A colónia contou com crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos. Visitas temáticas, passeios lúdicos e jogos didáticos fizeram parte da programação. Entre as diversas atividades, as crianças foram à praia de Leça, à piscina das Marés, ao SeaLife, ao Parque Aquático de Guimarães, ao Zoo da Maia e, claro, ao Museu do Carro Elétrico, onde ficaram a conhecer melhor a história da empresa onde os pais trabalham.



05



FROTA

FROTA

A STCP possui três estações de recolha, duas de autocarros, Francos e Via Norte, e uma de carros elétricos em Massarelos.

A frota da STCP, a 31 de dezembro de 2023, era constituída por sete carros elétricos e 468 autocarros, com uma idade média, de 86 anos e 7,3 anos, respetivamente.

Cerca de 70% a frota de autocarros cumpre as especificações impostas pela Norma Euro VI ou é movida a eletricidade e, como tal, não tem emissões de poluentes associadas.

A frota de autocarros elétricos, 68, representa 15% do total e a frota a gás natural, 333, 71%.



A Frota em Parque	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Autocarros a Gás Natural	333	333	333	0	0%
Standard	304	304	304	0	0%
Articulados	29	29	29	0	0%
Autocarros a Eletricidade	20	20	68	48	240%
Standard	20	20	68	48	240%
Autocarros a Gasóleo	81	67	67	0	0%
Standard	38	24	24	0	0%
Articulados	20	20	20	0	0%
2 Pisos	15	15	15	0	0%
Minis	8	8	8	0	0%
Frota de Autocarros [1]	434	420	468	48	11%
% Autocarros a Gás e Eletricidade	81%	84%	86%	2 pp	2%
Frota de Carros Elétricos	7	7	7	0	0%
Frota	441	427	475	48	11%

[1] a 31/12/21 a frota era de 434 autocarros, devido ao desfasamento temporal entre a receção dos novos autocarros e o abate dos antigos. No final de dezembro de 2023 foram rececionados 48 autocarros standard elétricos, 24 para renovação e 24 para expansão da frota, que ficará em 442 autocarros.

A receção em dezembro de 48 autocarros elétricos representará uma redução de emissões de CO₂ de cerca de 4.000 toneladas por ano, refletindo o compromisso com a mobilidade sustentável, enquanto fator crítico de combate às alterações climáticas e de mitigação dos seus efeitos.

O investimento em novos autocarros traduz também um compromisso com o bem-estar, o conforto e a segurança dos passageiros. A nova frota reúne um conjunto de funcionalidades que vão ao encontro das novas exigências e tendências do mercado dos transportes rodoviários de passageiros.

Taxa de Imobilização e Avarias

De 2022 para 2023 registou-se um ligeiro aumento da taxa de imobilização devido a ocorrências imprevistas que implicaram imobilizações mais prolongadas.

Taxa de imobilização ^[2]	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Modo Autocarro	12,4%	10,0%	10,7%	-9,8 pp	7,9%

[2] Inclui a imobilização de viaturas para abate (frota envelhecida, substituída).

Avarias/ 1.000 kms ^[3]	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Modo Autocarro	1,65	1,37	1,41	0,05	3,5%

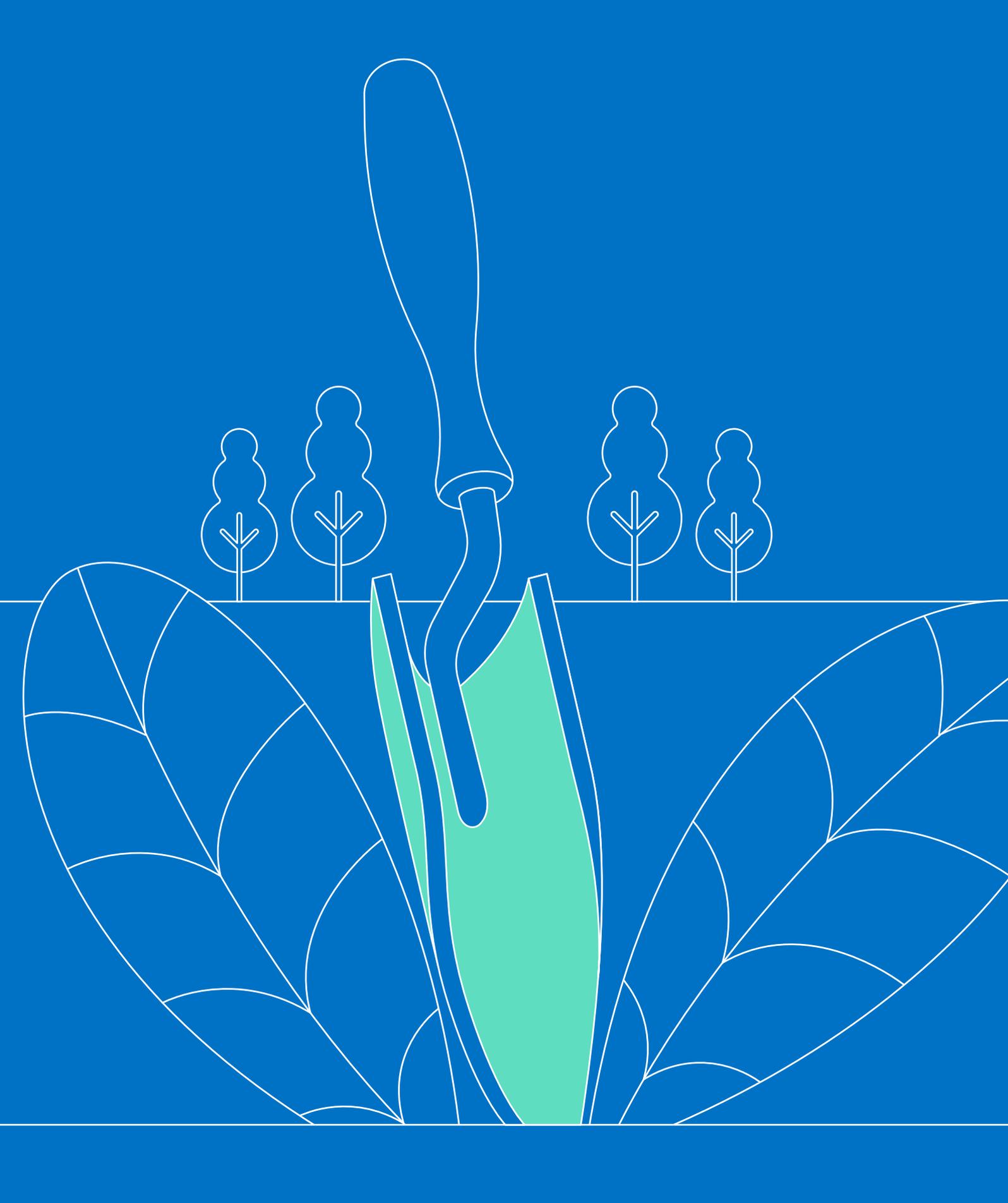
[3] Considera os quilómetros totais realizados por toda a frota de autocarros.

Emissões de CO₂

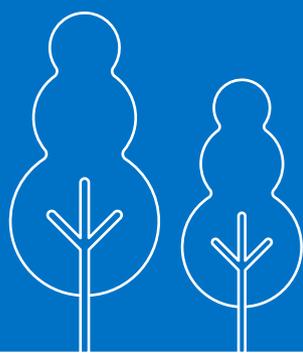
Apesar de, em 2023, se ter verificado um aumento de 0,6% nas emissões brutas de dióxido de carbono associadas diretamente à operação do transporte público, o coeficiente por passageiro apresentou uma diminuição de 7,1%.

Emissões CO ₂	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Autocarros a Gás Natural (ton.)	25.142	26.919	27.585	665	2,5%
Autocarros a Gasóleo (ton.)	4.743	4.581	4.091	-489	-11%
Total (ton.)	29.885	31.500	31.676	176	0,6%
CO₂ / Passageiro.km (gramas)	156,4	122,9	114,1	-9	-7,1%

[nota] Fator de conversão unidade energia a CO₂: Valores utilizados de acordo com o aviso POSEUR-07-2018-02.



06



AMBIENTE

AMBIENTE

Energia

O setor de transporte utiliza uma grande quantidade de energia, havendo necessidade de consumo de combustíveis tanto para a operação das viaturas, como para as instalações de suporte operacional.

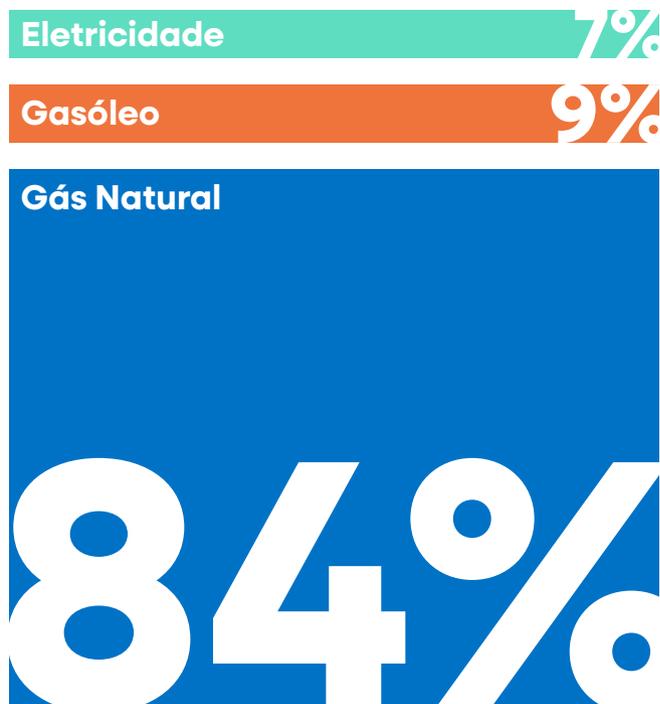
Durante 2023, a STCP consumiu um total de 14.083 TEP (tonelada equivalente de petróleo), sendo 95% correspondente à frota de serviço público e 5% às instalações, evidenciando-se o peso dos combustíveis rodoviários na pegada energética da organização.

A STCP, enquanto empresa enquadrada no âmbito do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia para os Transportes, considera os fatores de conversão constantes na Portaria nº 228/90 para quantificar o consumo dos três tipos principais de combustíveis que consome, nomeadamente gás natural, gasóleo e eletricidade.

Face a 2022, regista-se um aumento de 0,8% no consumo total bruto de energia, traduzindo uma relativa continuidade em termos de consumo, sendo que o aumento de passageiros transportados levou a uma melhoria do indicador específico TEP/Passageiro.km.

Em 2023, como em 2022, a eletricidade usada para alimentar as instalações de média tensão, incluindo o carregamento de autocarros elétricos e a tração dos carros elétricos, foi proveniente de fontes 100% renováveis.

Mix Energia 2023



Frota de Serviço Público	Consumo de Energia (TEP)			Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
	2021	2022	2023		
Autocarros a Gás Natural	10.703	11.460	11.743	283	2,5%
Autocarros a Gasóleo	1.529	1.477	1.319	-158	-11%
Autocarros Elétricos	146	216	191	-25	-11%
Carro Elétrico	88	115	120	6	5,1%
Total	12.467	13.267	13.374	107	0,8%
TEP / Passageiro.km x 10⁶	65,1	51,5	48,0	-4	-6,9%

[nota] Fatores de conversão unidade combustível a TEP retirados da Portaria 228/90, de 27 de março.



O consumo energético das instalações teve um decréscimo, tendo para isso contribuído a modernização das infraestruturas e equipamentos energeticamente mais eficientes em consequência das obras de requalificação da Estação da Via Norte.

Em 2023, como em 2022, a eletricidade usada para alimentar as instalações de média tensão, incluindo o carregamento de autocarros elétricos e a tração dos carros elétricos, foi proveniente de fontes 100% renováveis.

Instalações	Consumo de Energia (TEP)			Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
	2021	2022	2023		
Eletricidade	877	696	695	0	-0,1%
Gás Natural	15	18	14	-4	-23%
Total	892	714	709	-5	-0,7%

[nota] Fatores de conversão unidade combustível a TEP retirados da Portaria 228/90, de 27 de março.

6. AMBIENTE

Água

A STCP recorre a água proveniente da rede pública para consumo humano e de captações subterrâneas para operações de lavagem, limpeza e outras atividades industriais. Em 2023 o consumo de água decresce, fruto das campanhas de intervenção e reparação dos circuitos de água de captação na Estação da Via Norte e Museu do Carro Elétrico de Massarelos.

Consumo de Água [m ³]	2021	2022	2023	Var. abs. 23/22	Var. % 23/22
Rede Pública	7.341	6.939	6.659	-280	-4,0%
Captações	16.907	24.803	21.419	-3.384	-14%
Total Consumo Água	24.248	31.742	28.078	-3.664	-12%

Resíduos

A STCP reconhece a importância de uma correta gestão de resíduos, como um passo importante para um paradigma não só de proteção ambiental como também de máximo reaproveitamento do ponto de vista material e energético. Assim, a gestão de resíduos abrange tanto locais de trabalho administrativo como industrial e as boas práticas de separação são estendidas tanto ao pessoal interno como a prestadores de serviço, residentes ou espontâneos. A maioria dos resíduos produzidos na STCP é gerida por operadores devidamente licenciados para esse efeito, sendo uma parte encaminhada e recolhida pelo serviço municipal (Porto Ambiente).

Em 2023 foram produzidas um total de 392 toneladas de resíduos, uma redução de cerca de 64% face ao ano anterior dado que em 2022 não foram abatidos veículos em fim de vida, o que implicou que a percentagem de resíduos sujeitos a valorização tenha sido de 24%.



-12%

Consumo de Água

-64%

Resíduos produzidos

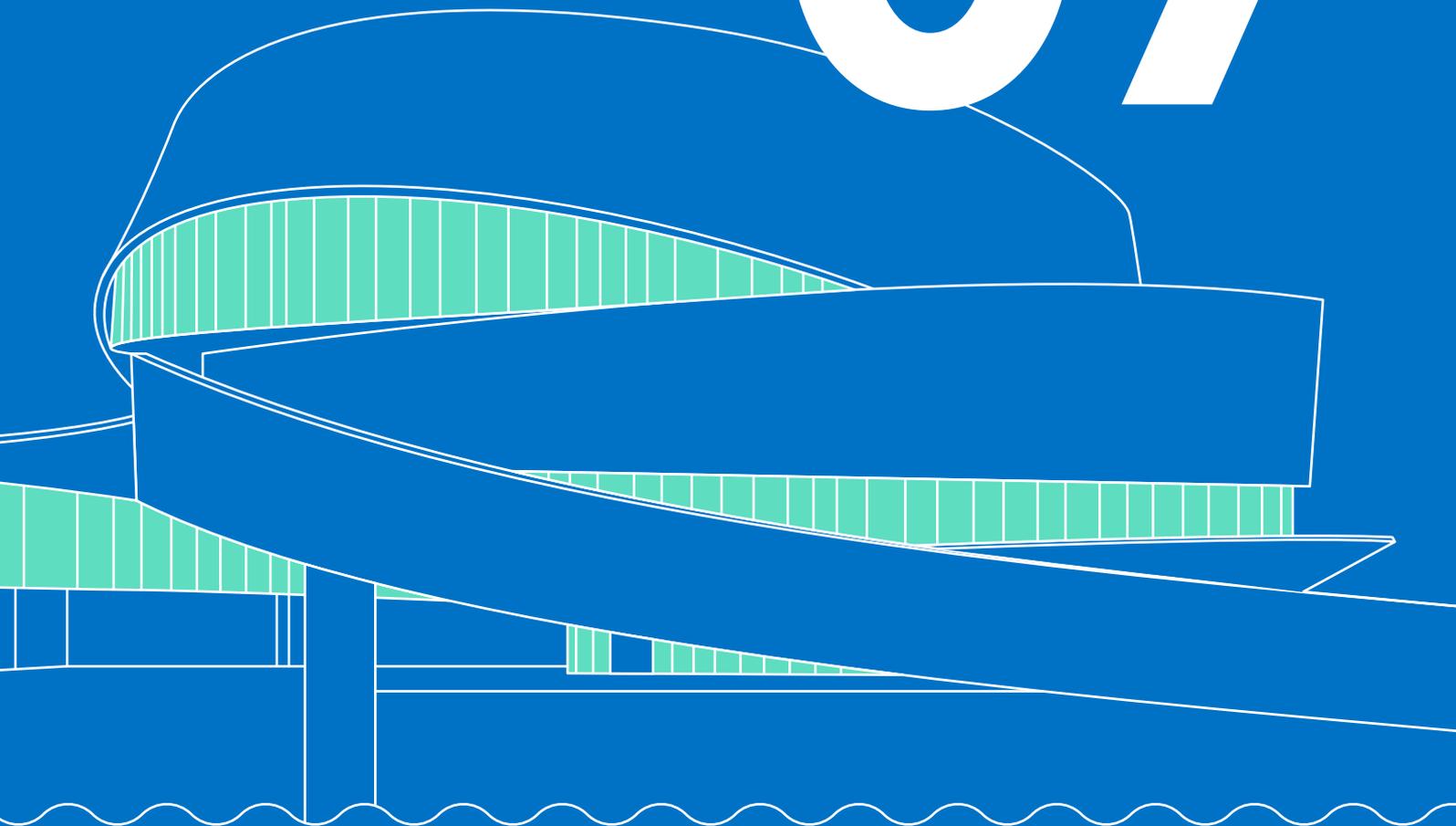
Na tabela abaixo está discriminada a variação das quantidades dos diversos tipos de resíduos produzidos.

Indicadores Operacionais Carro Elétrico	Quantidade produzida [kg]			Variação 2023/2022	
	2021	2022	2023	kg	%
Não Perigoso ^[1]	73.006	86.254	53.979	-32.275	-37%
Metais Ferrosos	25.900	52.160	22.060	-30.100	-58%
Indiferenciados	23.212	16.403	14.190	-2.213	-13%
Papel e Cartão	6.088	6.131	6.263	132	2,2%
Metais Não Ferrosos	2.830	-	4.215	4.215	-
Vidro	7.540	5.000	2.500	-2.500	-50%
Madeira	4.660	3.880	2.200	-1.680	-43%
Equipamento elétrico e eletrônico	1.086	901	981	80	8,9%
Pastilhas de Travão	1.286	1.472	740	-732	-50%
Embalagens de plástico	302	252	660	408	162%
Outros	102	55	170	115	209%
Perigoso ^[1]	988.813	1.010.543	338.074	-672.469	-67%
Águas e Lamas Oleosas	343.149	341.065	309.960	-31.105	-9,1%
Óleos Lubrificantes	7.029	11.402	12.629	1.227	11%
Acumuladores de chumbo	4.124	2.340	6.270	3.930	168%
Contaminados Oficinas	3.845	4.506	4.349	-157	-3,5%
Embalagens Contaminadas	3.034	2.117	2.870	753	36%
Equipamento elétrico e eletrônico	756	32	923	891	2.783%
Filtros de óleo	894	1.110	886	-224	-20%
Lâmpadas fluorescentes	329	100	110	10	10%
Hospitalares	328	91	78	-13	-14%
Veículos em fim de vida	625.325	647.780	-	-647.780	-100%
Total	1.061.818	1.096.797	392.053	-704.744	-64%

[1] Reexpressão das quantidades desde 2021, pela inclusão da totalidade dos resíduos produzidos



07



PARTES
INTERESSADAS

ACIONISTAS E AUTORIDADES DE TRANSPORTE

Os municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo são, simultaneamente, os acionistas e as autoridades de transporte da empresa:

- Por via do Contrato Interadministrativo de Delegação e de Partilha de Competências de Autoridade de Transportes Relativas ao Serviço Público Intermunicipal de Passageiros Explorado pela STCP, celebrado a 10 de março de 2020, os municípios acima referidos foram estabelecidos como Autoridades de Transportes do serviço público prestado pela empresa.
- Com o Terceiro Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP, que vigora desde 27 de dezembro de 2020, os municípios atribuem à empresa o direito de explorar o serviço de transporte público de passageiros por autocarro.
- Com a transferência das ações representativas do capital social da empresa do Estado para os municípios de Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, de acordo com a proporção estabelecida no Decreto-Lei que define as condições para a intermunicipalização da empresa. Pelo Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro alterado pelo Decreto-Lei nº 175/2019, de 27 de dezembro, em 2021, a STCP passou totalmente para a esfera intermunicipal.

O Conselho de Administração da STCP esteve presente nas reuniões mensais da Unidade Técnica de Coordenação (UTC), que reúne os seis municípios acionistas e a Área Metropolitana do Porto (AMP). Foi mensalmente apresentado o Desempenho do Serviço Público da empresa, discutido o Plano de Orçamento e Atividades para 2024 e abordados temas de várias naturezas.

Ao longo do ano de 2023 foram realizadas entre os seis municípios e a STCP reuniões relativas a questões de ordem operacional e económico-financeira.

CLIENTES

A análise deste tema encontra-se desenvolvida no ponto **2.5 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO** deste relatório.

COMUNIDADE



Diálogo Permanente com as Autoridades para a Segurança

Durante o ano de 2023, foram efetuadas ações de fiscalização a bordo dos autocarros nas zonas mais problemáticas da rede, com equipas apoiadas por elementos policiais.

A STCP continua a manter e a modernizar os equipamentos de vídeovigilância instalados a bordo das suas viaturas, com vista ao aumento da segurança dos clientes e motoristas.

Existe uma colaboração permanente com as entidades policiais, judiciais e judiciárias, incluindo a cedência de imagens de vídeovigilância para processos de investigação criminal.

A STCP transporta milhares de passageiros nos seus trajetos habituais e também para eventos especiais, com oferta específica. No ano de 2023 há que referir:

Melhores do Ano: a linha 601 Cordoaria - Aeroporto (via MAR Shopping) efetuou um serviço especial com partida na paragem Exponor e término na paragem Aliados durante a madrugada e com frequências de 25 minutos.

A STCP continua a manter e a modernizar os equipamentos de vídeovigilância instalados a bordo das suas viaturas, com vista ao aumento da segurança dos clientes e motoristas

7. PARTES INTERESSADAS



A STCP voltou a ser a melhor opção de mobilidade: o número de autocarros, a capacidade e a frequência das viagens foram reforçadas, disponibilizando ao público uma alternativa simples, rápida, económica e ambientalmente sustentável.

Queima das Fitas

A STCP é a transportadora do evento desde 1998 e tem vindo, desde essa altura, a promover a proteção ambiental e a assumir o seu papel social como alternativa ao transporte individual.

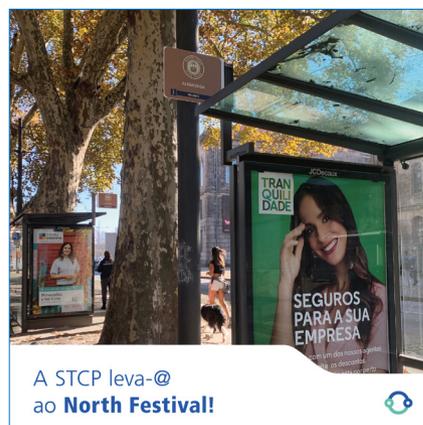
Este ano, o destaque vai para as ações de ativação de marca, muito apelativas para *selfies*.

North Festival

A oferta na zona da Alfândega do Porto foi reforçada com um autocarro adicional de grande capacidade na linha 500 Pr. Liberdade - Matosinhos (Mercado) e conjuntamente com as linhas 403 Boavista - Campanhã, 900 Cordoaria - Santo Ovídio e 1M Aliados - Matosinhos (Praia) permitiram ao público viajar até ao evento e regressar a casa de forma mais inteligente.

Serralves em Festa

Quatro anos após a última edição, a maratona cultural Serralves em Festa regressou e contou com a mobilidade especial oferecida pela STCP durante as 50 horas de festival, garantindo transporte público, em modo autocarro, a quem por lá passou, quer durante o dia, quer na madrugada. Também dentro do espaço do evento, a STCP promoveu a sua marca e o serviço especial através de ações com promotores e entrega de brindes.



Porto Primavera Sound

A STCP voltou a ser a melhor opção de mobilidade: o número de autocarros, a capacidade e a frequência das viagens foram reforçadas, disponibilizando ao público uma alternativa simples, rápida, económica e ambientalmente sustentável. Após os concertos, foi disponibilizado um *Shuttle* que fez a ligação entre a rotunda da Anémona (Praça Cidade do Salvador) e os Aliados, com frequência de dez minutos. No recinto, a STCP teve destaque com peça luminosa, colorindo ainda mais o festival, mas também informando as pessoas sobre a grande operação preparada.

Operação Especial São João

Na maior festa do ano no Porto, a STCP ofereceu mais uma vez aos seus passageiros um serviço ágil e de confiança para as deslocações de ida e regresso ao centro do Porto, com garantia de viagens toda a noite e madrugada, através do reforço de linhas de autocarros que serviram as zonas mais tradicionais das festividades na cidade invicta.



Festival da Comida Continente

A STCP preparou um serviço especial para o Parque da Cidade do Porto, que acolheu o Festival da Comida Continente. Foram aumentadas as frequências das linhas que circularam nas proximidades do local e com viaturas de grande capacidade.



7. PARTES INTERESSADAS

Festival Marés Vivas

O festival, que se realizou no antigo Parque de Campismo da Madalena, em Vila Nova de Gaia, contou com o reforço do serviço da linha 906 Trindade - Madalena o que permitiu ao público chegar e regressar do local de forma rápida, segura, económica e mais amiga do ambiente. A STCP também trabalhou o destaque e promoção ao transporte público, estando representada no espaço do evento através de promotores. Óculos e pulseiras luminosas, bem como participantes com maquilhagens com aplicação de *glitter*, mostravam bem a corrida ao *stand* da STCP.

Apoio aos peregrinos internacionais da Jornada Mundial da Juventude

A cidade do Porto acolheu 16 mil jovens católicos na iniciativa “Dias na Diocese” que procurou integrar os peregrinos estrangeiros e nacionais que rumaram à Jornada Mundial da Juventude. A STCP preparou um serviço especial que englobou reforços em diversas linhas que servem a envolvente ao Parque da Cidade, estando também presente nos concertos que aconteceram no espaço Queimódromo através de promotores.

Noite Branca de Gondomar

A linha 800, Bolhão – Gondomar, foi reforçada.

Feira das Nozes

Como tem sido habitual, a STCP marcou presença e voltou a reforçar a linha 800 Bolhão – Gondomar.

Festejos de Halloween

Várias linhas da STCP foram reforçadas com maior frequência e autocarros de maior capacidade, na noite bem movimentada e “assustadora” de 31 de outubro e madrugada de 1 de novembro.

Operação Especial no Fim de Ano

A STCP ajudou os seus clientes a “entrarem com o pé direito” no Novo Ano, preparando uma operação especial que permitiu viajar de autocarro até próximo dos vários locais de celebração, nomeadamente Avenida dos Aliados, Praça da República e Jardins do Palácio de Cristal. Ao serviço noturno habitual juntou-se, por antecipação, a Rede da Madrugada, quase quadruplicando a oferta habitual.



7.4

TRABALHADORES

A análise deste tema encontra-se desenvolvida no ponto **4. PESSOAS** deste relatório.

7.5

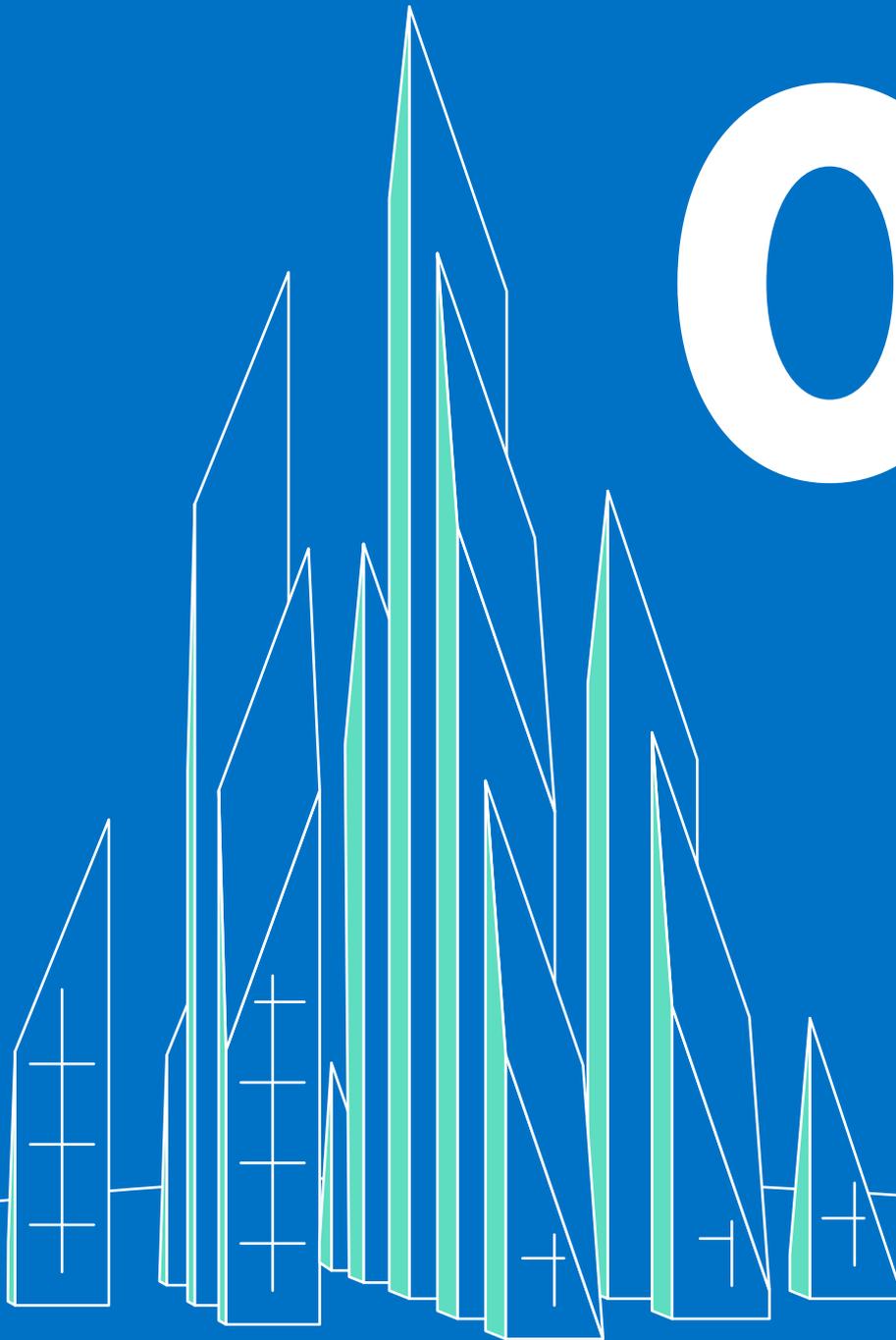
FORNECEDORES

A última atualização do Regulamento para Fornecedores data de 2020 e especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas que devem ser satisfeitos pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens, assim como a todas as atividades realizadas nas instalações ou em seu nome. O regulamento pode ser consultado no [site](#) da STCP.





08

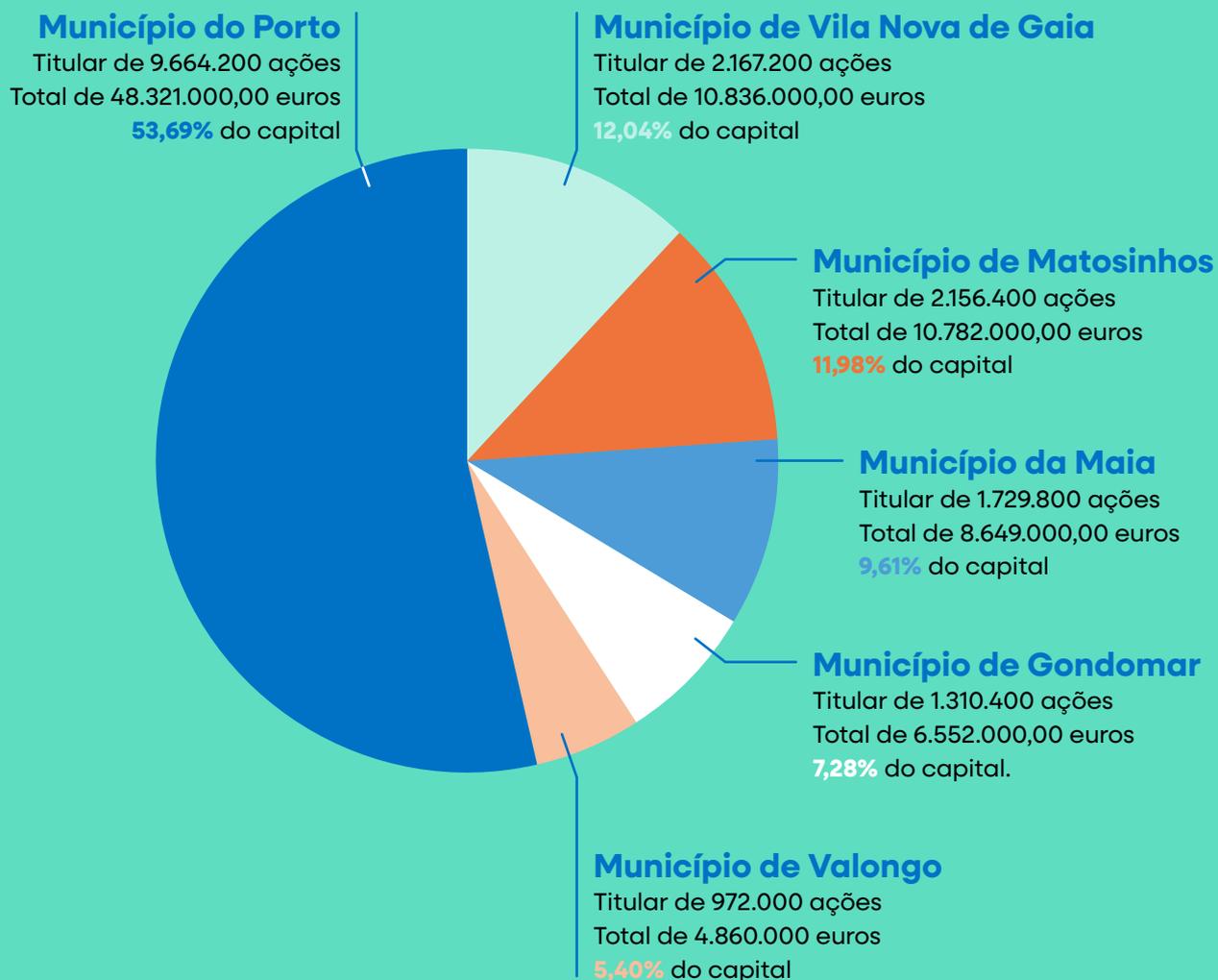


**ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL**

ESTRUTURA ACIONISTA

A STCP, E.I.M., S.A. é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal.

A 31 de dezembro de 2023, o capital social da STCP, E.I.M., S.A., inteiramente subscrito e realizado, é de 90.000.000,00 euros, representado em 18.000.000 de ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5,00 euros cada. A sua distribuição pelos acionistas é a seguinte:



CUMPRIMENTO DIVULGAÇÕES LEGAIS

Conforme artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que:

- Não existem sucursais da empresa;
- Em 2023 não houve aquisição nem alienação de ações;
- Não foram concedidas autorizações, porque não houve negócios, nos termos do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais;
- A Sociedade está exposta aos seguintes riscos financeiros:

Risco de taxa de câmbio

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é reduzida a componente de aquisição de bens e serviços em moeda diversa.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de importância relevante para a empresa e reflete a capacidade da estrutura societária cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento. A política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos oriundos dos acionistas e dos compromissos que decorrem da atividade, com o objetivo de manter satisfatórias condições de tesouraria.

8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Risco de crédito

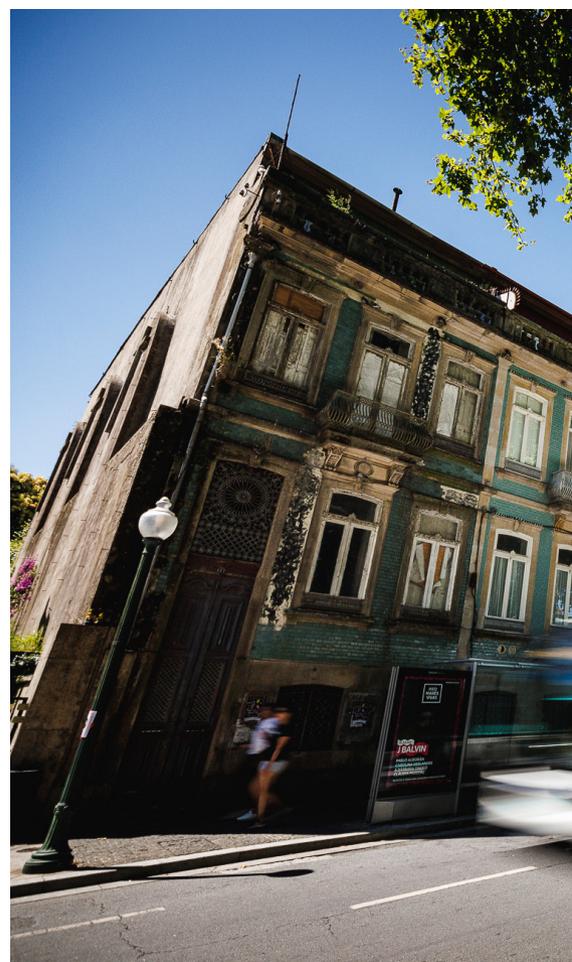
A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito a terceiros no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se o cumprimento em conformidade com as condições acordadas. Para mitigar o risco, a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito, implementando procedimentos tendentes a minorar as situações de incumprimento.

Detalhe da rubrica de Clientes, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

Sem registo de imparidade		2023	2022
Clientes c/c		736.180,81	15.650,81
Não vencido		712.781,47	2.748,06
Vencido		23.399,34	12.902,75
	<30 dias	1.051,61	277
	<60 dias	2.002,39	529,20
	<90 dias	7.834,12	3.595,45
	<120 dias	4.597,88	2.100,60
	< 180 dias	4.510,36	3.218,20
	>=180 dias	3.402,98	3.182,30

Com registo de imparidade

Clientes c/c		13.758,24	15.630,24
Vencido		13.758,24	15.630,24
	>=180 dias	13.758,24	15.630,24
		749.939,05	31.281,05



Detalhe da rubrica corrente de Outros Devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

Sem registo de imparidade		2023	2022
Outros devedores		9.833.689,83	4.865.821,15
Não vencido		7.733.500,58	1.098.904,95
Vencido		2.066.590,54	3.723.317,49
	<30 dias	138.216,36	106.630,47
	<60 dias	69.216,90	43.580,52
	<90 dias	404.194,15	345.960,85
	<120 dias	17.353,05	257.907,40
	< 180 dias	363.974,89	335.876,16
	>=180 dias	1.073.635,19	2.633.362,09
Depósitos e cauções pagas		33.598,71	43.598,71

Com registo de imparidade

Outros devedores		440.397,38	47.938,12
Vencido		44.097,38	47.938,12
	>=180 dias	44.097,38	47.938,12
		9.877.787,21	4.913.759,27

As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas tendo-se verificado a necessidade de reforçar as imparidades existentes face ao risco verificado no final do ano.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as imparidades de clientes e outros devedores ascendem a 57.855,62 e 65.568,36 euros, respetivamente, refletindo a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

Risco de taxa de juro

A empresa não está diretamente exposta ao risco de taxa de juro. A facilidade de crédito em cartão não está sujeita ao risco de taxa de juro.



8.3

MODELO DE GOVERNO

O Modelo de Governo assegura a separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização e encontra-se detalhadamente descrito no Relatório de Governo Societário de 2023.

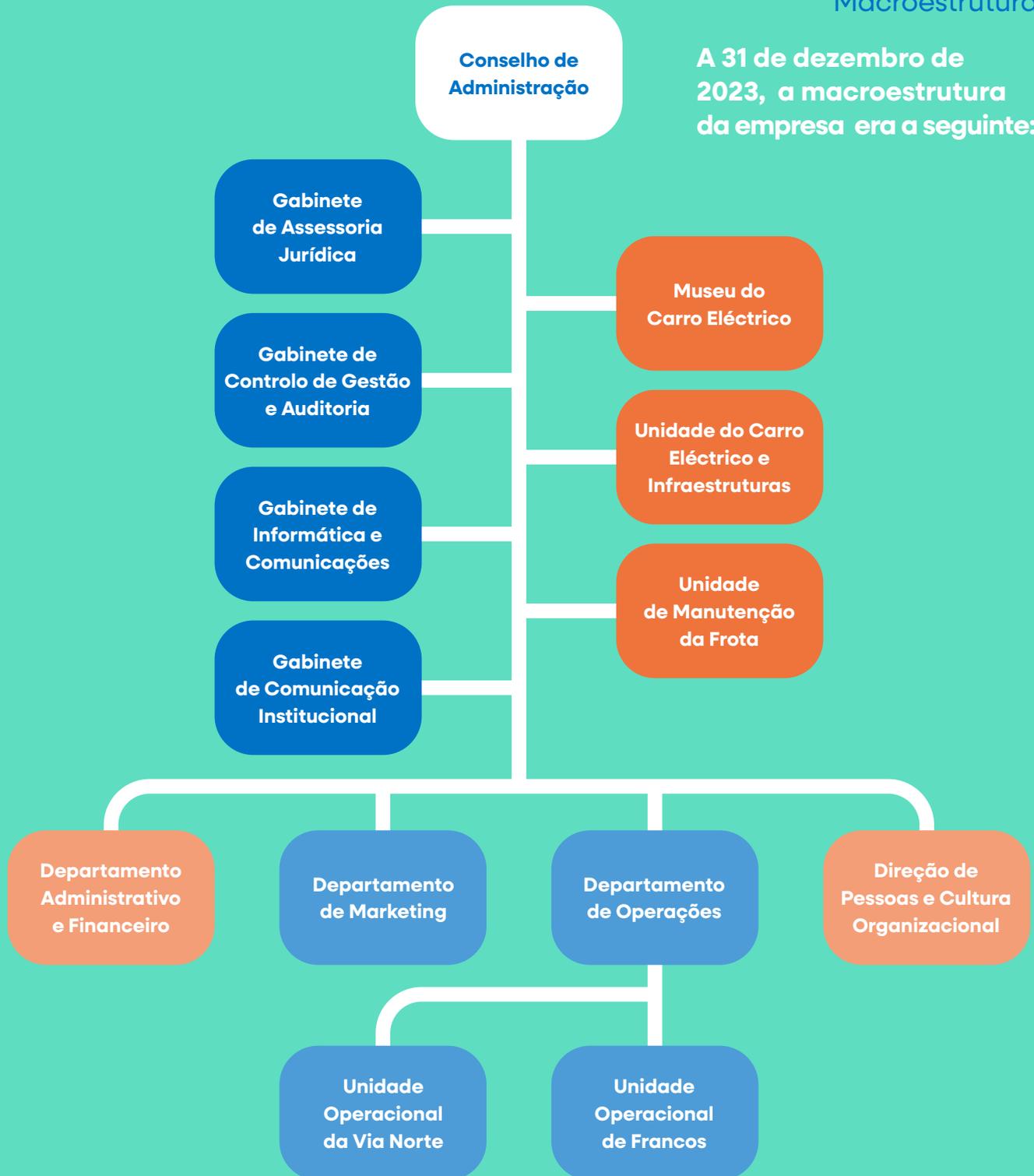
Os membros dos órgãos sociais da STCP, a 31 de dezembro de 2023, eram os seguintes:

Cargo	Órgãos Sociais a 31 de dezembro	Eleição
Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	30/mai/22
Vice-Presidente	Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana	30/mai/22
Secretária	Isabel do Céu Hora Bernardo	30/mai/22
Conselho de Administração		
Presidente	Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel	10/mar/22
Vogal	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	10/mar/22
Vogal	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	10/mar/22
Fiscal Único^[1]		
	Mazars & Associados SROC, inscrita na OROC sob o n.º 51 e na CMVM sob o n.º 20161394, representada pelo membro efetivo José Rebouta, inscrito na OROC sob o n.º 1023 e na CMVM sob o n.º 20160637. Como membro suplente, Patrícia Alexandra Faria Cardoso, inscrita na OROC sob o n.º 1483 e na CMVM sob o n.º 20161093.	22/nov/22

[1] Data da Assembleia Geral onde é informada a oficialização da designação de todos os municípios, aprovada nas respetivas Assembleias Municipais.

Macroestrutura

A 31 de dezembro de 2023, a macroestrutura da empresa era a seguinte:



● Órgãos de Staff

● Órgãos Backoffice

● Órgãos Operacionais

● Órgãos de Atividades Complementares ou com Natureza Específica



Visão

A **Visão** da STCP é proporcionar felicidade a todas as Pessoas que viajam connosco e sermos reconhecidos pelo contributo que damos à Sociedade e ao nosso Planeta.



Missão

A **Missão** da STCP é prestar um serviço de transporte público urbano de Passageiros, em articulação com todo o ecossistema contribuindo para a efetiva mobilidade das Pessoas, constituindo uma alternativa competitiva e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais, num quadro de inovação e de melhoria contínua.



Valores

Os **Valores** que orientam a STCP são:



Cuidar

Cuidamos dos nossos, cuidamos de todos os que se cruzam nas nossas vidas, cuidamos da economia local, cuidamos do nosso legado, cuidamos do nosso planeta para deixarmos um futuro melhor às gerações futuras!



Ambicionar a excelência

A humildade leva-nos a descobrir o que temos que desenvolver, a todo o momento, o rigor pauta os comportamentos que nos levam a elevados níveis de qualidade. Superamo-nos!



Ousar

Com os pés assentes no chão, conscientes do serviço público que prestamos e responsáveis perante os nossos acionistas; queremos dar espaço à irreverência, questionando o *status quo* e desbravando novos caminhos no seio da mobilidade sustentável.

8.4

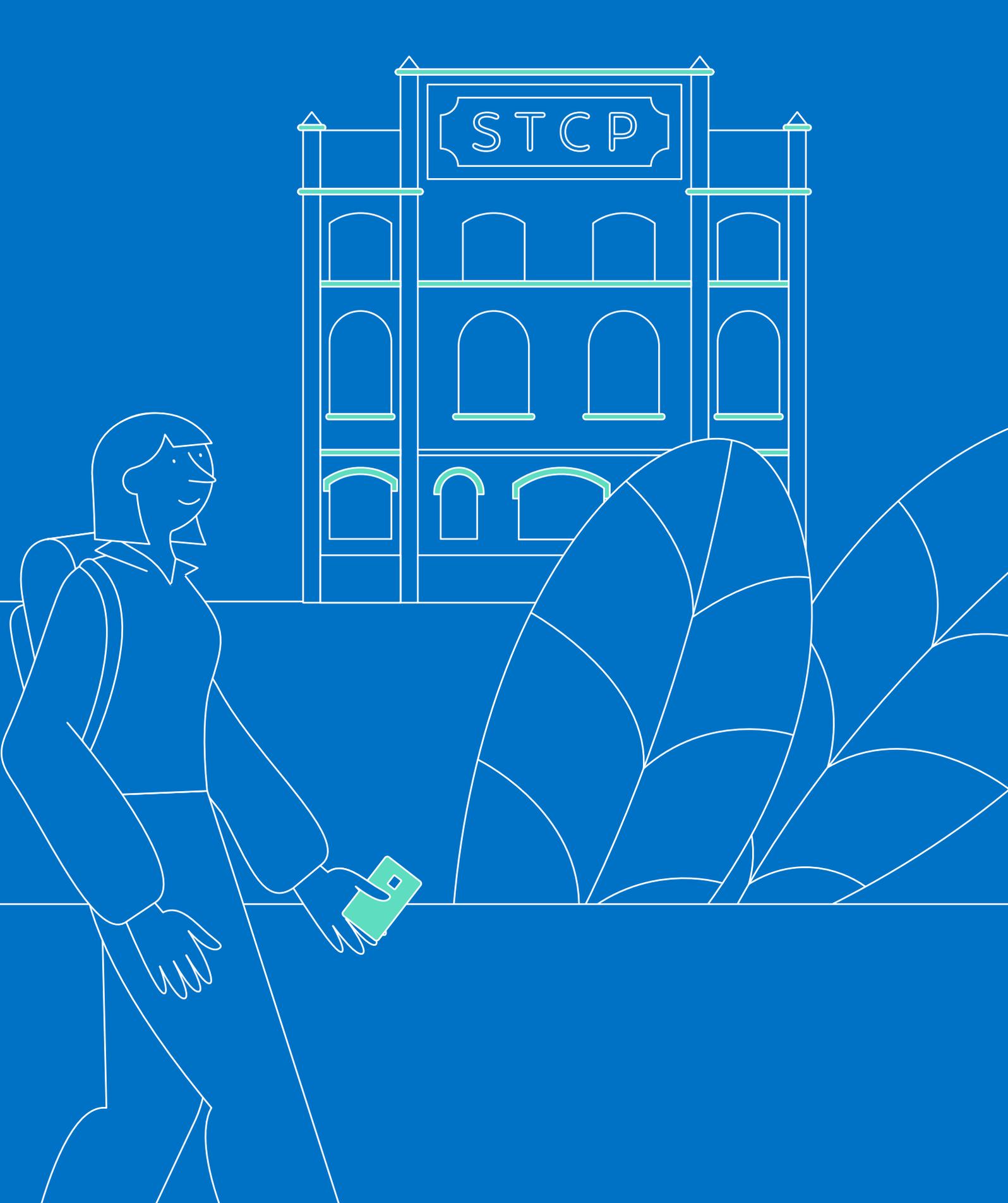
SISTEMAS DE GESTÃO

O Sistema de Gestão Qualidade Ambiente e Segurança é certificado desde 2008.

A implementação do Sistema de Gestão Anticorrupção, conforme a norma ISO 37001, culminou com a Certificação do Sistema de Gestão Anticorrupção da STCP, em 2022.

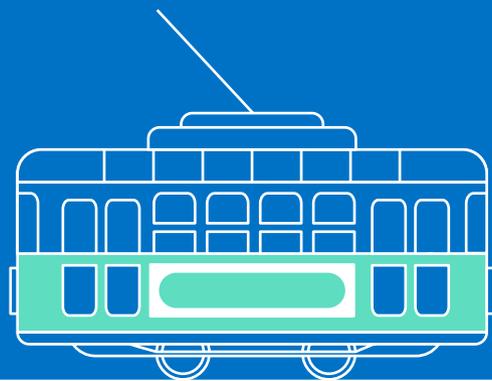
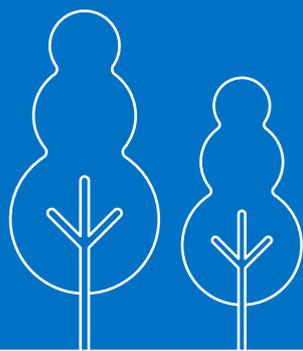
Tanto o Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, como o Sistema de Gestão Anticorrupção estão sujeitos a auditorias internas e externas, bem como à verificação da sua conformidade legal.





STCP

09



FACTOS SUBSECUENTES E PERSPECTIVAS PARA 2024

FACTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2024 foi adjudicado por cerca de 8,1 milhões de euros os 20 autocarros 100% elétricos e instalação de uma estação de carregamento elétrico, composta por dez carregadores duplos, cujo concurso tinha sido lançado em novembro de 2023.

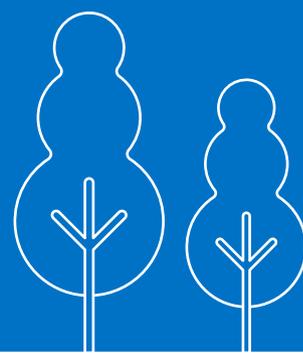
Foi assinado protocolo de doação de 21 autocarros com a República da Guiné Bissau a 14 de fevereiro de 2024.

PERSPETIVAS PARA 2024

Até ao final de 2024, a STCP verá a sua frota elétrica aumentar para 88 autocarros. A instalação da nova estação de carregamento está prevista para final do mês de agosto e a entrega das novas viaturas irá ocorrer no último quadrimestre de 2024.

Será finalizado o contrato de concessão de serviço público de transporte que terá início em 2025 e vigorará por 10 anos.







10



**PROPOSTA DE
APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício no valor negativo de 13.203,81 euros (treze mil, duzentos e três euros e oitenta e um cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados pelo seu valor global.

Porto, 26 de março de 2024

O Conselho de Administração

Presidente

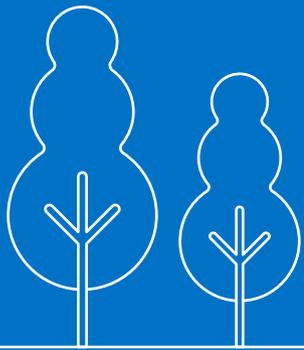
Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel

Vogais

Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva

Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça







DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTAS DO EXERCÍCIO 2023

Balanço de 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo não corrente		143.533.087,86	133.626.220,75
Ativos fixos tangíveis	9	121.214.882,23	106.082.061,92
Propriedades de investimento	13	13.152.000,00	13.999.500,00
Ativos intangíveis	8	449.574,24	218.312,05
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	15.2.	997.283,90	2.296.565,75
Outros investimentos financeiros	29.1.2.1	221.064,46	423.090,47
Créditos a receber	32.4	7.498.283,03	10.606.690,56
Ativo corrente		43.712.915,09	51.129.691,43
Inventários	20	684.807,41	777.659,45
Clientes	29.2.3	736.180,81	15.650,81
Estado e outros entes públicos	32.2	4.860.239,92	1.441.436,49
Outros créditos a receber	32.4	18.076.678,69	22.490.437,84
Diferimentos	32.5	1.232.075,63	1.022.148,73
Outros ativos financeiros	29.1.2.2	9.000.000,00	12.000.000,00
Caixa e depósitos bancários	5	9.122.932,63	13.382.358,11
Total do ativo		187.246.002,95	184.755.912,18

A Contabilista Certificada n.º 6622

Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração

Presidente

Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel

Vogais

Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva

Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

(montantes expressos em euros)

Capital Próprio e Passivo	Notas	2023	2022
Capital próprio			
Capital subscrito	29.3.1	90.000.000,00	90.000.000,00
Reservas legais	29.3.2	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	29.3.2	25.727,80	25.727,80
Resultados transitados		3.813.750,61	1.932.644,46
Excedentes de revalorização	29.3.3	33.029.563,93	33.361.206,19
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	29.3.4	18.725.837,11	15.502.088,23
Resultado líquido do período	29.3.5	-13.203,81	83.754,19
Total do capital próprio		145.656.583,06	140.980.328,29
Passivo			
Passivo não corrente		21.122.239,42	23.001.611,46
Provisões	23	9.492.622,33	12.581.404,74
Passivos por impostos diferidos	27	6.603.283,32	6.699.566,56
Outras dividas a pagar - imposto associado	29.3.4	5.026.333,77	3.720.640,16
Passivo corrente		20.467.180,47	20.773.972,43
Fornecedores	32.1	2.814.567,16	4.483.282,98
Adiantamento de clientes		1.647,90	1.605,75
Estado e outros entes públicos	32.2	1.651.184,87	1.580.762,00
Financiamentos obtidos	29.1.1	372,56	4.680,69
Outras dividas a pagar	32.3	8.920.209,61	7.936.995,36
Diferimentos	32.5	7.079.198,37	6.766.645,65
Total do passivo		41.589.419,89	43.775.583,89
Total do capital próprio e do passivo		187.246.002,95	184.755.912,18

Demonstração dos resultados por naturezas

(montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	22	51.790.398,11	45.302.338,62
Subsídios à exploração	24	15.637.711,21	20.234.867,60
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	15.2	552.873,64	619.428,41
Variação nos inventários da produção	20	1.096,03	
Trabalhos para a própria entidade	9	4.565,07	1.292,28
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	20	-6.800.991,57	-16.067.402,94
Fornecimentos e serviços externos	32.6	-18.916.903,44	-21.289.012,05
Gastos com o pessoal	30.2	-37.000.761,76	-34.212.501,03
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	20	-32.247,83	-41.966,58
Imparidade de dívidas a receber (Perdas / reversões)	29.2.3	1.288,73	-3.827,75
Provisões (Aumentos / reduções)	23	-709.446,98	-610.132,07
Aumentos / reduções de justo valor	13	-847.500,00	1.775.900,00
Outros rendimentos	32.8	3.755.028,27	3.798.341,05
Outros gastos	32.7	-583.381,51	-517.821,45
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.851.727,97	-1.010.495,91
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8,9	-6.851.727,97	-7.594.950,68
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)			-8.605.446,59
Resultados antes de impostos			-8.605.446,59
Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012	29.3.6	0,00	8.605.446,59
Imposto sobre o rendimento do período	27	-13.203,81	83.754,19
Resultado líquido do período	29.3.5	-13.203,81	83.754,19

A Contabilista Certificada n.º 6622

Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração

Presidente

Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel

Vogais

Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva

Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça

Demonstração dos fluxos de caixa

(Período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022)

(montantes expressos em euros)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	2023	2022
Recebimentos de clientes		57.790.632,77	45.515.534,05
Pagamentos a fornecedores		-32.654.947,48	-48.175.033,10
Pagamentos ao pessoal		-30.018.665,77	-27.486.369,89
Caixa gerada pelas operações		-4.882.980,48	-30.145.868,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		171.029,81	213.014,86
Outros recebimentos/pagamentos		12.997.622,76	38.379.433,60
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		8.285.672,09	8.446.579,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-26.542.268,80	-4.695.475,79
Ativos intangíveis		-270.364,45	-60.086,28
Investimento financeiros		-24.019.553,49	-12.100.749,64
Outros ativos		-57.545,48	-52.461,55
		-50.889.732,22	-16.908.773,26
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		16.195,96	196.299,64
Investimento financeiros		27.176.951,04	
Subsídios ao investimento		1.839.795,39	1.046.736,50
Juros e rendimentos similares		472.723,74	149.947,37
Dividendos		4.567,06	7.820,33
		29.510.233,19	1.400.803,84
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-21.379.499,03	-15.507.969,42
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		89.289,90	103.374,41
Cobertura de prejuízos do anterior accionista		233.263,00	2.541.151,12
Cobertura de prejuízos ao abrigo da Lei n.º 50/2012		8.605.446,59	2.924.311,50
		8.927.999,49	5.568.837,03
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-93.598,03	-106.584,45
		-93.598,03	-106.584,45
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		8.834.401,46	5.462.252,58
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-4.259.425,48	-1.599.137,32
Caixa e seus equivalentes no início do período		13.382.358,11	14.981.495,43
Caixa e seus equivalentes no final do período	5	9.122.932,63	13.382.358,11

Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2022

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas
Posição no início do período de 2022	1	90.000.000,00	74.907,42	25.727,80
Alterações no período				
Realização de excedentes de revalorização	29.3			
Ajustamentos por impostos diferidos				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				
	2			
Resultado líquido do período	3			
Resultado integral	4=2+3			
Operações com detentores de capital no período				
Entradas para cobertura de perdas				
	5			
Posição no fim do período de 2022	6=1+2+3+5	90.000.000,00	74.907,42	25.727,80

Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2023

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas
Posição no início do período de 2023	6	90.000.000,00	74.907,42	25.727,80
Alterações no período				
Realização de excedentes de revalorização	29.3			
Ajustamentos por impostos diferidos				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				
	7			
Resultado líquido do período	8			
Resultado integral	9=7+8			
Operações com detentores de capital no período				
Entradas para cobertura de perdas				
	10			
Posição no fim do período de 2023	6+7+8+10	90.000.000,00	74.907,42	25.727,80

(montantes expressos em euros)

Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
-857.466,08	33.694.628,71	16.318.325,14	83.499,21	139.339.622,20
430.222,60	-430.222,60			
-96.800,08	96.800,08			
79.820,07		-816.236,91	-83.499,21	-819.916,05
413.242,59	-333.422,52	-816.236,91	-83.499,21	-819.916,05
			83.754,19	83.754,19
			254,98	-736.161,86
2.376.867,95				2.376.867,95
2.376.867,95				2.376.867,95
1.932.644,46	33.361.206,19	15.502.088,23	83.754,19	140.980.328,29

(montantes expressos em euros)

Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1.932.644,46	33.361.206,19	15.502.088,23	83.754,19	140.980.328,29
427.925,50	-427.925,50			
-96.283,24	96.283,24			
1.316.200,89		3.223.748,88	-83.754,19	4.456.195,58
1.647.843,15	-331.642,26	3.223.748,88	-83.754,19	4.456.195,58
			-13.203,81	-13.203,81
			-96.958,00	4.442.991,77
233.263,00				233.263,00
233.263,00				233.263,00
3.813.750,61	33.029.563,93	18.725.837,11	-13.203,81	145.656.583,06

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de
dezembro de 2023
(Montantes expressos em euros)

1. Identificação da entidade e período de relato

A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia - integrados na Área Metropolitana do Porto (AMP). Explora os modos de transporte autocarro e carro elétrico.

A sua sede localiza-se na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

A 1 de janeiro de 2021, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 175/2019, e de acordo com ofício da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, foi realizada a intermunicipalização da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A., em que o capital social foi integralmente transmitido do Estado Português para os seis municípios onde a empresa opera: Município de Gondomar, Município da Maia, Município de Matosinhos, Município do Porto, Município de Valongo e Município de Vila Nova de Gaia.

Com a aprovação dos estatutos, em Assembleia Geral de 30 de junho de 2021, a sociedade passou a denominar-se Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M, S.A., abreviadamente STCP, E.I.M., SA, enquadrada pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sucedendo à Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., que pelo Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, tinha sido transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e que por sua vez tinha sucedido ao Serviço de Transportes Coletivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950.

As demonstrações financeiras reportam-se ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023 e estão apresentadas em euros.

As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 4.8.

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de março de 2024. Contudo, as mesmas serão ainda objeto de aprovação pelo Acionista, em Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Conforme mencionado no ponto 15.2 das notas às demonstrações financeiras da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., as participações financeiras em subsidiárias e associadas, são valorizadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Entidade considera-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o previsto na alínea a), nº 6 do artigo 7º do Decreto-Lei n. 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Normativo contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (retificado), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

2.2. Derrogações ao referencial contabilístico adotado

Não aplicável.

2.3. Conteúdos das contas não comparáveis

Não aplicável.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF: Divulgações transitórias

Não aplicável.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem:

4.1. Bases de apresentação

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias de natureza financeira, comercial ou outras, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de meios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considera adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o SNC, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M.,S.A. com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na **Nota 4.24**.

4.2. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente

pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como goodwill a apresentar separadamente, sendo amortizado nos termos previstos no parágrafo 46 da NCRF 14. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento diferido e é reconhecido em rendimento à medida da sua realização.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontre registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.3. Concentração de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- Justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- Justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- Justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária;
- Custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

4.4. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

4.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.
- O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

4.6. Contratos de construção

Não aplicável.

4.7. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; ou como,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.8. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) é praticamente inexistente e imaterial.

4.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.10. Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio - subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.11. Benefícios pós-emprego

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, o montante da responsabilidade assumida foi determinado anualmente, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

4.12. Pagamentos com base em ações

Não aplicável.

4.13. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

4.14. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes, à data de 31 de dezembro de 2019 e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de revalorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo que seja significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente. A STCP imputa a quantia inicialmente reconhecida com respeito a um item do ativo fixo tangível às partes significativas deste e deprecia separadamente cada parte. Uma parte significativa de um item do ativo fixo tangível pode ter uma vida útil e um método de depreciação que sejam os mesmos que a vida útil e o método de depreciação de uma outra parte significativa do mesmo item. Essas partes são agrupadas ao determinar-se o gasto de depreciação.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas do ativo fixo tangível	até 1988	1989 e 1990	1991 a 2001	2002 a 2011	2012 a 2023
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	5 a 50	5 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20	3 a 32
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 15
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

4.15. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subseqüentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação anual efetuada por avaliadores especializados e independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos / perdas por aumentos / reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

4.16. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas com *software*, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de um ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida são amortizados num período máximo de 10 anos.

4.17. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre o justo valor deduzido de custos para vender, e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.18. Inventários

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

4.19. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.20. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- Ao custo ou custo amortizado;
- Ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.
- Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.
- As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.
- Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade em instrumentos de capital próprio.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.
- A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.
- A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.
- No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

4.21. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica “Outros instrumentos financeiros – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica “Outros instrumentos financeiros - Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- a avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica “Outras reservas”. Tais ganhos ou perdas registadas em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

4.22. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

4.23. Agricultura

Não aplicável.

4.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E. I. M., S. A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, na demonstração dos resultados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

- Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis:

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são avaliados em cada exercício económico e definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão. Em concreto, a STCP tem ajustado a estimativa da vida útil dos veículos automóveis de serviço público, pesado para passageiros de acordo com as alterações que vão ocorrendo nas políticas de gestão definidas para estes ativos, nomeadamente programa de manutenção preventiva da frota, características técnicas dos ativos adquiridos, números de anos que se espera poder usar os ativos em condições de segurança e previsão de renovação da frota

- Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis:

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise anual de imparidade sendo reconhecidas as perdas decorrentes da mesma. Em 2023 e 2022, não foram identificados ativos com indícios de imparidade.

- Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber:

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Perdas por imparidade em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam. O risco de crédito sobre os saldos das contas a receber é avaliado à data de fecho, tendo em conta o conhecimento do cliente e o seu perfil de risco. Os saldos de clientes e outras contas a receber são analisados de acordo com a mora e as dificuldades detetadas nas diligências efetuadas pela Empresa para o seu recebimento.

No que respeita às perdas por imparidade de inventários, e de acordo com a metodologia vigente, o valor realizável líquido dos inventários é determinado de acordo com a metodologia dos excessos em armazém para a generalidade dos artigos e para os casos particulares, como os títulos de transporte, fardamento e materiais da via e rede mais relevantes, de acordo com o valor recuperável com o seu abate.

- Provisões:

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento e/ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

I. Processos Judiciais em Curso: de acordo com informação de risco obtida por parte dos Advogados e do Departamento Jurídico interno. De referir que, tendo por base o DL 151/2019, em 1 de janeiro de 2021 a STCP decidiu reconhecer o ativo pelo reembolso esperado dos encargos que se espera vir a suportar no futuro com os processos judiciais em curso relativo a factos anteriores a 31 de dezembro de 2020. O reconhecimento do ativo pressupõe que a STCP considera que é certo que o Estado reembolsará as responsabilidades com provisões que se encontram escrituradas nas suas contas;

II. Outros riscos e encargos:

- Riscos e Encargos com Sinistros com limite da franquia: de acordo com informação dos corretores de seguros, quando possível. Alternativamente, desde 2019 que a STCP considera o valor histórico dos valores pagos nos últimos 6 exercícios anteriores;
- Outros riscos e encargos diversos: provisão de acordo com informação obtida por parte do Departamento Jurídico e do Departamento de Pessoas, Cultura e Organização;
- Provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais ocorridos até fevereiro de 1998: apurados pelo Departamento de Pessoas, Cultura e Organização, tendo por base a Portaria n.º 11/2000, de 13 de janeiro.

- Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões:

A 31 de dezembro de 2023 a STCP possui um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez mas apenas para os trabalhadores que foram admitidos após 1 de janeiro de 2021.

Nesta data não foi possível proceder à valorização destas responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez. É nossa opinião que de acordo com o histórico das responsabilidades com o fundo de pensões para trabalhadores no ativo os impactos contabilísticos da determinação para 2023 desta responsabilidade não seriam materialmente relevantes ou até podem ser nulos.

- Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis, de acordo com os critérios, normas e conceitos estabelecidos pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), nomeadamente nas Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF):
 - Para os Ativos Fixos Tangíveis é efetuada uma solicitação de avaliação periódica (na maioria das vezes de 4/4 anos) ou sempre que existam indícios de imparidade, sendo que a última avaliação reporta à data do encerramento do exercício de 2019.
 - Para as Propriedades de Investimento a solicitação de avaliação é anual.
 - Para o efeito é efetuada uma consulta ao mercado (apenas para peritos avaliadores inscritos na CMVM), sendo que a adjudicação é efetuada com base no melhor preço, após aprovação do Conselho de Administração.

4.25. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui para além de numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Todas as rubricas de disponibilidades encontram-se disponíveis para uso.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Numerário	128.453,36	148.756,78
Depósitos bancários	7.994.479,27	13.233.601,33
Aplicações de tesouraria	1.000.000,00	
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço / Demonstração de Fluxos de Caixa	9.122.932,63	13.382.358,11

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício de 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

7. Partes relacionadas

Participações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Designação Social	Sede	% Part.	Atividade
Subsidiárias			
STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Outras atividades auxiliares de transportes terrestres.
Associadas			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,33%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
Outras participadas			
Metro do Porto, S.A.	Porto	0,54%	Transporte urbano e local de passageiros por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A partir de 2021, no âmbito da nova estrutura de acionistas, mais concretamente do acionista maioritário Município do Porto, a STCP passou também a ser uma outra entidade relacionada com as seguintes empresas:

GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E. M.
CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E. M.
CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E. M.
Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S. A.
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E. M., S.A.
Mercado Abastecedor do Porto, S.A.
AdEPORTO - Agência de Energia do Porto
Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb
Associação Porto Digital

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2023 e 2022, encontram-se descritos no Capítulo VII relativo às Remunerações do Relatório do Governo Societário.

No decurso dos exercícios findos em 2023 e 2022, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas (valores apurados pela faturação ocorrida em cada ano, líquida de IVA):

Ano de 2023

Descrição das transações	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Outras partes relacionadas	Total
Compra de ativos tangíveis e intangíveis	4.323,83			29.700,00	34.023,83
Serviços obtidos	50.233,12	31.212,62	1.734.545,00	146.430,43	1.962.421,17
Serviços prestados	130.648,91	187.005,50	33.986.557,25	100.803,64	34.405.015,30
Dividendos atribuídos				6.089,42	6.089,42
Compensações financeiras Obr. Serv. Público	12.877.260,37				12.877.260,37

Ano de 2022

Descrição das transações	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Outras partes relacionadas	Total
Serviços obtidos	51.925,84	2.220,46	1.702.988,64	135.249,66	1.892.384,60
Serviços prestados	120.637,57	41.971,13	29.771.437,71	48.804,46	29.982.850,87
Dividendos atribuídos				3.420,09	3.420,09
Compensações financeiras Obr. Serv. Público	21.967.973,97				21.967.973,97

Saldos com partes relacionadas em 2023 e 2022:

Descrição das transações	Ano de 2023					Total
	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	
Contas a receber correntes	1.053.060,13	4.399,38	982.754,42		10.843,95	2.051.057,88
Contas a pagar correntes	432,99	14.734,36	29.926,07		36.164,98	81.258,40

Descrição das transações	Ano de 2022					Total
	Accionistas	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	
Contas a receber correntes	2.405.648,06	27.711,16	241.387,37		15.288,52	2.690.035,11
Contas a pagar correntes	51.127,47	11.043,05	19.301,38		2.485,44	83.957,34

Os saldos das contas a pagar e a receber, bem como o montante das transações, excluem as contas de acréscimos e diferimentos.

A 31 de dezembro de 2023, os valores mais relevantes com entidades relacionadas em contas de acréscimos e diferimentos são os seguintes:

- Com os acionistas: Valores a creditar pela empresa em 2024: -5.279 890,63 mil euros relativo ao diferencial entre valor final e estimado da participação financeira por obrigações de serviço público relativas ao ano de 2023;
- Com Associadas: 685 mil euros a faturar pela empresa, em 2024, relativa receita intermodal do mês de dezembro de 2023 e 430 mil euros relativos a comissões a faturar pelas nossas associadas em 2024;

8. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2023		112.818,42			105.493,63	218.312,05
Ativo bruto						
Saldo a 01.01.2023	88.749,10	5.508.326,40	98.439,49	1.106.517,00	105.493,63	6.907.525,62
Movimentos de 2023						
Adições		164.441,77			111.377,86	275.819,63
Abates		-1.920,00				-1.920,00
Saldo a 31.12.2023	88.749,10	5.670.848,17	98.439,49	1.106.517,00	216.871,49	7.181.425,25
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2023	-88.749,10	-5.395.507,98	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.689.213,57
Movimentos de 2023						
Gastos de amortização		-44.557,44				-44.557,44
Abates		1.920,00				1.920,00
Saldo a 31.12.2023	-88.749,10	-5.438.145,42	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.731.851,01
Valor líquido a 31.12.2023		232.702,75			216.871,49	449.574,24

Ativos intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2022		113.153,02			103.101,63	216.254,65
Ativo bruto						
Saldo a 01.01.2022	88.749,10	5.478.126,84	98.439,49	1.106.517,00	103.101,63	6.874.934,06
Movimentos de 2022						
Adições		30.199,56			2.392,00	32.591,56
Saldo a 31.12.2022	88.749,10	5.508.326,40	98.439,49	1.106.517,00	105.493,63	6.907.525,62
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2022	-88.749,10	-5.364.973,82	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.658.679,41
Movimentos de 2022						
Gastos de amortização		-30.534,16				-30.534,16
Saldo a 31.12.2022	-88.749,10	-5.395.507,98	-98.439,49	-1.106.517,00		-6.689.213,57
Valor líquido a 31.12.2022		112.818,42			105.493,63	218.312,05

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Rubricas do ativo fixo intangível	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 10
Propriedade industrial	3 a 7
Outros ativos intangíveis	5

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2023 e de 2022, nos ativos intangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2023	Aquisições	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2023
Projetos de desenvolvimento	83.413,63	24.480,34			107.893,97
Programas de computador	22.080,00	86.897,52			108.977,52
	105.493,63	111.377,86			216.871,49

	Saldo 01.01.2022	Aquisições	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2022
Projetos de desenvolvimento	83.413,63				83.413,63
Programas de computador	19.688,00	2.392,00			22.080,00
	103.101,63	2.392,00			105.493,63

Não existem ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida ou que tenham sido dados como garantia de passivos.

À data de 31 de dezembro de 2023, os compromissos contratuais assumidos para a aquisição de ativos intangíveis são no montante de cerca de 97 mil euros.

9. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte
Valor líquido a 01.01.2023	29.982.120,00	9.300.982,58	62.325.844,38	72.489,85
Ativo bruto				
Saldo a 01.01.2023	30.205.790,19	46.079.557,28	130.659.812,79	725.940,94
Movimentos de 2023				
Adições		295.884,15	18.622.791,46	249.164,69
Abates / vendas			-7.118,82	
Regularizações e transferências		2.147.465,65	187.602,02	
Saldo a 31.12.2023	30.205.790,19	48.522.907,08	149.463.087,45	975.105,63
Depreciações acumuladas				
Saldo a 01.01.2023		-36.778.093,98	-68.333.968,41	-653.451,09
Movimentos de 2023				
Gastos de depreciação		-854.526,86	-5.801.506,81	-25.819,18
Abates/vendas			7.118,82	
Regularizações e transferências			1.518,62	
Saldo a 31.12.2023		-37.632.620,84	-74.126.837,78	-679.270,27
Perdas por imparidade acumuladas				
Saldo a 01.01.2023	-223.670,19	-480,72		
Saldo a 31.12.2023	-223.670,19	-480,72		
Valor líquido a 31.12.2023	29.982.120,00	10.889.805,52	75.336.249,67	295.835,36

A coluna das adições de 2023, inclui 1.720,76 de trabalhos para a própria entidade, nos edifícios e outras construções e 2.844,31 nos ativos em curso

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte
Valor líquido a 01.01.2022	29.982.120,00	10.066.376,85	67.574.895,89	95.679,62
Ativo bruto				
Saldo a 01.01.2022	30.205.790,19	46.056.437,79	130.569.099,73	725.940,94
Movimentos de 2022				
Adições		23.119,49	864.022,64	
Abates / vendas			-1.293.085,75	
Regularizações e transferências			519.776,17	
Saldo a 31.12.2022	30.205.790,19	46.079.557,28	130.659.812,79	725.940,94
Depreciações acumuladas				
Saldo a 01.01.2022		-35.989.580,22	-62.994.203,84	-630.261,32
Movimentos de 2022				
Gastos de depreciação		-788.513,76	-6.611.842,52	-23.189,77
Abates/vendas			1.272.077,95	
Saldo a 31.12.2022		-36.778.093,98	-68.333.968,41	-653.451,09
Perdas por imparidade acumuladas				
Saldo a 01.01.2022	-223.670,19	-480,72		
Saldo a 31.12.2022	-223.670,19	-480,72		
Valor líquido a 31.12.2022	29.982.120,00	9.300.982,58	62.325.844,38	72.489,85

A coluna das adições de 2022 inclui 1.292,28 de trabalhos para a própria entidade, nos ativos em curso.

Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
385.763,36	1.099.999,14	2.618.203,39	296.659,22	106.082.061,92
4.914.491,39	1.869.666,42	2.618.203,39	296.659,22	217.370.121,62
543.754,46		2.230.747,06		21.942.341,82
-42.282,68				-49.401,50
1.569,76		-2.039.978,21	-296.659,22	
5.417.532,93	1.869.666,42	2.808.972,24		239.263.061,94
-4.528.728,03	-769.667,28			-111.063.908,79
-125.317,68				-6.807.170,53
39.931,70				47.050,52
-1.518,62				
-4.615.632,63	-769.667,28			-117.824.028,80
				-224.150,91
				-224.150,91
801.900,30	1.099.999,14	2.808.972,24		121.214.882,23

Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
363.254,31	1.090.331,91	1.413.770,32	496.598,24	111.083.027,14
4.759.373,51	1.859.999,19	1.413.770,32	496.598,24	216.087.009,91
164.022,12	9.667,23	1.345.389,88	172.480,34	2.578.701,70
-8.904,24				-1.301.989,99
		-140.956,81	-372.419,36	6.400,00
4.914.491,39	1.869.666,42	2.618.203,39	296.659,22	217.370.121,62
-4.396.119,20	-769.667,28			-104.779.831,86
-140.870,47				-7.564.416,52
8.261,64				1.280.339,59
-4.528.728,03	-769.667,28			-111.063.908,79
				-224.150,91
				-224.150,91
385.763,36	1.099.999,14	2.618.203,39	296.659,22	106.082.061,92

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A empresa solicitou uma avaliação externa e independente (CPU Consultores-Avaliação imobiliária e certificação energética, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no Grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à sua revalorização, com data de referência de 31 de dezembro de 2019.

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa.

O “Justo Valor” pode ser definido como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas”. O Justo Valor é o “Valor de Mercado” determinado por peritos avaliadores qualificados.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao exterior de todos os imóveis bem como o relatório da avaliação efetuada em 2015.
- Foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis.
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais são considerados como corretos.
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos.
- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização de cada imóvel.

Importa realçar que, neste processo de avaliação, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e com os usos atuais.

No âmbito da avaliação, o Valor de mercado foi calculado através do Método dos Custos, sendo o terreno avaliado pelo Método de Rendimento-Discounted Cash Flow (DCF), pelo critério do valor residual. Nesta valorização foram consideradas duas situações complementares: a área de terreno livre (não ocupada pelas construções existentes) foi valorizada pela sua maior e melhor utilização, de acordo com o PDM em vigor, sendo o valor atribuído à área em causa; a área de terreno ocupada pelas construções atuais foi valorizada com base na sua ocupação efetiva, sendo utilizada a mesma metodologia. Esta metodologia foi utilizada para três dos imóveis operacionais, com terrenos livres afetos.

Para o imóvel Escritórios na Torre das Antas, o valor de mercado foi calculado através do Método do Rendimento-Capitalização Direta e pelo Método de Comparação de Mercado, uma vez que existe comparação direta no mercado tanto de venda como de arrendamento.

Caso os “terrenos e recursos naturais” e “edifícios e outras construções” tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

Rubrica	2023	2022
Terrenos e recursos naturais	2.174.730,74	2.174.730,74
Edifícios e outras construções	6.473.788,88	4.485.368,25
	8.648.519,62	6.660.098,99

Não se procedeu à divulgação de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado não existirem situações que se enquadrem neste âmbito.

De acordo com o art.º 6º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e a partir de 1 de janeiro de 2021, “ os imóveis que são propriedade da STCP em 31 de dezembro de 2020, mantêm-se na sua titularidade, no âmbito e para os efeitos do contrato de concessão de serviço público, enquanto estejam afetos, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento das atividades concedidas à STCP, sem prejuízo da possibilidade da sua valorização e aproveitamento das partes indissociáveis que estejam transitoriamente desocupadas através da permissão do seu uso, a título oneroso, por terceiros”. “Cessando as destinações referidas no número anterior, os imóveis em causa consideram-se transmitidos para o Estado”.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2023 e de 2022, nos Ativos Tangíveis em Curso:

	Saldo 01.01.2023	Aquisições (*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2023
Edifícios e outras construções	2.195.423,32	79.271,21	-2.015.878,37		258.816,16
Equipamento básico (*)	422.780,07	2.151.475,85	-24.099,84		2.550.156,08
	2.618.203,39	2.230.747,06	-2.039.978,21		2.808.972,24

	Saldo 01.01.2022	Aquisições (*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2022
Edifícios e outras construções	515.539,93	1.307.464,03	372.419,36		2.195.423,32
Equipamento básico (*)	898.230,39	37.925,85	-513.376,17		422.780,07
	1.413.770,32	1.345.389,88	-140.956,81		2.618.203,39

(*) A coluna das aquisições de 2023, inclui no equipamento básico 2.844,31 euros de trabalhos para a própria entidade e no ano de 2022 inclui 775,05 euros.

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2023 e de 2022, na rubrica de Adiantamentos para Ativos Tangíveis:

	Saldo 01.01.2023	Aquisições	Regularizações e Transferências	Saldo 31.12.2023
Edifícios e outras construções	131.587,28		-131.587,28	
Equipamento básico	165.020,80		-165.020,80	
Equipamento administrativo	51,14		-51,14	
	296.659,22		-296.659,22	

	Saldo 01.01.2022	Aquisições	Regularizações e Transferências	Saldo 31.12.2022
Edifícios e outras construções	496.598,24	7.408,40	-372.419,36	131.587,28
Equipamento básico		165.020,80		165.020,80
Equipamento administrativo		51,14		51,14
	496.598,24	172.480,34	-372.419,36	296.659,22

À data de 31 de dezembro de 2023, os compromissos contratuais assumidos para a aquisição de ativos fixos tangíveis são no montante de cerca de 3,4 mil euros.

10. Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

A empresa não possui ativos nestas condições.

11. Locações

11.1. Locações financeiras - locatários

Em 2023 e 2022 não foram celebrados novos contratos de locação financeira.

11.2. Locação operacional

Nos exercícios de 2023 e 2022, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 144.416,38 euros e 117.160,78 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional (inclui a componente de outros serviços e IVA, quando não dedutível), a 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentam os seguintes vencimentos:

Anos	2023	2022
2023		136.957,93
2024	184.326,72	94.859,49
2025	137.177,96	42.504,97
2026	105.247,44	5.950,00
2027	42.168,09	
Total	468.920,21	280.272,39

12. Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

A empresa não suportou em 2023 encargos de financiamento.

13. Propriedades de investimento

De acordo com o art.º 6º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e a partir de 1 de janeiro de 2021, *“os imóveis que são propriedade da STCP em 31 de dezembro de 2019, mantêm-se na sua titularidade, no âmbito e para os efeitos do contrato de concessão de serviço público, enquanto estejam afetos, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento das atividades concedidas à STCP, sem prejuízo da possibilidade da sua valorização e aproveitamento das partes indissociáveis que estejam transitoriamente desocupadas através da permissão do seu uso, a título oneroso, por terceiros”. “Cessando as destinações referidas no número anterior, os imóveis em causa consideram-se transmitidos para o Estado”.*

Ficaram na posse da empresa três imóveis catalogados como propriedades de investimento, sendo que, a 31 de dezembro de 2023, apenas dois deles mantinham contratos de arrendamento em curso.

A empresa procedeu em 31 de dezembro de 2023, à aplicação do justo valor nas propriedades de investimento (a avaliação anterior foi realizada a 31 de dezembro de 2022), tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por entidades externas e especializadas, independentes e com qualificação profissional reconhecida (em 2023, pela UON CONSULTING, S.A., inscrita na CMVM com o n.º PAI/2003/0023 e, em 2022, pela STRUTURE VALUE, Lda, inscrita na CMVM com o n.º PAI/2009/0047).

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º(s) 7, 8 e 11, bem como os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente para os anos de 2023 e ano de 2022.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 37, como “o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas”.

O Justo Valor a determinar para efeitos de reporte contabilístico, tal como definido no SNC, poderá ser equiparado ao “Valor de Mercado”.

Nas avaliações efetuadas em 2023 e 2022, o principal objetivo foi determinar o justo valor dos ativos em avaliação, sendo o Justo valor definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo, numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração, ou seja, a estimativa do montante mais provável pelo qual, à data da avaliação, um ativo, após um período adequado de comercialização, poderá ser transacionado entre um vendedor e um comprador decididos, em que ambas as partes atuaram de forma esclarecida e prudente, e sem coação.

Na determinação do Valor de Mercado foram adotadas as metodologias que melhor se adaptam a cada imóvel em avaliação.

Na avaliação de imóveis correntes, integrados nos sectores de habitação/comércio/serviços, cuja caracterização em termos legais, de localização, estado de conservação, ocupação e uso, permita a sua inclusão num conceito de mercado imobiliário ativo, suportado na existência de dados de mercado em quantidade, que permitam a constituição de amostras com um número suficiente de dados, quer na vertente da “oferta”, quer da “procura”, recomenda-se o recurso à utilização do conceito de “valor de mercado” e ao “método comparativo de mercado”.

Não obstante, em 2022, foi dada preferência ao “Método rendimento”, uma vez que os três imóveis se encontravam com contratos de arrendamento em vigor ou com condições de gerar rendimentos futuros constantes. Já em 2023, foi dada preferência ao Método Comparativo de Mercado, porque existe um mercado ativo e comparável.

Para além do Método Comparativo de Mercado, são aceitáveis outras metodologias avaliatórias, de natureza técnico/científica, desde que os seus pressupostos estejam devidamente explicitados e testados, nomeadamente: Método do Valor Residual (ou “Método Involutivo”), Método do Custo de Reposição (ou “Método Evolutivo”), Método do Rendimento (“Capitalização Direta”) e Método do Rendimento (“Discounted Cash Flow”).

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor em 2023 e 2022 foram os seguintes:

- Foi fornecida documentação predial, plantas, contratos, dados e elementos das condições que atualmente afetam diretamente cada um dos ativos imobiliários;
- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao exterior de todos os imóveis;
- Para a totalidade dos imóveis foi recolhida informação sobre a envolvente urbana e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis;
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração, os principais fatores determinantes como a localização, ocupação, condições, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;
- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa;
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, para além dos constantes nos contratos de arrendamento em vigor.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos na rubrica das propriedades de investimento, foram os seguintes:

Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Saldo a 01.01.2023	13.091.600,00	907.900,00	13.999.500,00
Variação JV por contrapartida de resultados	-1.082.700,00	235.200,00	-847.500,00
Saldo a 31.12.2023	12.008.900,00	1.143.100,00	13.152.000,00
Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Saldo a 01.01.2022	11.270.100,00	953.500,00	12.223.600,00
Variação JV por contrapartida de resultados	1.821.500,00	-45.600,00	1.775.900,00
Saldo a 31.12.2022	13.091.600,00	907.900,00	13.999.500,00

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício de 2023 e 2022, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

Propriedades investimento	2023		2022	
	Arrendados	Para valorização	Arrendados	Para valorização
Rendimentos				
Rendimentos de Rendas	282.826,87		432.550,06	
Outros Rendimentos				
Gastos				
Gastos Diretos	-57.925,47		-52.098,81	698,41
Resultado	224.901,40		380.451,25	698,41

14. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade sendo reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Em 2023 e 2022, não ocorreram movimentos nas perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis.

15. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e investimentos em associadas e subsidiárias

15.1. Interesses em empreendimentos conjuntos

Não aplicável.

15.2. Investimentos em associadas e subsidiárias

Participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Ano de 2023	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	6.377.800,91	6.336.887,80	40.913,11	6.075.971,56	0,00	100%
Empresas associadas						
TIP, ACE	26.877.172,05	24.765.936,36	2.111.235,69	8.542.006,55	1.533.019,93	33,33%
Transpublicidade, S.A.	4.345.568,00	3.082.440,00	1.263.127,90	2.551.578,00	209.335,00	20%

Ano de 2022	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	5.726.494,60	5.685.581,49	40.913,11	4.468.875,89	0,00	100%
Empresas associadas						
TIP, ACE	29.196.171,90	23.006.437,41	6.189.734,49	7.336.568,91	1.709.251,00	33,33%
Transpublicidade, S.A.	2.430.596,78	1.376.803,88	1.053.792,90	1.529.901,67	135.578,66	20%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

A aplicação do método de equivalência patrimonial na subsidiária STCP Serviços estava suspensa desde 2008, em virtude da proporção da STCP nos resultados negativos da participada ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento.

Em março de 2023, para cumprimento do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, foi deliberado a cobertura dos prejuízos acumulados até à data de 31.12.2023, através da utilização dos empréstimos concedidos em exercícios anteriores, no valor de 1.400.000 euros, e com redução do capital social de 100.000 euros para 50.000 euros. Após esta operação contabilística, a participada passou a estar valorizada em 40.913,11 euros.

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas nos exercícios de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Participações financeiras		
Saldo inicial	2.296.565,75	1.690.426,34
Regularizações - método da equivalência patrimonial (*)	495.101,97	606.139,41
Distribuição de dividendos	-1.835.296,93	
Outras variações - Cobertura de prejuízos	40.913,11	
Saldo final	997.283,90	2.296.565,75
Perdas por imparidade		
Ativos líquidos	997.283,90	2.296.565,75

(*) No ano de 2023, 552.873,64 euros foram contabilizados na rubrica de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", menos 35.209,32 euros na rubrica "Ajustamentos/Outras variações de capital próprio" e menos 22.562,35 euros na rubrica de "Resultados transitados", todos por contrapartida da rubrica de Investimentos financeiros. No ano de 2022, 619.428,41 euros foram contabilizados na rubrica de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", menos 31.933,12 euros na rubrica "Ajustamentos/Outras variações de capital próprio" e 18.644,12 euros na rubrica de "Resultados transitados", todos por contrapartida da rubrica de Investimentos financeiros.

16. Concentrações de atividades empresariais

Não aplicável.

17. Investimentos em subsidiárias e consolidação

Vide nota 15.2.

18. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

19. Agricultura

Não aplicável.

20. Inventários

Rubrica de inventários em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023			2022		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia Líquida
Matérias-Primas, sub. e de consumo	1.531.841,78	-908.936,80	622.904,98	1.654.348,42	-876.688,97	777.659,45
Produtos e trabalhos em curso	1.096,03		1.096,03			
Adiantamentos por conta de compras	60.806,40		60.806,40			
	1.593.744,21	-908.936,80	684.807,41	1.654.348,42	-876.688,97	777.659,45

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Inventário Inicial	1.654.348,42	1.571.734,68
Compras	6.662.147,72	16.135.281,30
Regularizações	16.337,21	14.735,38
Custo das matérias consumidas	-6.800.991,57	-16.067.402,94
Inventário final	1.531.841,78	1.654.348,42

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diminuição do custo das matérias consumidas deve-se essencialmente à descida do preço do combustível GNC, dado que, no ano de 2022 os preços tinham sofrido um aumento exponencial.

O consumo do GNC representa, em 2023, 5.814 mil euros da rubrica Custo das matérias consumidas, comparativamente com 14.947 mil euros, em 2022.

Variação dos Produtos e trabalhos em curso, nos exercícios de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Saldo inicial		
Variação dos inventários da produção	-1.096,03	
Saldo final	-1.096,03	

Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios de 2023 e de 2022:

Ano de 2023	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	876.688,97	46.762,67	14.514,84		908.936,80

Ano de 2022	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	834.722,39	43.197,12	1.230,54		876.688,97

21. Contratos de construção

Não aplicável.

22. Réditos

Detalhe do rédito reconhecido, a 31 de dezembro em 2023 e 2022, todo realizado em território nacional:

	2023	2022
Prestação de Serviços	51.790.398,11	45.302.338,62
Títulos de transporte	40.905.564,08	36.787.546,41
Compensações financeiras tarifárias (*)	10.721.805,47	8.441.923,10
Serviço de transporte âmbito especial	75.500,00	
Aluguer de viaturas	103.463,57	79.611,25
Descontos e abatimentos	-15.935,01	-6.742,14

	2023	2022
Rendimentos suplementares	1.216.790,73	926.235,91
Aluguer de equipamento	2.000,00	
Royalties	853,66	4.634,16
Outros rendimentos suplementares	1.213.937,07	921.601,75
Serviços de manutenção	81.419,35	55.784,16
Publicidade	333.394,39	274.138,46
Cedências de trabalhadores	160.579,52	123.654,09
Rendas e cedência espaço	384.471,87	296.688,62
Prestação de serviços de assessoria e outros	49.399,79	34.139,98
Venda sucata e outros bens	26.091,29	11.432,96
Vendas e serviços do museu	135.689,32	105.328,90
Outros	42.891,54	20.434,58
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	282.826,87	432.550,06
Juros obtidos	365.988,03	12.000,00
	53.656.003,74	46.673.124,59

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do Decreto-Lei n.º 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado Decreto-Lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada:

- O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante, assinado em 29 de junho de 2006;
- O acordo para o tarifário 4_18@escola.tp, celebrado em 29 de janeiro de 2009;
- O acordo para o tarifário sub23@superior.tp, celebrado em 1 de setembro de 2010;

Para além destes três acordos, e por via da Portaria n.º 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal "Passe Social+", destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP por parte do desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

No dia 1 abril de 2019 foi implementado o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), com a criação de novos passes sociais intermodais, no âmbito do determinado no despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro, dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade. O Programa tem como objetivos principais a promoção do uso de transportes públicos por parte da população, a redução das emissões poluentes, do congestionamento de tráfego, do ruído e, por outro lado, o aumento da eficiência energética e dos níveis de inclusão social, concretizando-se através de mecanismos instrumentais que consistem na redução tarifária e na melhoria da oferta e extensão da rede.

A adesão a este programa pelas empresas de transporte, públicas ou privadas, consiste na disponibilização à população de títulos de transporte na área metropolitana do Porto ao preço de 30 euros (válido para todas as viagens que se realizem em zonas que integrem determinado município ou, em alternativa, em 3 quaisquer zonas contíguas do zonamento Andante), ao preço de 40 euros (passe intermodal válido em toda a Área Metropolitana do Porto) e gratuitos (com validade idêntica ao passe de quarenta euros) destinados a crianças com idade inferior a 13 anos. O programa prevê ainda a manutenção dos tarifários sociais em vigor com a aplicação dos descontos sobre os novos preços.

A Área Metropolitana do Porto (AMP) atribui uma compensação financeira que visa compensar o operador por passageiro transportado, de modo a garantir a manutenção da receita média, por passageiro, que o operador auferia antes da implementação do PART, isto é, destina-se a compensar os efeitos líquidos negativos da prática desta redução tarifária.

Mensalmente, é apurado o valor da compensação financeira a receber tendo por base uma fórmula de cálculo que pretende compensar as empresas pela perda de receita face à substituição do tarifário que vigorava em 31 março de 2019.

A Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, aprovou o Estatuto do Antigo Combatente. Este estatuto prevê a gratuidade do passe intermodal para os antigos combatentes detentores do cartão de antigo combatente, bem como para a viúva ou viúvo de antigo combatente. Pela Portaria n.º 198/2021, de 21 de setembro, foram definidas as condições de atribuição do Passe de Antigo Combatentes e os procedimentos da sua operacionalização, competindo às Áreas Metropolitanas, Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. e Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional a implementação deste passe.

A entidade responsável pelo financiamento da medida é a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, que recebe transferências de verbas da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

A compensação financeira a receber pelos operadores de transporte corresponde ao valor da tarifa de venda ao público do título de referência.

A empresa reconhece todas estas participações financeiras, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica da demonstração de resultados Vendas e Serviços prestados. O tratamento contabilístico adotado teve parecer favorável da Comissão de Normalização Contabilística.

Em novembro de 2023, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) informou a STCP de que procedeu à comunicação à DGTF de acertos relativos a participações para o tarifário 4_18 e Sub23, relativos aos períodos de dezembro de 2019 a março de 2020 e dezembro de 2020, 2021 e 2022, no montante de 735 mil euros (com IVA incluído). Face a esta informação, foram efetuadas novas diligências junto da DGTF para o recebimento desta verba. No entanto, até à data do encerramento do exercício de 2023, não foi possível obter confirmação por parte da DGTF sobre a comunicação do IMT pelo que, por prudência, e face ao normativo contabilístico, não foi ainda reconhecido nas contas o direito ao recebimento destas verbas, que a STCP entende ser-lhe devido.

23. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2023. Até fevereiro de 1998, a empresa foi auto seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para a Seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquias de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquias.
- Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos com a sua frota, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2023, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data, nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas e outras obrigações legais.

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2023 e de 2022:

Ano de 2023	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Processos judiciais em curso	10.606.690,56	1.853.711,86	4.958.544,63		7.501.857,79
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	351.597,87	56.307,30	5.683,11	51.924,52	350.297,54
Outras Provisões	1.623.116,31	650.422,50	2.588,70	630.483,11	1.640.467,00
	12.581.404,74	2.560.441,66	4.966.816,44	682.407,63	9.492.622,33

Aumentos e (reduções) de provisões	709.446,98				
---	-------------------	--	--	--	--

Ano de 2022	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Processos judiciais em curso	10.830.811,85	0,00	224.121,29		10.606.690,56
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	362.142,97	38.771,08	2.628,62	46.687,56	351.597,87
Outras Provisões	1.336.939,84	690.422,04	116.432,43	287.813,14	1.623.116,31
	12.529.894,66	729.193,12	343.182,34	334.500,70	12.581.404,74

Aumentos e (reduções) de provisões	610.132,07				
---	-------------------	--	--	--	--

A 31 de dezembro de 2023 são de salientar os seguintes processos judiciais, que se encontram pendentes, cuja provisão constituída é de montante relevante:

- Processo n.º 1893/06.3 BEPRT, em que é autor Oliveira Fernandes e Ribeiro, Lda. que peticiona que a STCP se abstenha de explorar as linhas 83 e 84, atuais 905 e 900 e reclama prejuízos. Em fevereiro de 2022, houve uma sentença favorável à STCP sobre este processo judicial, mas ambas as partes recorreram da sentença. Em 2023, foi revisto o risco assumido com este processo judicial pelo que a provisão de encargo com o mesmo reduzir em cerca de 46% face ao ano anterior.
- Processo n.º 1187/23.0BEPRT, em que é autor Moreira Gomes & Costa, S.A., que peticiona que a STCP se abstenha da exploração da linha 907, reclamando ainda o pagamento de uma indemnização.

A 31 de dezembro de 2023, a Empresa considera que a provisão para processos judiciais em curso, no montante de cerca de 7,5 milhões de euros, reflete o risco e provisão de encargo assumidos com os processos judiciais existente à data, tendo em conta os montantes envolvidos, dados históricos e os aspetos relevantes relativos ao desenvolvimento dos processos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Com a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2021, do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e conforme estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 7º, o Estado assume as obrigações inerentes *“A quaisquer responsabilidades apuradas ou que venham eventualmente a ser apuradas, em termos definitivos, designadamente por sentença judicial ou acórdão arbitral transitados em julgado, incluindo despesas, honorários de advogados e custas, desde que a STCP não tenha deixado de atuar, na direção dos correspondentes processos, como um gestor diligente, criterioso e ordenado, em prol do interesse da empresa, relativamente a factos formados até 31 de dezembro de 2019 ou, caso se trate de responsabilidades relativas a factos que, tendo tido início até essa data, se formaram posteriormente, e, em qualquer dos casos, desde que as mesmas não estejam reveladas no balanço da STCP referente ao ano de 2019.”*

Dado que a entrada em vigor do Decreto-Lei foi adiada de 1 de janeiro de 2020 para 1 de janeiro de 2021, por via do Decreto-Lei n.º 175/2019, de 27 de dezembro, consideramos que as responsabilidades abrangidas pela alínea e) do n.º 1 do art.º 7º se reportam a processos judiciais instaurados até 31 de dezembro de 2020, ou que venham a ser instaurados posteriormente, mas respeitante a factos formados até 31 de dezembro de 2020.

Como todos os processos judiciais em curso a 31 de dezembro de 2021, em que a STCP era ré e cuja estimativa de encargo não é nula, se reportam a factos formados até 31 de dezembro de 2020 (portanto, abrangidos pela alínea e) do n.º 1 do art.º 7º) procedeu-se, em 31 de dezembro de 2022, ao reconhecimento de um ativo não corrente, no montante de 10.830.811,85 euros, correspondente a estimativa do reembolso que se espera receber da Direção-Geral do Tesouro e Finanças em caso de perda da ação judicial, sendo que 10.788.521,64 euros foram contabilizados por contrapartida de resultados transitados porque representam o valor da provisão com processos judiciais da responsabilidade da DGTF a 01.01.2022.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, procedeu-se à atualização deste ativo para o montante de 7.488.171,96 euros e 10.606.690,56 euros, respetivamente, de acordo com os movimentos ocorridos nas provisões.

Os movimentos nas provisões com processos judiciais em curso, enquadrados no âmbito do Decreto-Lei n.º 151/2019, são apresentados na demonstração de resultados por natureza líquidos da quantia reconhecida pelo reembolso esperado.

A 31 de dezembro de 2023, a STCP tinha a haver da DGTF o montante de 117.571,17 euros relativos a encargos com a liquidação de sentenças de processos judiciais e despesas associadas a estes processos.

24. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Movimentos mais relevantes em subsídios nos exercícios de 2023 e de 2022:

Subsídios	2023				
	Montante recebido no ano	Montante por receber no ano	Montante total atribuído	Rébito do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração	16.753.346,16	2.334.609,58	16.083.664,41	15.637.711,21	
Municípios	14.158.895,67	987.409,32	12.877.260,41	12.553.503,36	
Área Metropolitana do Porto				-123.283,02	
Outras entidades públicas	2.594.450,49	1.347.200,26	3.206.404,00	3.207.490,87	
Subsídios relacionados com ativos	1.839.795,40	6.480.416,36	35.928.294,17	1.540.442,40	13.589.033,04
Ativos tangíveis	1.782.004,31	6.480.416,36	35.637.222,00	1.526.262,00	13.349.951,74
Edifícios e outras construções			812.670,27	30.192,89	463.044,52
Equipamento básico	1.782.004,31	6.480.416,36	34.202.565,53	1.472.044,91	12.485.417,17
Equipamento administrativo			356.528,06	24.024,20	339.831,47
Outros ativos fixos tangíveis			61.658,58		61.658,58
Ativos tangíveis em curso			203.799,56		
Propriedades investimento			33.141,16		17.556,95
Edifícios			33.141,16		17.556,95
Ativos intangíveis	57.791,09		257.931,01	14.180,40	221.524,35
Programas de computador	57.791,09		254.932,45	14.180,40	221.524,35
Ativos intangíveis em curso			2.998,56		
	18.593.141,56	8.815.025,94	52.011.958,58	17.178.153,61	13.589.033,04

Subsídios	2022				
	Montante recebido no ano	Montante por receber no ano	Montante total atribuído	Rébito do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração:	36.729.829,36	3.004.291,33	36.044.496,30	20.234.532,51	
Municípios	23.289.047,39	2.269.044,58	21.967.973,96	11.270.666,38	
Área Metropolitana do Porto	11.819.168,87		11.819.168,87	6.517.226,74	
Outras entidades públicas	1.621.613,10	735.246,75	2.257.353,47	2.446.639,39	
Subsídios relacionados com ativos	1.046.736,50	976.686,68	28.586.451,20	1.726.652,83	12.050.272,75
Ativos tangíveis	998.902,73	921.894,15	28.298.377,59	1.708.891,46	11.825.371,85
- Edifícios e outras construções			763.251,68	28.847,83	432.851,63
- Equipamento básico	998.902,73	921.894,15	26.856.161,10	1.636.436,67	11.013.559,02
- Equipamento administrativo			358.023,41	43.606,96	317.302,62
- Outros ativos fixos tangíveis			61.658,58		61.658,58
- Ativos tangíveis em curso			259.282,82		
Propriedades investimento			33.141,16		17.556,95
- Edifícios			33.141,16		17.556,95
Ativos intangíveis	47.833,77	54.792,53	254.932,45	17.761,37	207.343,95
- Programas de computador	47.833,77	54.792,53	254.932,45	17.761,37	207.343,95
	37.776.565,86	3.980.978,01	64.630.947,50	21.961.185,34	12.050.272,75

Os valores indicados nos quadros acima não incluem IVA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os subsídios mais relevantes atribuídos no ano de 2023 relacionados com ativos são relativos ao subsídio ao investimento para renovação da frota (48 autocarros elétricos e 24 postos de carregamento), financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no montante de 7.340.571,01 euros, sendo que foi já recebido no ano de 2023, o valor de 1.097.617,26 euros a título de adiantamento.

Nos Subsídios à exploração, a coluna do montante total atribuído refere-se aos montantes atribuídos no ano, enquanto que, para os Subsídios ao investimento, refere-se ao montante atribuído acumulado dos bens que ainda se encontram no ativo fixo tangível e intangível.

a) Compensações financeiras dos Municípios

A STCP celebrou, em 8 de agosto de 2014, um Contrato de Serviço Público com o Estado Português, que tem por objeto a prestação do serviço público de transporte de passageiros por autocarro, na Área Metropolitana do Porto, nos termos nele definidos, a vigorar até 31 de dezembro de 2024. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado o primeiro aditamento ao referido contrato.

Em 25 de junho de 2016, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP, S.A., entre o Estado Português, a STCP, S.A., a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. O memorando prevê que o Estado proceda à descentralização, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias, entidades fundamentais para a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade.

Conforme definido no Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, foi determinada a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

Em 2 de janeiro de 2017 foi assinado o Contrato Interadministrativo de Constituição da “Unidade Técnica de Serviço” e de Delegação de Competências entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, no qual se estabelece os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte respeitantes ao Serviço Público de transportes de passageiros explorado pela STCP na área geográfica daqueles municípios, a criação de uma Unidade Técnica de apoio à gestão e as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público.

A 28 de julho de 2017 foi assinado um segundo aditamento ao Contrato de Serviço Público entre o Estado Português, a Área Metropolitana do Porto e a STCP, conforme determinado no Artigo 4º do Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, determina que os municípios e a STCP procedam à modificação do contrato de serviço público em vigor, o que foi efetuado, resultando no 3º aditamento ao contrato de serviço público que entrou em vigor a 27 de dezembro de 2020, uma vez que a sua entrada em vigor estava condicionada aos vistos prévios da Autoridade Metropolitana dos Transportes e do Tribunal de Contas. Atendendo ao previsto no Decreto-Lei n.º 175/2019, o novo contrato de serviço público opera efeitos 30 dias após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, o que aconteceu a 27 de novembro de 2020, tendo o Tribunal de Contas concluído que a operação de municipalização em causa não estava sujeita a visto. Desta forma, o 3º aditamento ao contrato de serviço público entrou em vigor em 27 de dezembro de 2020.

Este aditamento procede à alteração na fórmula de cálculo das compensações financeiras, aos montantes estimados das compensações financeiras, bem como, alteração nos prazos de pagamento das respetivas compensações.

No final de 2023, foi efetuado o cálculo final das obrigações de serviço público para o ano de 2023, tendo resultado o apuramento de um valor a devolver no montante global de 5.280.890,63 euros, pelo que o valor final das obrigações de serviço público para o ano de 2023 foram de 12.530.530,36 euros comparativamente com 11.270.666,38 euros apurados para o exercício de 2022.

b) Compensações financeiras da AMP

O Despacho n.º 8459/2020, de 2 de setembro veio determinar a transferência de verbas, a título extraordinário, do Fundo Ambiental para as áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, prevista na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, destinada a fazer face à necessidade de reposição e reforço da oferta de transportes públicos necessária para responder ao gradual aumento da procura e da retoma da atividade económica.

Em 2021, dada a incerteza sobre a evolução futura da situação epidemiológica, bem como do prolongamento no tempo dos seus efeitos sobre a sustentabilidade do transporte público, o n.º 4 do Despacho n.º 3515-A/2021 previu o acesso ao reforço das verbas atribuídas pelo Fundo Ambiental, previstas no n.º 3 do artigo 305º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (OE 2021), destinadas ao reforço extraordinário dos níveis de oferta nos sistemas de transporte público abrangidos pelo PART.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As verbas atribuídas para o ano de 2021, ao abrigo deste quadro legal são as seguintes:

- No âmbito do Despacho n.º 11.653-A/2021, de 24 de novembro, a AMP atribuiu o valor de 6.127.800 euros (com IVA incluído a 6%) para o período de janeiro a junho de 2021, tendo o pagamento ocorrido em 9 de março de 2022;
- No âmbito do Despacho n.º 1147-A/2022, de 27 de janeiro, a AMP atribuiu o valor de 1.379.145 euros (com IVA incluído a 6%) para o período de julho a setembro de 2021;
- No âmbito do Despacho n.º 8280/2022, de 7 de julho, a AMP atribuiu o valor de 2.227.887 euros, para o período de outubro a dezembro de 2021;

Em 2022, o n.º 2 do art. 223º da Lei n.º 12/2022, de 27 de julho (OE 2022), prevê igualmente a atribuição de verbas do PART para o reforço extraordinário dos níveis de oferta nos sistemas de transporte público. No âmbito do Despacho n.º 13.965-A/2022, a AMP atribuiu uma verba de 2.793.487 euros (com IVA incluído a 6%), para o período do 1º semestre de 2022.

Para o 2º semestre de 2022, ao abrigo do Despacho 9829/2022 e do Despacho 7461-A/2023, a AMP atribuiu uma verba de 1.756.120 euros (com IVA incluído a 6%), tendo sido recebida em março de 2024.

À data do encerramento do exercício de 2023, não possuímos informação suficiente que nos permita estimar com alguma certeza e fiabilidade o valor do subsídio que a AMP poderá atribuir para o exercício de 2023. Por esse motivo e por prudência não foi estimado qualquer valor nas contas de 2023.

25. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 2023 e 2022 não ocorreram movimentos relevantes em moeda estrangeira.

26. Acontecimentos após a data do balanço

Ver capítulo 9 sobre Factos Subsequentes do Relatório de Gestão.

27. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento da sociedade inclui o imposto corrente e o imposto diferido.

A empresa reconhece ativos por impostos diferidos quando a existência de rendimentos tributáveis futuros é expetável, sob os quais a diferença temporária possa ser utilizada, em linha com a prudência que caracteriza a Norma Contabilística de relato financeiro n.º 25. O reconhecimento de ativos por impostos diferidos está ainda sujeito à política da Empresa quanto ao período temporal aceitável para a medição da respetiva recuperabilidade.

O imposto corrente é calculado com base na legislação fiscal vigente à data da demonstração da posição financeira. A gestão revê periodicamente a sua análise nesta matéria e reconhece provisões para contingências fiscais prováveis para os casos sob análise, assim como possíveis ajustamentos feitos pelas autoridades fiscais. Estas provisões são constituídas pelo montante que se espera pagar às autoridades fiscais.

O imposto diferido é calculado com base no valor das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Contudo, o imposto diferido não é registado se surgir através do reconhecimento inicial de um ativo ou de um passivo, numa transação que não constitua concentração de atividades empresariais que à data da transação não afete os rendimentos ou gastos, nem contabilísticos, nem tributáveis. O imposto diferido é determinado à luz da legislação e taxas vigentes, ou substantivamente vigentes à data de reporte, e que se esperam aplicar aquando da realização do imposto diferido ativo, ou liquidação do imposto diferido passivo

Ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido, quando existe o direito legal a compensar os ativos e passivos correntes por impostos diferidos por esse valor, e quando os ativos e passivos por impostos diferidos são relativos a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal, sobre a mesma entidade tributável, ou diferentes entidades quando existe a intenção de liquidar os montantes pelo seu valor líquido.

Os impostos diferidos são classificados como não correntes, conforme apresentado na demonstração da posição financeira (balanço).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de dezembro de 2023 os prejuízos fiscais ascendiam a 95.932.469,75 euros, conforme detalhe abaixo:

Anos	Prejuízos fiscais
2014	9.563.588,84
2015	15.624.481,05
2016	15.458.446,80
2017	16.642.181,82
2018	7.790.816,06
2019	4.068.542,30
2020	10.367.100,74
2021	3.571.148,30
2022	12.846.163,84
	95.932.469,75

Até ao exercício de 2018, a STCP nunca procedeu ao reconhecimento de quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existiam expectativas de que viesse a obter lucros tributáveis futuros que permitissem a utilização dos prejuízos fiscais acumulados até à data ou que gerassem pagamentos de imposto sobre o rendimento. De acordo com o histórico da empresa e o julgamento interno, não havia qualquer passivo a reconhecer e muito menos qualquer ativo, o que se veio a confirmar.

Com o Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, que operou a intermunicipalização da Empresa, permitiu alterações significativas na posição financeira da sociedade e com impactos diretos e positivos nos resultados gerados, nomeadamente a assunção da dívida histórica da STCP por parte do Estado, deixando de existir gastos de financiamento que tinham sido suportados até aquela data. Por outro lado, em 2018 e 2019, constatou-se a obtenção de resultados antes de encargos financeiros positivos.

Por conseguinte, foi entendido que o ano de 2019 deveria ser o ano de início de reconhecimento dos impostos diferidos na medida em que foram criadas bases para a reestruturação financeira da empresa e para a obtenção de desempenhos positivos.

Todavia, atendendo a que os ativos por impostos diferidos decorriam, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, para os quais, a probabilidade de geração de lucros fiscais futuros suficientes para a sua compensação era diminuta, não existiam ainda condições para que os mesmos pudessem ser reconhecidos. Também no que se refere às propriedades de investimento, em que havia situações geradoras de ativos e de passivos por impostos diferidos, existem questões a definir ou esclarecer dado que o referido Decreto-Lei n.º 151/2019, prevê que os imóveis não afetos à atividade de serviço público de transporte possam reverter para o Estado.

Neste sentido, foi entendido apenas reconhecer os passivos por impostos diferidos gerados pelos imóveis afetos à atividade operacional da empresa. Também foi entendido aplicar a FAQ13 da Comissão de Normalização Contabilística para que a rubrica de Subsídios atribuídos, enquadrada no balanço nas Outras variações no capital próprio, esteja deduzida da correspondente tributação de imposto sobre o rendimento que lhe está associada.

No cálculo dos passivos por impostos diferidos foi usada a taxa de 22,5% (21% + 1,5%). Nos edifícios a taxa incide sobre o excedente de revalorização e no caso dos terrenos sobre o excedente corrigido do efeito da atualização monetária do custo de aquisição, dado tratarem-se de ativos não depreciables (o imposto incide sobre a diferença entre a quantia escriturada e a referida base fiscal).

Nos anos de 2021 a 2023, atendendo ao novo quadro legal e operacional da STCP, E.I.M., S.A., a empresa apresentou, pela primeira vez, um resultado líquido antes de impostos nulo, sendo que, nos anos de 2021 e 2022, o resultado antes de impostos, expurgado da transferência financeira ao abrigo do art. 40º da Lei n.º 50/2012 é negativo em ambos os anos.

De referir que a STCP entende que a verba relativa à Transferência financeira ao abrigo da Lei n.º 50/2012 prevista na demonstração de resultados, que permite o equilíbrio do resultado antes de impostos, em linha com o normativo aplicável, não releva para efeitos de apuramento do lucro tributável porque visa a cobertura de prejuízos pelos acionistas e nos termos das disposições do IRC não releva para a base tributável.

Por outro lado, a Lei do Orçamento do Estado para 2023 veio introduzir uma importante alteração em matéria de prejuízos fiscais. De acordo com a lei, a partir de 2023 cessam todos os períodos de caducidade antes estabelecidos para a recuperação dos prejuízos em exercícios futuros. Deste modo, os prejuízos fiscais reportados à data de entrada em vigor da lei poderão ser utilizados nos períodos fiscais futuros sem limite temporal até ao seu consumo total.

Também a mesma lei veio reduzir o limite anual de utilização dos prejuízos de 70 para 65% do resultado fiscal apurado, cujo efeito é o alongamento do período de utilização do valor acumulado dos prejuízos fiscais existentes. Esta nova disposição legal agora em vigor aplica-se à STCP (sediada em Portugal e sujeita ao regime geral de IRC).

Apesar desta alteração legislativa, por prudência, no ano de 2022, e sem demonstração foi entendido que ainda era prematuro o registo de ativos por impostos diferidos, dado que, o ano de 2022 foi novamente um ano em que se apurou prejuízos fiscais significativos, o que se veio a confirmar com o apuramento de um prejuízo fiscal de 12.846.163,84 euros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Contudo, no exercício de 2023, e pela primeira vez na história de que há memória na STCP, E.I.M., S.A., o resultado contabilístico antes de impostos é nulo, estimando-se um lucro fiscal de cerca de 3,1 milhões de euros.

No entanto, os dados económicos disponíveis à data não nos permitem prever com a segurança e evidência o que a NCRF 25 determina: se a STCP continuará com a geração de lucros fiscais futuros positivos que assegurem, com certeza, a possibilidade de utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

De salientar que 2024 será o último ano de vigência do atual contrato de serviço público, estando ainda em desenvolvimento o modelo do novo contrato de serviço público que vigorará a partir de 2025 pelo prazo de 10 anos. Por outro lado, também o contexto internacional da guerra na Ucrânia e no Médio Oriente cria uma elevada incerteza quanto a evolução futura dos preços dos combustíveis, com impacto direto na estrutura de gastos da empresa.

De acordo com o parágrafo 25 da NCRF 25, os ativos por impostos diferidos devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável relativamente ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada.

Nos próximos exercícios e nomeadamente após 2024, aquando de elementos informados e complementares quanto à recuperabilidade deste ativo contingente, continuaremos a avaliação com vista ao eventual reconhecimento de ativos por impostos diferidos em balanço.

Saliente-se que esta abordagem contabilística em nada altera o reporte fiscal existente, que continua assim a assumir-se como um ativo contingente, mantendo-se uma expectativa de recuperação caso a evolução da Empresa venha a ser mais favorável comparativamente com os pressupostos assumidos.

No final do exercício de 2023 e 2022, a conta de imposto sobre o rendimento tinha o seguinte desdobramento:

	2023	2022
Imposto corrente	109.487,05	13.045,89
Imposto corrente sobre o resultado antes de impostos (*)	99.516,34	
Tributação autónoma	9.970,71	13.045,89
Imposto diferido	-96.283,24	-96.800,08
Imposto diferido associado a depreciações de ativos revalorizados (22,5%)	-96.283,24	-96.800,08
Imposto sobre o rendimento	13.203,81	-83.754,19

(*) A estimativa de imposto corrente, no valor de 99.516,34 euros, foi apurada, após dedução ao lucro tributável de prejuízos fiscais reportáveis, no montante de 2.013.893,68 euros. De referir adicionalmente, que esta estimativa de imposto inclui também a dedução à coleta de dois benefícios fiscais ao investimento:

- 192.971,69 euros relativos ao CFEI II (Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II);
- 29.660,28 euros relativos ao IFR (Regime do Incentivo Fiscal à Recuperação).

Os prejuízos fiscais reportáveis a 31 de dezembro de 2023, após o apuramento da estimativa de imposto, passam assim a ser no montante de 93.918.576,00 euros.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício de 2023 e 2022 é o seguinte:

	2023	2022
Quantia reportada ao início do exercício	6.699.566,56	6.796.366,64
Efeito nos resultados		
Diferenças derivadas da revalorização de terrenos e edifícios	-96.283,24	-96.800,08
Efeito nas reservas de revalorização		
Diferenças derivadas da revalorização de terrenos e edifícios		
Quantia reportada ao final do exercício	6.603.283,32	6.699.566,56

28. Matérias ambientais

No exercício de 2023 e 2022 não temos informação relevante a relatar.

29. Instrumentos financeiros

29.1. Identificação dos ativos e passivos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Ativos Financeiros Ano de 2023	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado	Ativos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Ativos não correntes	7.553.284,28	166.063,21		7.719.347,49
Outros investimentos financeiros	55.001,25	166.063,21		221.064,46
Créditos a receber	7.498.283,03			7.498.283,03
Ativos correntes	30.913.753,45		6.022.038,68	36.935.792,13
Clientes	736.180,81			736.180,81
Outros créditos a receber	12.054.640,01		6.022.038,68	18.076.678,69
Outros ativos financeiros	9.000.000,00			9.000.000,00
Caixa e depósitos bancários	9.122.932,63			9.122.932,63

(*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos

Passivos financeiros Ano de 2023	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Passivos correntes	4.410.401,22		7.326.396,01	11.736.797,23
Fornecedores	2.814.567,16			2.814.567,16
Adiantamento de clientes	1.647,90			1.647,90
Financiamentos obtidos	372,56			372,56
Outras contas a pagar	1.593.813,60		7.326.396,01	8.920.209,61

(*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos

Ativos Financeiros Ano de 2022	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado	Ativos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Ativos não correntes	10.851.437,44	178.343,59		11.029.781,03
Outros investimentos financeiros	244.746,88	178.343,59		423.090,47
Créditos a receber	10.606.690,56			10.606.690,56
Ativos correntes	30.762.251,96		17.126.194,80	47.888.446,76
Clientes	15.650,81			15.650,81
Outros créditos a receber	5.364.243,04		17.126.194,80	22.490.437,84
Outros ativos financeiros	12.000.000,00			12.000.000,00
Caixa e depósitos bancários	13.382.358,11			13.382.358,11

(*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos

Passivos financeiros Ano de 2022	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7 (*)	Total
Passivos correntes	5.677.012,14		6.749.552,64	12.426.564,78
Fornecedores	4.483.282,98			4.483.282,98
Adiantamento de clientes	1.605,75			1.605,75
Financiamentos obtidos	4.680,69			4.680,69
Outras dívidas a pagar	1.187.442,72		6.749.552,64	7.936.995,36

(*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2023 e 2022, encontram-se nesta situação as rubricas de Clientes, Outros créditos a receber, Caixa e depósitos bancários e Outras dívidas a pagar.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

29.1.1. Financiamentos obtidos

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a empresa dispõe apenas de um cartão de crédito destinado exclusivamente ao pagamento pontual de despesas correntes de tesouraria.

A modalidade de cartão de crédito configura a solução oferecida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública-IGCP, E.P.E, como alternativa ao uso do cartão multibanco. Este cartão de crédito tem um limite de crédito de 15.000 euros.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo deste cartão ascendia a 372,56 euros e 4.680,69 euros, respetivamente.

29.1.2. Outros investimentos / ativos financeiros

29.1.2.1. Não corrente

A rubrica Outros investimentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresenta o seguinte detalhe:

Outros investimentos financeiros	2023	2022
Participações financeiras em outras empresas	25.000,00	25.000,00
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	0,00	1.400.000,00
Fundo de compensação do trabalho	166.063,21	178.343,59
Depósitos bancários caução	30.001,25	178.833,77
Quantia bruta	221.064,46	1.782.177,36
Perdas por Imparidade acumuladas		-1.359.086,89
Quantia escriturada	221.064,46	423.090,47
Imparidade de investimentos não depreciables/ amortizáveis (Perdas/reversões)	0,00	0,00

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que, o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade. O valor desta rubrica é relativa a participada OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método da equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos).

Em 2023, a participação no capital social da Metro reduzir de 14,68% para 0,54% dado que ocorreu aumentos de capitais em 2023 nesta participada apenas subscritos pelo accionista maioritário Estado.

Em 2023, a participada OPT procedeu à distribuição de dividendos relativos ao ano de 2022, no montante de cerca de 6 mil euros e, em 2022, distribuiu dividendos relativos aos anos de 2021 e 2020, no valor total de cerca de 10,4 mil euros.

A rubrica de Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias, encontrava-se em imparidade, atendendo à situação deficitária dos capitais próprios da subsidiária. Em março de 2023, este empréstimo extinguiu-se com a sua utilização para a operação de cobertura de prejuízos na filial, conforme é referido na nota 15.2.

29.1.2.2. Corrente

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Outros ativos financeiros correntes é relativa a aplicações em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC's) do IGCP, com prazos de vencimento até 1 ano.

29.2. Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade está exposta aos seguintes riscos financeiros:

29.2.1. Risco de taxa de câmbio

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é reduzida a componente de aquisição de bens e serviços em moeda diversa.

29.2.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de importância relevante para a empresa e reflete a capacidade da estrutura societária cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento. A política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos oriundos dos acionistas e dos compromissos que decorrem da atividade, com o objetivo de manter satisfatórias condições de tesouraria.

29.2.3. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito a terceiros no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se o cumprimento em conformidade com as condições acordadas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para mitigar o risco, a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito, implementando procedimentos tendentes a minorar as situações de incumprimento.

Detalhe da rubrica de Clientes, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

Sem registo de imparidade	2023	2022
Clientes c/c	736.180,81	15.650,81
Não vencido	712.781,47	2.748,06
Vencido	23.399,34	12.902,75
<30 dias	1.051,61	277,00
<60 dias	2.002,39	529,20
<90 dias	7.834,12	3.595,45
<120 dias	4.597,88	2.100,60
< 180 dias	4.510,36	3.218,20
>=180 dias	3.402,98	3.182,30

Com registo de imparidade	2023	2022
Clientes c/c	13.758,24	15.630,24
Vencido	13.758,24	15.630,24
>=180 dias	13.758,24	15.630,24
	749.939,05	31.281,05

Detalhe da rubrica corrente de Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

Sem registo de imparidade	2023	2022
Outros devedores	9.833.689,83	4.865.821,15
Não vencido	7.733.500,58	1.098.904,95
Vencido	2.066.590,54	3.723.317,49
<30 dias	138.216,36	106.630,47
<60 dias	69.216,90	43.580,52
<90 dias	404.194,15	345.960,85
<120 dias	17.353,05	257.907,40
<180 dias	363.974,89	335.876,16
>=180 dias	1.073.635,19	2.633.362,09
Depósitos e cauções pagas	33.598,71	43.598,71

Com registo de imparidade	2023	2022
Outros devedores	44.097,38	47.938,12
Vencido	44.097,38	47.938,12
>=180 dias	44.097,38	47.938,12
	9.877.787,21	4.913.759,27

As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas tendo-se verificado a necessidade de reforçar as imparidades existentes face ao risco verificado no final do ano.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as imparidades de clientes e outros devedores ascendem a 57.855,62 e 65.568,36 euros, respetivamente, refletindo a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

29.2.4. Risco de taxa de juro

A empresa não está diretamente exposta ao risco de taxa de juro.

A facilidade de crédito em cartão, não está sujeita ao risco de taxa de juro.

29.3. Instrumentos de capital próprio

29.3.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, o capital social da STCP tinha a seguinte decomposição:

Acionistas	% Capital	Número ações	Montante Capital social
Município do Porto	53,69%	9.664.200	48.321.000
Município de Vila Nova de Gaia	12,04%	2.167.200	10.836.000
Município de Matosinhos	11,98%	2.156.400	10.782.000
Município da Maia	9,61%	1.729.800	8.649.000
Município de Gondomar	7,28%	1.310.400	6.552.000
Município de Valongo	5,40%	972.000	4.860.000
	100,00%	18.000.000	90.000.000

29.3.2. Reservas

Rubrica de Reservas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Reservas	2023	2022
Reservas legais	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	25.727,80	25.727,80
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxílio ao pessoal	470,85	470,85

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

29.3.3. Excedente de revalorização

Movimento do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis, em 2023 e 2022:

	Antes de impostos	Imposto sobre o rendimento (*)	Total
Saldo a 01.01.2023	40.060.772,75	-6.699.566,56	33.361.206,19
Amortizações	-427.925,50	96.283,24	-331.642,26
Abate			
Saldo a 31.12.2023	39.632.847,25	-6.603.283,32	33.029.563,93
Saldo a 01.01.2022	40.490.995,35	-6.796.366,64	33.694.628,71
Amortizações	-430.222,60	96.800,08	-333.422,52
Abate			
Saldo a 31.12.2022	40.060.772,75	-6.699.566,56	33.361.206,19

(*) Em janeiro de 2019 procedeu-se, pela primeira vez, ao reconhecimento do efeito do imposto sobre o rendimento no excedente de revalorização mas apenas sobre os imóveis que se encontram afetos à atividade operacional.

29.3.4. Ajustamentos / outras variações nos capitais próprios

Ajustamentos e outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Ajustamentos em ativos financeiros - relativos ao MEP	507.231,12	1.780.871,31
Outras variações no capital próprio	18.218.605,99	13.721.216,92
Subsídios relacionados com ativos (*)	17.312.927,36	12.815.538,29
Doações	281.048,63	281.048,63
Outras variações no capital próprio	624.630,00	624.630,00
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	18.725.837,11	15.502.088,23

(*) Por aplicação da FAQ13 da Comissão de Normalização Contabilística, o montante desta rubrica encontra-se deduzido de 5.026.333,77 euros em 2023 e 3.720.640,16 euros em 2022, relativos ao imposto sobre o rendimento.

29.3.5. Resultado por ação

Resultado por ação nos anos de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Resultados líquidos do período	-13.203,81	83.754,19
Nº médio ponderado de ações	18.000.000	18.000.000
Resultado por ação básico	-0,001	0,005

29.3.6. Transferências Financeiras ao abrigo da Lei n.º 50/2012

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, e uma vez que presta um serviço social de transporte, deve ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indício de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do acionista anterior no financiamento das atividades sociais.

De referir que, no ano de 2021, o anterior acionista (DGTF) procedeu à cobertura dos prejuízos acumulados nos anos anteriores no montante líquido de 440.531.145 euros, passando os capitais próprios da sociedade a serem positivos. Em 2022 e 2023, foi ainda efetuado um reforço desta cobertura de prejuízos, no montante de 2.376.867,95 euros e 233.263 euros, respetivamente, ao abrigo da Portaria n.º 761/2019, de 29 de outubro.

A partir de 2021, com a passagem da titularidade do capital para os seis Municípios da Área Metropolitana do Porto, os eventuais prejuízos antes de impostos anuais que venham a ser gerados têm que ser obrigatoriamente assumidos pelos acionistas, ano a ano, de acordo com o previsto no n.º 1 e n.º 2 do art. 40º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto:

“nº1) As empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados.

nº2) Sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.”

Desta forma, a Demonstração de Resultados por Natureza contempla uma rubrica nova, Transferências financeiras ao abrigo do art. 40º da Lei 50/2012, sendo o montante a cobrir pelos acionistas, após apreciação das contas, relativo ao ano de 2022, de 8.605.446,59 euros integralmente realizadas em 2023.

Em 2023, face a resultados antes de impostos nulos, não são aplicáveis Transferências financeiras ao abrigo do art. 40º da Lei 50/2012.

30. Benefícios dos Empregados

30.1. Benefícios pós-emprego - plano de benefícios definidos

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada, e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização (Adesão nº24), tendo contribuído anualmente, e desde essa data, de acordo com os pedidos de financiamento exigidos pelo Fundo.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro, conforme previsto na alínea c) do Artigo 7º, as responsabilidades formadas ou em formação relativas a complementos de pensões de reforma ou invalidez dos trabalhadores da STCP reformados em 31 de dezembro de 2019, bem como os trabalhadores em funções nessa data, são assumidas pela Caixa Geral de Aposentações, I.P..

Conforme previsto no Capítulo II do Decreto-Lei nº151/2019 foram efetuadas as diligências necessárias no sentido de se proceder, com entrada em vigor prevista para 1 de janeiro de 2020.

Em 9 de janeiro de 2020, procedeu-se a liquidação do Fundo de Pensões Aberto BPI - Valorização/Adesão 24 com a transferência do seu valor para a CGA, I.P., extinguindo-se o fundo de pensões da STCP.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a STCP continua a possuir um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez, mas apenas para os trabalhadores que foram admitidos após 1 de janeiro de 2021. Nestas datas não foi possível proceder à valorização destas responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez.

É nossa opinião que, de acordo com o histórico das responsabilidades com o fundo de pensões para trabalhadores no ativo, os impactos contabilísticos da determinação desta responsabilidade a 31 de dezembro de 2023 não seriam materialmente relevantes ou seriam nulos.

30.2. Detalhe dos Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	250.994,72	283.996,13
Remunerações do pessoal	29.186.318,95	27.055.713,03
Indemnizações	66.216,79	16.237,35
Encargos com remunerações	6.490.160,09	6.095.027,36
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	382.376,96	368.209,91
Gastos com ação social	273.196,01	211.243,33
Outros gastos com o pessoal	351.498,24	182.073,92
Gastos com pessoal	37.000.761,76	34.212.501,03

30.3. Número de trabalhadores

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, o efetivo médio ao serviço da empresa (sem órgãos sociais) foi respetivamente de 1.319 e 1.321 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2023, o efetivo (sem órgãos sociais) era de 1.324 trabalhadores e de 1.334 em 31 de dezembro de 2022.

31. Divulgações exigidas por diplomas legais

As remunerações do ROC, no exercício de 2023, encontram-se descritas no Capítulo VII relativo às Remunerações do Relatório do Governo Societário.

32. Outras informações

32.1. Fornecedores e Outros credores

Dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Fornecedores c/c	2.814.567,16	4.483.282,98
Não vencido	1.609.762,28	2.207.552,85
Vencido	483.657,26	460.499,06
<30 dias	133.702,12	226.592,26
<60 dias	52.078,44	73.207,16
<90 dias	38.119,72	17.082,10
<120 dias	29.579,57	55.703,05
<180 dias	4.033,43	4.072,99
>=180 dias	226.143,98	83.841,50
Em recepção e conferência	721.147,62	1.815.231,07

	2023	2022
Fornecedores de investimento	1.153.213,62	527.666,96
Não vencido	552.874,45	274.059,39
Vencido	600.339,17	253.607,57
<30 dias	555.917,98	244.652,78
<60 dias	7.362,10	5.233,65
<90 dias	516,29	778,98
<120 dias	31.357,05	
>=180 dias	5.185,75	2.942,16

Outros credores, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Outros credores	284.159,07	449.227,21
Não vencido	14.593,90	25.705,29
Vencido	184.975,82	101.220,10
<30 dias	116.512,45	28.774,93
<60 dias	25.448,30	41.982,04
<90 dias	3.285,35	17.729,34
<180 dias	8.849,39	
>=180 dias	30.880,33	12.733,79
Depósitos e cauções recebidas	84.589,35	322.301,82

As dívidas a fornecedores e contas a pagar foram registradas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

32.2. Estado e Outros Entes Públicos

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	183.591,11		293.354,81	
IRC - pagamento especial por conta	69.283,13		192.325,00	
IRC -A recuperar	114.307,98		101.029,81	
Retenção de impostos sobre rendimentos		280.803,47		282.988,28
Imposto sobre o valor acrescentado	4.676.648,81		1.148.081,68	
Contribuições para a Segurança Social		704.960,52		678.216,84
Outras tributações		665.420,88		619.556,88
Estado e outros entes públicos	4.860.239,92	1.651.184,87	1.441.436,49	1.580.762,00

32.3. Outras dívidas a pagar

Detalhe das Outras dívidas a pagar em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Outras dívidas pagar	2023	2022
Pessoal	154.656,36	206.062,29
Outros devedores - saldos credores	1.784,55	4.486,26
Fornecedores de investimento c/c	1.153.213,62	527.666,96
Credores por acréscimos de gastos	7.326.396,01	6.749.552,64
Credores diversos	284.159,07	449.227,21
	8.920.209,61	7.936.995,36

Credores por acréscimos de gastos	2023	2022
Fornecimentos e serviços externos	1.369.755,82	1.061.787,95
Trabalhos especializados	1.082.124,18	795.929,13
Materiais	1.327,31	250,60
Energia e outros fluidos	92.295,69	86.697,78
Serviços diversos	194.008,64	178.910,44
Custos com pessoal	5.844.733,80	5.578.241,91
Outros gastos	111.906,39	109.522,78
	7.326.396,01	6.749.552,64

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

32.4. Outros créditos a receber

Detalhe dos Outros créditos a receber, catalogados como ativo corrente e não corrente, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Outros créditos a receber correntes	2023	2022
Fornecedores e outros credores - saldos devedores	16.345,25	44.102,64
Adiantamento a fornecedores	5.844,28	1.184,37
Pessoal	280.829,20	294.195,27
Acionistas-Lucros distribuídos	1.835.296,93	
Devedores por acréscimos de rendimentos	6.022.038,68	17.126.194,80
Devedores diversos - DGTf compromissos assumidos DL 151/2019 (*)	117.571,17	189.452,25
Devedores diversos - Outros	9.877.787,21	4.913.759,27
Quantia bruta	18.155.712,72	22.568.888,60
Perdas por Imparidade acumuladas	-79.034,03	-78.450,76
Quantia escriturada	18.076.678,69	22.490.437,84

Devedores por acréscimos de rendimentos	2023	2022
Prestações de serviços	4.032.677,14	6.326.301,13
Subsídios à exploração (ver nota 7)	1.656.716,98	10.385.446,85
Outros rendimentos - Proveitos suplementares	100.852,30	52.619,59
Outros rendimentos - Outros	157.105,87	349.827,23
Juros a receber	74.686,39	12.000,00
	6.022.038,68	17.126.194,80

Outros créditos a receber não correntes	2023	2022
Devedores diversos - DGTf compromissos assumidos DL 151/2019 (*)	7.488.171,96	10.606.690,56
Devedores diversos - Outros	10.111,07	
Quantia escriturada	7.498.283,03	10.606.690,56

(*) Ver nota 23

32.5. Diferimentos

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Diferimentos	2023	2022
Ativo - Gastos a reconhecer	1.232.075,63	1.022.148,73
Fornecimentos e serviços externos	977.249,75	779.963,49
Outros gastos	254.825,88	242.185,24
Passivo - Rendimentos a reconhecer	7.079.198,37	6.766.645,65
Prestações de serviços	6.392,77	2.719,16
Subsídios à exploração	6.859.020,00	6.536.350,12
Outros rendimentos	213.785,60	227.576,37

32.6. Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Serviços especializados	10.578.281,96	8.987.103,78
Trabalhos especializados	489.904,52	250.057,44
Publicidade e propaganda	137.037,91	64.331,96
Vigilância e segurança	395.204,58	301.028,67
Honorários	89.355,65	70.024,93
Comissões	1.950.902,06	1.771.107,41
Conservação e reparação	7.022.533,38	6.086.697,24
Comunicação e informação Público	13.685,61	14.344,55
Fiscalização da receita	452.921,47	413.939,00
Outros	26.736,78	15.572,58
Materiais	58.848,36	37.246,67
Energia e fluidos	5.260.037,36	9.414.156,55
Eletricidade	930.316,43	973.362,41
Combustíveis	4.276.294,65	8.371.782,35
Água	32.717,04	33.521,43
Outros	20.709,24	35.490,36
Deslocações, estadas e transportes	10.965,45	2.489,04
Serviços diversos	3.008.770,31	2.848.016,01
Rendas e alugueres	173.320,70	157.793,45
Comunicação	142.264,01	161.615,07
Seguros	880.792,02	781.242,08
Royalties	243.014,42	228.005,06
Contencioso e notariado	4.183,57	6.975,51
Despesas de representação	3.371,38	4.231,01
Limpeza, higiene e conforto	1.400.686,28	1.333.469,17
Outros serviços	161.137,93	174.684,66
Fornecimentos e serviços externos	18.916.903,44	21.289.012,05

32.7. Outros Gastos

Outros gastos operacionais, a 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Impostos	128.162,45	134.139,93
Impostos diretos	113.235,60	113.050,87
Impostos indiretos	7.080,92	7.159,76
Taxas	7.845,93	13.929,30
Perdas em inventários	6.352,15	5.357,42
Gastos e perdas em investimentos financeiros	218,71	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	58.120,66	72.441,04
Alienações	31,98	0,00
Abates	163,21	21.040,64
Gastos em propriedades de investimento	57.925,47	51.400,40
Outros gastos	390.527,54	305.883,06
Donativos	141.303,62	86.632,65
Quotizações	22.086,18	15.952,10
Outros não especificados	227.137,74	203.298,31
Multas e penalidades	208,16	128,51
Indemnizações por sinistros	204.781,93	188.476,91
Despesas bancárias e outros serviços financeiros	18.006,67	12.129,31
Juros de mora e compensatórios	1.601,72	1.550,57
Outros não especificados	2.539,26	1.013,01
Outros gastos	583.381,51	517.821,45

32.8. Outros Rendimentos

Detalhe de Outros rendimentos operacionais a 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Rendimentos suplementares	1.216.790,73	926.235,91
Descontos de pronto pagamento obtidos	7.174,64	5.105,87
Ganhos em inventários	22.689,36	18.724,40
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	311,20	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	296.019,27	592.411,55
Alienações	669,24	159.593,20
Sinistros	1.105,89	268,29
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	282.826,87	432.550,06
Outros rendimentos	11.417,27	
Outros	1.839.965,62	2.240.443,23
Imputação de subsídios para investimentos	1.540.442,40	1.726.652,83
Outros não especificados	299.523,22	513.790,40
Benefícios e penalidades contratuais	30.787,61	55.394,03
Indemnização de sinistros	206.633,63	364.030,49
Juros de mora e indemnizatórios	0,00	234,71
Outros não especificados	62.101,98	94.131,17
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	372.077,45	15.420,09
Juros obtidos	365.988,03	12.000,00
Dividendos obtidos	6.089,42	3.420,09
Outros rendimentos	3.755.028,27	3.798.341,05

32.9. Responsabilidades por garantias prestadas

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Beneficiário da Garantia	Descrição	2023	2022
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	404.859,74	404.859,74
		404.859,74	404.859,74

Porto, 26 de março de 2024

A Contabilista Certificada n.º 6622
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração**Presidente**

Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel

Vogais

Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva
Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça



**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS
E RELATÓRIO E
PARECER DO
FISCAL ÚNICO**



Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** (a Entidade ou STCP), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 187 246 003 euros e um total de capital próprio de 145 656 583 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 13 204 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme mencionado no ponto 15.2 das notas às demonstrações financeiras da **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.**, as participações financeiras em subsidiárias e associadas, são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Conforme referido no ponto 1 das notas às demonstrações financeiras, a Entidade considera-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o previsto na alínea a), nº 6 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com

Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5º andar, 1600-209 Lisboa – Portugal
Escritório do Porto: Rua do Campo Alegre, 830, Sala 14, 3º andar 4150-171 Porto – Portugal | Tel: +351 226 051 020
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 186.580.00 €

mazars

as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



mazars

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66º - B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 8 de abril de 2024



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)



Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções estatutárias acompanhámos, com a regularidade, extensão e metodologia consideradas adequadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a atividade da **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** (a Entidade), examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da sociedade reportadas a 31 de dezembro de 2023 e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, desde que lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As bases de mensuração utilizadas merecem a nossa concordância.

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe "Princípios de Governo Societário". Neste contexto, a **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.**, em cumprimento do disposto no artigo 54º do referido diploma, elaborou um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2023, a disponibilizar também para consulta no site da entidade.

Com referência ao exercício de 2023, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a Entidade e os membros do Conselho de Administração da mesma nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

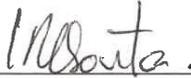
Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5º andar, 1600-209 Lisboa - Portugal
Escritório do Porto: Rua do Campo Alegre, 830, Sala 14 3º andar 4150-171 Porto - Portugal | Tel: +351 226 051 020
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 186.580,00 €

mazars

- 2.º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- 3.º Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 8 de abril de 2024

O FISCAL ÚNICO



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o n.º 1023 e registado na CMVM com o n.º 20160637)



GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

ESTRATÉGIA E ANÁLISE

G4 - 1	Mensagem do Presidente	5
G4 - 2	Descrição dos impactos, riscos e oportunidades	23-24; 75-77

PERFIL ORGANIZACIONAL

G4 - 3	Nome da organização	Contracapa
G4 - 4	Principais marcas, produtos e serviços	14-33
G4 - 5	Localização da sede da organização	Contracapa
G4 - 6	País onde opera	Contracapa
G4 - 7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	66
G4 - 8	Mercados em que a organização atua (descriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários)	14-33
G4 - 9	Dimensão da organização	11
G4 - 10	Número total de empregados por género	45
G4 - 11	Colaboradores cobertos por acordos de negociação coletiva	N.D.
G4 - 12	Cadeia de fornecedores da organização	71
G4 - 13	Mudanças significativas ocorridas no período coberto pelo relato	81; 14-33
G4 - 14	Abordagem ao princípio da precaução	81
G4 - 15	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	N.D.
G4 - 16	Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais	N.D.

ASPETOS MATERIAIS E LIMITES

G4 - 17	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	N.A.
G4 - 18	Processo para a definição do conteúdo e limites do relatório	10;98-99
G4 - 19	Aspetos considerados materiais na definição do conteúdo do relatório	10;98-99
G4 - 20	Identificação dos aspetos materiais internos e seus limites	10;98-99
G4 - 21	Identificação dos aspetos materiais externos e seus limites	10;98-99
G4 - 22	Efeitos de reformulação de informação fornecida em relatórios anteriores e razões para essa reformulação	N.A.
G4 - 23	Mudanças significativas em comparação com períodos anteriores	N.A.

ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

G4 - 24	Identificação das partes interessadas	64-71
G4 - 25	Metodologia de identificação das partes interessadas	N.A.
G4 - 26	Abordagem para o envolvimento das partes interessadas	N.D.
G4 - 27	Principais temas e preocupações das partes interessadas e medidas adotadas	64-71

PERFIL DO RELATÓRIO

G4 - 28	Período coberto pelo relatório	10;98-99
G4 - 29	Data do relatório anterior	N.A.
G4 - 30	Ciclo de emissão de relatórios	10;98-99
G4 - 31	Contacto para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	Contracapa
G4 - 32	Reportar a opção "de acordo" escolhida pela empresa	N.A.
G4 - 33	Política e prática corrente adotada para submeter o relatório a verificação externa	N.A.

GOVERNAÇÃO

G4 - 34	Estrutura de governação da organização	74;78-80
G4 - 51	Políticas de remuneração aplicadas aos órgãos de governação	N.D.

Diretrizes GRI

Página

ÉTICA E INTEGRIDADE

G4 - 56	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	80-81
----------------	---	-------

ECONÓMICO

DESEMPENHO ECONÓMICO

G4 - EC1	Valor económico direto gerado e distribuído	34-41
-----------------	---	-------

G4 - EC3	Cobertura das obrigações previstas no plano de pensões	N.D.
-----------------	--	------

G4 - EC4	Apoio financeiro recebido do governo / acionista	41
-----------------	--	----

IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS

G4 - EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos	36
-----------------	---	----

G4 - EC8	Impactos económicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	N.D.
-----------------	---	------

AMBIENTAL

ENERGIA

G4 - EN3	Consumo de energia dentro da organização	60-61
-----------------	--	-------

G4 - EN5	Intensidade energética	60-61
-----------------	------------------------	-------

G4 - EN6	Redução do consumo de energia	60-61
-----------------	-------------------------------	-------

ÁGUA

G4 - EN8	Consumo de água por fonte	62
-----------------	---------------------------	----

EMISSÕES

G4 - EN15	Emissões diretas de GEE	N.D.
------------------	-------------------------	------

G4 - EN16	Emissões indiretas de GEE	N.D.
------------------	---------------------------	------

G4 - EN17	Intensidade de emissões de GEE	N.D.
------------------	--------------------------------	------

G4 - EN18	Redução de emissões de GEE	N.D.
------------------	----------------------------	------

G4 - EN21	Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	N.D.
------------------	--	------

EFLUENTES E RESÍDUOS

G4 - EN23	Peso de resíduos produzidos, por tipo e método de tratamento	63
G4 - EN25	Peso de resíduos produzidos considerados perigosos	63

CONFORMIDADE

G4 - EN29	Valor monetário de multas significativas decorrentes de não conformidades de leis e regulamentos ambientais	N.A.
------------------	---	------

GERAL

G4 - EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminados por tipo	N.D
------------------	--	-----

SOCIAL

SOCIAL - PRÁTICAS LABORAIS

EMPREGO

G4 - LA1	Número e taxa de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária e gênero	44
G4 - LA2	Benefícios concedidos a empregados a tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários	50-53

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

G4 - LA6	Tipo e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e fatalidades	48-49
G4 - LA7	Trabalhadores com elevado risco ou incidência de doenças profissionais	N.D.

FORMAÇÃO

G4 - LA9	Média de horas de formação por ano, por trabalhador, discriminadas por gênero	46-47
G4 - LA11	Porcentagem de empregados que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	N.D.

DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

G4 - LA12	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	78;45-46
------------------	---	----------

IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES

G4 - LA13	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria profissional	N.D.
------------------	---	------

Diretrizes GRI		Página
SOCIAL - SOCIEDADE		
COMUNIDADES LOCAIS		
G4 - SO1	Operações com programas de envolvimento das comunidades locais	67-70
COMBATE À CORRUPÇÃO		
G4 - SO3	Porcentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	81
G4 - SO4	Comunicação e formação em políticas e procedimentos anticorrupção	81
G4 - SO5	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	N.D.
CONFORMIDADE		
G4 - SO4	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos	N.A.
MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADA COM IMPACTOS NA SOCIEDADE		
G4 - SO11	Número de reclamações relacionadas com impactos na sociedade	28
SOCIAL - RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO		
SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE		
G4 - PR1	Porcentagem de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança	N.D.
G4 - PR2	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactos na saúde e segurança causados pelos produtos ou serviços	N.D.
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS		
G4 - PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e porcentagem de categorias significativas sujeitas a essas exigências	N.A.
G4 - PR4	Número total de casos de não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados	N.A.
G4 - PR5	Resultados de avaliação de satisfação do cliente	28-29;67
COMUNICAÇÃO E MARKETING		
G4 - PR7	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	N.A.
PRIVACIDADE DO CLIENTE		
G4 - PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	N.A.

CONFORMIDADE

G4 - PR9	Valor monetário de multas significativas pelo incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	N.A.
N.A. - Não Aplicável		
N.D. - Não Disponível		

Ficha técnica

Relatório de Gestão 2023

STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.

Textos e edição

STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A

Revisão

STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A

Capa e paginação

Helena Soares

Sara Costa

Ilustração

Sara Costa

Fotografia – Presidente e Conselho de Administração

João Gigante

Impressão

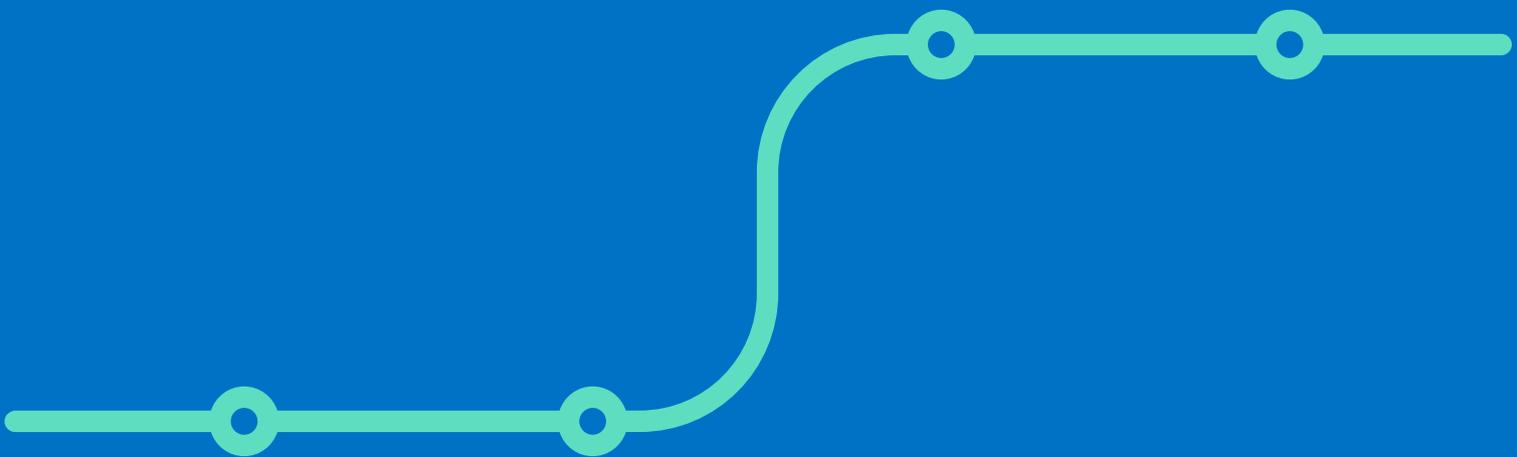
Tipografia Comercial

Tiragem

70 exemplares

Ano e local de edição

Maio 2024, Porto



www.stcp.pt